

BIBLIOTECAS ESCOLARES GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CURADORIA DE COLEÇÕES NA ERA DIGITAL

Manuela Barreto Nunes

BIBLIOTECAS ESCOLARES GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CURADORIA DE COLEÇÕES NA ERA DIGITAL

Manuela Barreto Nunes

Bibliotecas escolares: gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções na era digital

Rede de Bibliotecas Escolares – Ministério da Educação

Avenida 24 de julho, 140

1399-025

Lisboa

<http://www.rbe.mec.pt>

rbe@rbe.mec.pt

novembro de 2018

Nunes, Manuela Barreto

Bibliotecas escolares: gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções na era digital

ISBN 978-989-8795-11-3

CDU 025.2

027.8

AGRADECIMENTOS

Não sendo possível indicar, sem esquecer algum, os nomes de todos os colegas com quem, ao longo da escrita deste documento, foram trocadas impressões e discutidos os temas abordados, a autora deseja agradecer muito particularmente a Helena Araújo pela revisão atenta, correções e sugestões que vieram enriquecer e apurar o conteúdo, e também a Carlos Pinheiro, cujos conhecimentos foram preciosos para a elaboração dos critérios de seleção relativos aos jogos e todo o conceito de gamificação.

SUMÁRIO

Siglas.....	3
Introdução.....	5
Capítulo I	
Gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções: conceitos, princípios e práticas.....	9
Capítulo II	
Critérios de seleção de recursos.....	21
Capítulo III	
Livros eletrônicos e edição eletrônica.....	45
Capítulo IV	
A decisão na gestão e curadoria de coleções.....	61
Capítulo V	
Boas práticas em tempos de mudança.....	77
Conclusão.....	97
Bibliografia.....	99

SIGLAS

BAD

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

CFAE

Centro de Formação de Associação de Escolas

BND

Biblioteca Nacional Digital

B-ON

Biblioteca do Conhecimento On-line

DRM

Digital Rights Management/ Gestão Digital de Restrições ou Gestão de Direitos Digitais

DVD

Digital Video Disc ou Digital Versátil Disc/ Disco Digital de Vídeo ou Disco Digital Versátil

EBA

Evidence Based Acquisition / Compra Baseada na Evidência [de Uso]

EBLIDA

European Bureau of Library Information and Documentation Associations.

EDF

Echange Data Format

EPUB

Electronic Publishing

EUA

Estados Unidos da América

FTE

Full Time Equivalent/ Equivalente a tempo completo

HTML

Hyper Text Markup Language/ Linguagem de Marcação de Hipertexto

IFLA

International Federation of Library Associations/ Federação Internacional de Associações e Organizações de Bibliotecas

ISO

International Organization for Standardization/ Organização Internacional de Normalização

OCR

Optical Character Recognition/ Reconhecimento Ótico de Carateres

PDA

Patron Driven Acquisition/ Aquisição Orientada pelos Utilizadores

PDF

Portable Document Format/ Formato de Documento Portátil

RBE

Rede de Bibliotecas Escolares

RCAAP

Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

RGPD

Regulamento Geral de Proteção de Dados

SABE

Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares

UNESCO

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTAD

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

XHTML

Extensible Hypertext Markup Language

INTRODUÇÃO

As coleções são parte integrante do conceito de biblioteca, de tal maneira que ela é tradicionalmente definida como “uma coleção”, seja de livros e documentos impressos, nas definições mais antigas, seja incluindo todo o tipo de suportes de informação nas aceções mais recentes. Os serviços que a biblioteca presta, nomeadamente o acesso à informação e ao conhecimento, decorrem da existência de coleções, assim consideradas como o núcleo no qual radica a própria instituição. A biblioteca enquanto comunidade, tal como é hoje entendida, alicerça-se também ela em serviços que se expandem a partir de coleções, reunidas física ou virtualmente, mas agora mais flexíveis e adaptáveis a públicos em constante mudança e permanente comunicação. Daqui decorre que as coleções são organizadas e tratadas com vista à facilitação da sua difusão e acesso, e é isso que distingue as bibliotecas de um armazém de livros ou de qualquer meio onde a informação é acumulada e redistribuída, como a Internet.

Se, na conceção tradicional — que, ainda assim, é a raiz da moderna biblioteconomia — estas coleções eram constituídas sobretudo por material impresso (livros, jornais e revistas) a que, a partir de meados do século XX, foram sendo acrescentados recursos noutros suportes, sonoros ou audiovisuais, na *Era da Informação*¹ a maior parte das bibliotecas são híbridas e, embora mais lentamente do que o anunciado, tendem a tornar-se predominantemente digitais, seguindo o movimento de progressiva transferência da edição em suportes físicos para a edição eletrónica.

Este movimento é acompanhado por mudanças na forma como os cidadãos acedem à informação, que corresponde a uma espécie de aceitação universal de que “tudo é eletrónico e tudo é móvel”. Às primeiras gerações de *ebooks*, que não passavam de *fac-símiles* em PDF de livros impressos, sucedem-se livros que verdadeiramente aproveitam as potencialidades da Internet e das tecnologias digitais: assim, os leitores usufruem das vantagens tradicionais do livro adicionadas ao seu moderno suporte, e podem aceder, enquanto leem, a definições das palavras mais difíceis ou a informação complementar, pesquisar dentro do texto, aceder diretamente a partes do texto, tomar notas e marcar páginas, escolher formatos de visualização e aumentar ou diminuir o tamanho das letras, guardar imagens, reproduzir excertos noutras plataformas, ou até ouvir em vez de ler. Por outro lado, os livros eletrónicos podem ser lidos nos mais diversos aparelhos, em *tablets* ou *smartphones*, em *eReaders* ou no ecrã do computador. O mesmo se passa com a música e com os audiovisuais, cada vez mais ouvidos ou vistos em *streaming*, guardados na nuvem em listas de condição provisória e em constante mutação, muito longe do espírito *coleccionista* que levava os cidadãos, como as bibliotecas, a acumular objetos com um carácter permanente: no mundo em que vivemos, quase tudo é eletrónico, quase tudo é móvel, quase tudo está permanentemente em todo o lado.

1

Utiliza-se aqui a designação proposta por Manuel Castells na trilogia *A Era da Informação*, cujo 1.º volume foi publicado em 1996 (a edição portuguesa é da Fundação Calouste Gulbenkian e data de 2001; a obra foi atualizada duas vezes pelo autor, datando a 3.ª edição portuguesa de 2007). A leitura desta obra é recomendada para todos os que queiram compreender a sociedade em que vivemos.

As bibliotecas vêm-se assim impelidas a desenvolver os seus serviços em coerência com a evolução dos suportes e dos meios de transmissão e acesso à informação, tal como fizeram noutras Eras da História da Humanidade. Não obstante, enfrentam uma situação completamente nova no que diz respeito, quer aos meios de produção e difusão da informação, quer ao comportamento dos utilizadores, muitos deles já nascidos num ambiente marcado pelo digital, e cuja crescente autonomia os leva a frequentemente dispensar o papel da biblioteca como intermediária preferencial no acesso à informação. São estes, a chamada *Geração Z*, as crianças e jovens nascidos no início do século XXI, que constituem os principais destinatários do labor das bibliotecas escolares, e é com eles que as novas bibliotecas se deverão dedicar a construir comunidades de leitura e aprendizagem. Nestas comunidades, uma das palavras-chave que distingue a biblioteca de outras possíveis comunidades de informação é confiança: confiança na qualidade, confiança na adequação, confiança na atualidade dos recursos, e é também por isso que a gestão de coleções continua a ser um aspeto crucial da atividade das bibliotecas.

O mercado editorial transformou-se e tornou-se mais complexo, enredado em poderosos motores de pesquisa como a Google, editoras multinacionais igualmente poderosas e bases de dados de todo o tipo, incluindo livrarias digitais de alcance mundial, que oferecem condições e tecnologia altamente atrativas para os consumidores. Também o ensino e os materiais de apoio ao ensino sofreram radicais alterações, abrindo espaços para fora da sala de aula, desmaterializando-a e proporcionando maior autonomia e mais opções de aprendizagem aos alunos. Mais do que uma mudança estratégica na gestão das bibliotecas, tudo isto exige uma verdadeira mudança de paradigma relativamente ao próprio conceito do serviço que prestam — não se trata já de dinamizar coleções, mas de atender às necessidades concretas dos utilizadores, tentando superar em qualidade e diversidade as ofertas tentadoras, mas muitas vezes enganadoras e insuficientes, do mercado, e visando a criação de comunidades a partir do trinómio utilizadores-coleções-serviços, tendo os utilizadores como principal denominador. Neste contexto, a acumulação de informação deixou de ser a prioridade, da mesma maneira que já não é a coleção *possuída* que define as bibliotecas: a coleção é um dos serviços oferecidos, mas é hoje mais do que um património estável e acumulado, baseado na aquisição perdurável, matéria palpável através da qual o serviço se autoavalia. A essa coleção tradicional, acrescem o licenciamento de recursos e a negociação de direitos de autor, a subscrição de serviços comerciais de informação, a possibilidade de criação de conteúdos próprios e a adesão simultânea a coleções de acesso aberto da Internet livre, com a inerente produção de metadados, aumentando grandemente o leque de possibilidades de enriquecimento das coleções, mas também a responsabilidade de uma seleção criteriosa, concebida a partir das necessidades dos utilizadores e de uma divulgação assente em modelos e formatos que permitam uma rápida descoberta através de motores de busca.

No que diz respeito aos procedimentos concretos de gestão, desenvolvimento e curadoria das coleções, o paradigma digital vem alterar as próprias tarefas base destas atividades, tais como a seleção, a aquisição, o armazenamento e a preservação de documentos, para não falar dos produtos e serviços decorrentes, como os catálogos, a difusão e o empréstimo. Nunca é demais repetir que a posse dos recursos não é hoje a única ou mesmo a solução mais desejável, pois muitos podem simplesmente ser subscritos ou alugados com opção de compra (fazendo uma analogia com outras atividades do dia-a-dia, trata-se de um processo semelhante ao *leasing* de automóveis, por exemplo). Note-se que a subscrição de recursos, se bem que tenha a desvantagem de não se constituir na posse efetiva dos documentos, resolve alguns dos eternos problemas das bibliotecas, como o espaço de armazenamento (no caso, não em salas e estantes mas na nuvem ou em servidores, cuja potência pode ser maior ou menor consoante o número e a dimensão dos recursos que albergam) e a necessidade de desbaste de coleções desatualizadas ou cujos temas ou autores deixaram de estar na moda, como hoje tanto acontece, e permite um melhor desenvolvimento de atividades de curadoria, criando, desenvolvendo e, depois, se necessário, descartando núcleos de interesses, temáticos ou outros, tão característicos da Biblioteca contemporânea: a Biblioteca que flui, com “atenção (...), consciência, propósito, interação e *feedback*”, de acordo com a tese proposta por Sanches (2015).

Num tempo de fortes restrições financeiras, e atendendo aos elevados valores que implica o acesso à edição eletrônica, o número de utilizadores potenciais de determinados recursos pode ser decisivo para o preço final da editora, o que leva ao imperativo de trabalhar com consórcios ou redes de cooperação. Analisando a questão do ponto de vista do armazenamento, se o suporte digital obvia ao problema da existência de instalações físicas de depósito que, com o passar dos anos, se vão tornando insuficientes, um novo problema vem a colocar-se pois, não ocupando embora espaço físico, as coleções digitais ocupam espaço virtual em *bits* e *bytes*, exigindo para a sua preservação, facilidade e velocidade de uso, a existência de servidores poderosos de manutenção exigente. Para além disso, uma biblioteca ou repositório digital constitui-se como um serviço completo de biblioteca ou arquivo: mais do que armazenamento, implica o cumprimento de toda uma série de requisitos técnicos de preservação, organização, acesso e difusão que tornam complexas as plataformas onde se alojam, quer a nível da sua criação, quer do desenvolvimento e permanente atualização.

Esta nova realidade traduz-se na libertação de cada biblioteca do enclausuramento em si mesma, obrigando-a a participar em consórcios e redes de cooperação. Mais do que a ideia de biblioteca sem paredes, trata-se de construir a biblioteca em rede e só nesse conceito de rede é possível gerir e desenvolver coleções consistentes, adequadas e fiáveis.

O presente documento vem atualizar e complementar informação que se encontra dispersa por publicações anteriores da Rede de Bibliotecas Escolares,

apresentando uma visão de conjunto da problemática associada à gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções em bibliotecas escolares na Era Digital. Uma contextualização teórica é associada a uma abordagem prática, com propostas de boas práticas e modelos de trabalho que poderão ser adaptados e reutilizados por cada biblioteca, ou rede de bibliotecas.

Organizada em cinco capítulos, esta obra começa por identificar conceitos, princípios e práticas no Capítulo I, contextualizando o tema e identificando os elementos de uma política de seleção. No Capítulo II apresentam-se os critérios de seleção, em geral, e de acordo com os tipos de recursos, com vista à constituição de coleções equilibradas resultantes de uma avaliação coerente e documentada, concluindo com a proposta de um instrumento de apoio à seleção de documentos. No Capítulo III, dedicado aos livros e à edição eletrónica, abordam-se os aspetos tecnológicos inerentes ao ambiente digital, no âmbito da produção e acesso aos documentos, referem-se alguns modelos e custos de licenciamento e aquisição e abordam-se os aspetos legais que caracterizam os diversos modelos, bem como as suas consequências na atividade das bibliotecas. O Capítulo IV introduz os elementos da decisão para a gestão e curadoria das coleções, com particular incidência no conhecimento e envolvimento da comunidade escolar e educativa, seus agentes e instituições; o envolvimento em consórcios e redes é abordado no contexto de cada subcapítulo e são propostos instrumentos para a recolha de dados. No último capítulo, dedicado às boas práticas, desenvolvem-se sugestões, ideias e exemplos enunciados ao longo da obra, e que se apresentam como pontos de reflexão e pistas para a ação das bibliotecas escolares no caminho para um futuro recheado de incertezas.

Cada capítulo conclui com uma lista das referências bibliográficas citadas e, nalguns casos, o leitor é encaminhado para ficheiros anexos que se constituem como instrumentos de trabalho.

No final, e após as Conclusões, é apresentada uma bibliografia básica para o aprofundamento de conhecimentos e para apoio à tomada de decisão. Uma vez que a edição portuguesa na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em geral é muito reduzida, esta bibliografia é maioritariamente composta por publicações em Inglês.

CAPÍTULO I

GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CURADORIA DE COLEÇÕES: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

Índice de tabelas

Princípios da seleção.....	Tabela 1.
Princípios da seleção em relação ao apoio curricular.....	Tabela 2.
Princípios da seleção em relação às considerações sociais.....	Tabela 3.
Objetivos da seleção.....	Tabela 4.

Sumário

11	Conceitos
11	Coleção
12	Gestão de coleções
13	Desenvolvimento de coleções
13	Curadoria
14	Política de Seleção
15	Princípios da seleção
16	Princípios da seleção de acordo com o apoio curricular e as considerações sociais
17	Objetivos da seleção
18	Responsabilidade pela seleção
19	Referências

Neste capítulo esclarecem-se os conceitos, práticas e processos associados à gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções, com especial destaque para a política de seleção.

CONCEITOS

COLEÇÃO

O termo “coleção” corresponde ao de “fundo documental”, que foi usado preferencialmente nas bibliotecas portuguesas até aos finais do século XX, e que designa um conjunto de recursos de informação reunidos artificialmente, de acordo com determinadas características comuns. Como estes recursos vão sendo reunidos no decorrer dos anos e têm origens e tipologias muito diversas, o termo é usado normalmente no plural. Não obstante, o conceito de *fundo documental* está muito ligado à tradição patrimonial e custodial das bibliotecas do Sul da Europa, sendo difícil associá-lo à dinâmica flexível e mais centrada no acesso ao conhecimento que caracteriza o movimento da informação na era digital. Talvez por essa razão, a palavra “coleção”, oriunda do mundo anglo-saxónico, foi conquistando terreno a partir do início do século XXI e é hoje comumente utilizada para designar os recursos de todo o género e em qualquer tipo de suporte, organizados e tratados por uma biblioteca com o objetivo de os tornar acessíveis aos utilizadores, não implicando, como antes, o armazenamento enquanto indicador de posse, mas antes a localização e as modalidades de acesso.

Seguindo a definição da ISO 2789:2013 (ISO, 2013), a coleção é constituída por todos os documentos disponibilizados por uma biblioteca aos seus utilizadores e integra tanto os materiais possuídos localmente como os recursos remotos, de acordo com os direitos de acesso permanente ou temporário, adquiridos através da própria biblioteca, de consórcios ou de financiamentos externos e incluídos no OPAC ou noutras bases de dados disponibilizadas através do serviço, excluindo-se apenas os recursos de Internet relativamente aos quais a instituição não possui direitos de acesso legal.

Aplicando o conceito à biblioteca escolar, Mardis considera que:

(...) a coleção da biblioteca escolar define-se como o conjunto de fontes de informação (impressas, não impressas e digitais) selecionadas, organizadas e geridas pelos bibliotecários escolares para uma determinada comunidade de utilizadores (alunos, professores e, por vezes, pais e outros membros da comunidade) (Mardis, 2016, p. 27) ².

2

Tradução da autora.

Note-se que os elementos tradicionalmente associados às coleções, como a tangibilidade (existência física dos recursos) ou a propriedade, um e outro indissociáveis, deixam de ser absolutos neste novo conceito. De acordo com as definições acima expostas, na era digital não é obrigatório, como

acontecia anteriormente, que os recursos sejam efetivamente possuídos pela biblioteca; nesse sentido, o conceito de coleção é alterado, alargando-se de forma a designar também aqueles recursos cujo acesso é providenciado pela biblioteca, independentemente de quem seja o detentor da respetiva propriedade o que, em conjunto com as características específicas dos recursos digitais (volubilidade, efemeridade, transformação...) leva à integração no conceito da ideia de curadoria, ainda que não expressa. As bibliotecas na era digital não são avaliadas tanto pela dimensão da coleção, mas mais pelo efeito que os recursos a que é possível aceder têm nos utilizadores, isto é, no caso das bibliotecas escolares, da dimensão do efeito que têm na melhoria da aprendizagem, o quanto influenciam e apoiam a educação e a preparação para a vida: a qualidade da biblioteca mede-se pelos serviços e conhecimento que fornecem à comunidade de utilizadores (Chadwell, 2012). E, de facto, para o utilizador nado-digital, a perceção da coleção vem-lhe da facilidade de acesso que é proporcionada pelo mediador, muito mais do que da dimensão física de um conjunto de documentos concentrados num mesmo espaço – é por isso que, cada vez mais, a biblioteca escolar tem de contar com o seu público preferencial, os alunos, como parceiro no processo de gestão e desenvolvimento das coleções, e agir de forma colaborativa e uniforme quanto aos catálogos e aos interfaces de pesquisa, sob pena de não atingir os seus objetivos de promoção da aprendizagem, do conhecimento e da cidadania.

GESTÃO DE COLEÇÕES

Gestão de coleções é um termo genérico que implica a planificação e envolve os processos de eliminação ou abate, negociação, abertura e cancelamento de subscrições, armazenamento e preservação dos recursos, e, também, os procedimentos que permitem a tomada de decisões, tais como os estudos de utilizadores, a avaliação da coleção, a elaboração de orçamentos, a avaliação das relações custo/ benefício, ou a política de recursos humanos, nomeadamente a atribuição de tarefas (Fuentes Romero, 2007). Para que a gestão de coleções tenha sucesso, é importante que o professor bibliotecário e os membros da equipa da biblioteca se integrem na comunidade, seguindo os princípios defendidos por autores como Shumaker (2012): o bibliotecário incorporado (*embedded librarian*) é aquele que estabelece relações ativas com a comunidade de utilizadores (professores e alunos), tornando-se cada vez mais conhecedor dos seus interesses, necessidades e motivações e adquirindo assim competências que lhe permitem gerir as coleções e a biblioteca de forma mais eficaz.

A gestão de coleções é um conceito amplo que engloba o desenvolvimento de coleções, do qual é indissociável e que concretiza aquilo que é planificado ao nível da gestão.

**DESENVOLVIMENTO
DE COLEÇÕES**

DESENVOLVIMENTO:
PORQUÊ? (estratégia)

SELEÇÃO:
O QUÊ? (tática)

AQUISIÇÃO:
COMO? (operações)

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Por *desenvolvimento de coleções* entende-se o “processo racional de construção e manutenção de coleções, de acordo com as prioridades da instituição e os interesses e necessidades dos utilizadores” (Johnson, 2009).

O desenvolvimento de coleções integra as seguintes atividades ou tarefas: seleção e aquisição, definição e coordenação da política de seleção, avaliação das necessidades dos utilizadores reais e potenciais, recolha de evidências para a orçamentação e gestão dos orçamentos, identificação das necessidades da própria coleção, relação com a comunidade de utilizadores, planificação da partilha de recursos e contratação e negociação de recursos eletrónicos (normalmente comercializados em “pacotes”).

Corrall (2012) sintetiza os níveis hierárquicos dos processos integrados na gestão de coleções, considerando que (a) o desenvolvimento de coleções pergunta o *porquê* e é uma atividade estratégica, (b) a seleção pergunta o *quê* e situa-se ao nível da tática, e a aquisição responde ao *como*, realizando as operações necessárias à conclusão do processo inicial da gestão de coleções (seguem-se o tratamento técnico, a indexação, a arrumação, a difusão, a avaliação e a preservação ou abate como destinos finais).

CURADORIA

Curadoria é um ato de seleção a partir da compreensão da abrangência de uma coleção e de uma política de desenvolvimento de coleções, observando as suas falhas e adquirindo ou reunindo recursos que a tornem mais compreensiva e focada nas matérias que cobre, tendo sempre em atenção o conhecimento da comunidade. A curadoria digital implica a pesquisa, enquadramento e organização da informação, criando um contexto e uma arquitetura fiáveis para que os utilizadores possam recuperar conteúdos adequados às suas necessidades e expectativas (Corrao, 2016). Tradicionalmente, o conceito de curadoria está ligado ao mundo da arte e dos museus, aplicando-se, em serviços como as bibliotecas, principalmente às atividades relacionadas com a gestão de coleções em bibliotecas patrimoniais ou especializadas, ou à coordenação de exposições, selecionando e organizando objetos bibliográficos ou outros. É considerada uma tarefa de caráter subjetivo e interpretativo e, por essa razão, tardou a associar-se à atividade das bibliotecas, regida por normas e técnicas rígidas e de há muito estabelecidas com o objetivo de facilitar a comunicação da informação (regras de catalogação e classificação, por exemplo). Não obstante, parte substancial da atividade das bibliotecas é curadoria de conteúdos: a seleção é uma atividade de curadoria, tal como a organização da informação, e tarefas tão simples e antigas como a elaboração de dossiers temáticos a partir da recolha

Veja-se o curso de mestrado em Gestão e Curadoria da Informação, da Universidade Nova de Lisboa.

de artigos, ilustrações, excertos de livros, etc., isto é, conteúdos recolhidos das mais diversas proveniências, são na realidade tarefas de curadoria. Trata-se pois de um termo que corresponde a uma realidade, mas que tardou a ser aplicado para descrever essa realidade.

Hoje em dia, a curadoria aplica-se com particular acuidade às bibliotecas digitais: em fevereiro de 2011 a Biblioteca Pública de Nova Iorque criou a que possivelmente será a primeira carreira de curador digital de uma biblioteca e, entretanto, termos como curadoria de conteúdos, ou curadoria digital, relacionados com as bibliotecas, alcançaram estatuto de maioria quando a curadoria da informação se tornou tema de disciplinas académicas e cursos pós-graduados, também em Portugal³.

Na verdade, nas bibliotecas, o ambiente digital veio provocar a substituição do predomínio da ideia de *posse* pelo de *acesso* aos recursos, diminuindo o peso da coleção enquanto entidade física ou virtual e aumentando o da *circulação*, isto é, da criação de condições de acesso, recuperação, disseminação e reutilização da informação, recorrendo para tal a uma grande variedade de ferramentas e aplicações disponíveis na Web.

É assim que a curadoria de coleções digitais envolve, para além da seleção, a gestão de aspetos como os direitos de autor, a ética da informação ou as limitações orçamentais, mas também a atribuição de contexto informativo aos recursos (atribuição de metadados ou ligações para outros conteúdos) e a definição de dispositivos e suportes de acesso e leitura (*software*, *apps*...) que permitam a difusão dos conteúdos em ambientes fidedignos, e ainda de métodos de preservação (Abbott, 2008). A curadoria de coleções implica uma permanente avaliação, redefinição e atualização das coleções, incluindo a pesquisa, contextualização e refinamento, envolve competências avançadas de literacia digital (incluindo a recuperação, edição, representação, classificação e gestão do ciclo de vida da informação) e aplica-se à produção própria da biblioteca a partir das coleções, tema que será abordado no capítulo V. É considerada uma das cinco principais competências dos bibliotecários no séc. XXI (LibSource, 2013).

POLÍTICA DE SELEÇÃO

A *política de seleção* é um dos elementos do *Manual de Gestão e Desenvolvimento de Coleções* e deverá conter linhas de orientação e estabelecer procedimentos conducentes à escolha dos recursos de informação a incluir na biblioteca, incluindo os critérios de seleção. Tal como em relação a outras atividades da biblioteca, a *política de seleção* deve resultar num documento transparente, amplamente divulgado junto da comunidade.

Consideram-se elementos de uma política de seleção, (1) os *princípios da seleção*, (2) os *objetivos da seleção*, (3) a *responsabilidade pela seleção* e (4)

os *critérios de seleção*. Em seguida apresentam-se as características dos três primeiros elementos e enunciam-se algumas sugestões de frases adequadas a incluir no documento que estabelece a política de seleção de cada escola ou agrupamento, sendo os critérios de seleção tratados em capítulo próprio (Cap. II).

PRINCÍPIOS DA SELEÇÃO

Os *princípios da seleção* apresentam os valores, visão e missões do agrupamento ou escola, tal como formulados no Projeto Educativo e demais documentos internos. Caso não haja menção específica nestes documentos, recomenda-se que seja acrescentada uma referência à importância dos recursos educativos da biblioteca no apoio à prossecução dos objetivos da escola.

Os *princípios da seleção* devem apresentar como fundamentos os seguintes documentos da IFLA: [Internet Manifesto 2014](#) (IFLA, 2014), [Declaração da IFLA sobre Bibliotecas e Liberdade Intelectual](#) (IFLA, 1999), [Código de Ética Para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação](#) (IFLA, 2012) e [Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO](#) (1999). Os títulos devem funcionar como ligações diretas para os documentos originais ou remeter para anexos numa versão impressa, de maneira a que possam ser consultados de imediato por qualquer pessoa que leia ou consulte o texto.

A apresentação dos princípios da seleção deve ser elaborada numa linguagem cuidada, que exprima claramente os fundamentos que presidem à sua conceção. Na tabela 1 enunciam-se, a título de exemplo, algumas frases que poderão ser utilizadas ou adaptadas para a construção do documento:

Tabela 1. Princípios da seleção

- A escola/ o agrupamento de escolas, através das suas bibliotecas escolares, assegura um acesso aberto e equitativo aos recursos de informação necessários ao processo de ensino e aprendizagem.
- As coleções das bibliotecas assegurarão a satisfação das necessidades de leitura e informação dos estudantes, apoiando as atividades letivas e o desenvolvimento pessoal.
- As bibliotecas do agrupamento incluirão recursos em diversos formatos e contemplarão distintos níveis de dificuldade, acompanhando a evolução da aprendizagem e as características individuais dos alunos.
- Os recursos das bibliotecas apresentarão as matérias na diversidade dos pontos de vista de uma forma objetiva e não estereotipada.
- Os recursos serão constituídos numa perspetiva global, promovendo a diversidade e a compreensão do outro.
- Os recursos de informação serão sempre selecionados tendo em consideração a promoção do pensamento crítico e o desenvolvimento da capacidade de apreciação estética.
- Recursos adequados a alunos com necessidades educativas serão sempre considerados na constituição e desenvolvimento das coleções. ■

Fonte: adaptação de Mardis (2016, p. 83)

PRINCÍPIOS DA SELEÇÃO DE ACORDO COM O APOIO CURRICULAR E AS CONSIDERAÇÕES SOCIAIS

Numa biblioteca escolar, os *princípios de seleção* devem obedecer a critérios gerais relacionados com a missão da biblioteca no contexto educativo, revelando potencial de aprendizagem e atenção à qualidade e adequando-se aos conteúdos curriculares, às faixas etárias dos alunos e às características socioeconómicas e culturais da comunidade, bem como aos propósitos de pluralidade, liberdade intelectual, compreensão do outro e diversidade estética. No que diz respeito à adequação aos currículos, o professor bibliotecário deve analisar a oferta curricular e formativa (cursos e níveis de ensino, projetos e clubes ou, no caso de existir, o Plano Curricular da Escola ou Agrupamento).

Assim, e em relação aos conteúdos, os princípios que regem a análise e avaliação dos recursos são concebidos em função de duas grandes áreas, uma relativa às considerações específicas sobre os documentos destinados ao apoio curricular e outra aos aspetos sociopolíticos e culturais neles refletidos. As tabelas 2 e 3 enumeram os critérios preferenciais de seleção, aplicando os princípios acima enunciados.

Tabela 2. Princípios da seleção em relação ao apoio curricular

- Documentos que promovam a realização de atividades de aprendizagem.
- Documentos que promovam tanto a aprendizagem individual como o trabalho de grupo e a colaboração.
- Documentos que promovam a reflexão autónoma, o pensamento crítico e a tomada de decisão.
- Documentos com conteúdos e atividades flexíveis, de maneira a corresponderem a distintas necessidades e competências de aprendizagem, incluindo dificuldades físicas ou intelectuais de acesso à informação. ■

Fonte: adaptação de PEI (2008, p. 5)

Tabela 3. Princípios da seleção em relação às considerações sociais

- Documentos que promovam a igualdade de género e que demonstrem sensibilidade relativamente à orientação sexual e às diferenças individuais, sociais e culturais.
- Documentos que promovam a inclusão e a multiculturalidade.
- Documentos que desenvolvam o sentido de responsabilidade, a cidadania e o reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos.
- Documentos que promovam, ao mesmo nível, a autoestima e o respeito pelo outro.
- Documentos que promovam o reconhecimento e a integração dos alunos com necessidades educativas.
- Documentos que apresentem boas práticas de segurança e saúde pública e no trabalho, quer a nível textual, quer de imagem (por exemplo, o uso de cintos de segurança ou capacetes de proteção, a reutilização dos materiais, a reciclagem e seleção do lixo, etc.).
- Documentos que apresentem modelos de comportamento positivos. ■

Fonte: adaptação de PEI (2008, pp. 6-7)

OBJETIVOS DA SELEÇÃO

Este capítulo da política de seleção aplica a visão, missão e objetivos da escola ou agrupamento aos objetivos da coleção, demonstrando os benefícios do processo para o ensino e a aprendizagem.

Os objetivos da seleção identificam os recursos que serão integrados nas coleções, apresentam uma ponderação dos diversos tipos de recursos a incluir e descrevem as bases para a avaliação da adequação educativa dos recursos destinados quer aos professores, quer aos alunos. Na Tabela 4 apresentam-se os principais objetivos da seleção, com elaboração frásica que pode ser usada *ipsis verbis* ou adaptada ao documento produzido por cada Escola ou Agrupamento.

Tabela 4. Objetivos da seleção

- Disponibilizar à comunidade os recursos de informação necessários ao apoio, enriquecimento e aprofundamento das matérias lecionadas nos currículos.
- Contribuir para a prossecução dos objetivos de aprendizagem inscritos nos programas de cada disciplina.
- Enriquecer o curriculum com recursos representativos da especificidade e dos distintos pontos de vista, hábitos e tradições da comunidade, no que diz respeito aos aspetos económicos, étnicos, sociais, culturais ou religiosos que nela convivem.
- Tornar acessível um vasto leque de materiais de qualidade com diversos níveis de dificuldade.
- Garantir a pluralidade das coleções (pressupõe um equilíbrio nas decisões de seleção, nomeadamente no que diz respeito às formas de abordagem dos conteúdos, sempre que se aplique).
- Representar distintos pontos de vista sobre uma mesma matéria, de maneira a estimular o espírito crítico e a tomada de decisões, autónoma e informada, sobre os mais variados aspetos da vida quotidiana e da sociedade.
- Assegurar a existência de recursos apropriados às idades, nível e estilos de aprendizagem e desenvolvimento intelectual e emocional dos utilizadores.
- Garantir a relevância e atualidade das coleções no contexto do conhecimento contemporâneo e refletir temas pertinentes da sociedade atual.
- Distinguir entre opiniões, convicções ou preconceitos pessoais e informação objetiva e necessária, selecionada com objetividade e rigor no interesse do conhecimento comum.
- Representar a variedade dos formatos, incluindo impressos e digitais, de acordo com o que mais eficazmente poderá apoiar os alunos na aprendizagem.
- Estimular o crescimento intelectual, o conhecimento dos factos e a apreciação literária e artística.
- Corresponder a critérios de qualidade no que diz respeito aos conteúdos, formatos e forma de apresentação da informação.
- Refletir uma relação equilibrada entre custo e benefício.
- Apresentar qualidades literárias, artísticas e científicas e, sempre que necessário, contextualizar histórica e socialmente as matérias.
- Divulgar as obras clássicas da literatura universal e nacional, mas também obras de vanguarda e experimentais, abrindo o leque de perspetivas e olhares sobre o mundo.
- Assegurar o melhor potencial possível de utilização alargada e prolongada.
- Revelar potencial para motivar os estudantes a procederem à análise crítica das leituras, ao autoquestionamento, à compreensão dos seus direitos, deveres e responsabilidades enquanto cidadãos e à utilização da informação para a tomada de decisões no decurso da sua vida. ■

Fonte: adaptação de Mardis (2016, pp. 84-85)

RESPONSABILIDADE PELA SELEÇÃO

A responsabilidade pela seleção implica a identificação dos participantes no processo de seleção, incluindo o papel e o nível de envolvimento dos coordenadores de departamento, órgãos de gestão, professores, alunos, pessoal não docente e comunidade educativa.

A redação do capítulo deve começar por estabelecer que a direção do agrupamento ou escola delega nos professores bibliotecários a responsabilidade da seleção. Não obstante, numa biblioteca escolar essa responsabilidade, no que diz respeito aos recursos destinados ao apoio e desenvolvimento curricular, é forçosamente guiada pelas sugestões dos professores que, no início de cada ano letivo, devem enviar as suas sugestões para a biblioteca; os professores devem pois estar conscientes da política de seleção da escola ou agrupamento e seguir as orientações e princípios nela enunciados. Neste sentido, o papel do bibliotecário será o de avaliar as sugestões, verificar se há coincidências temáticas ou de existências na coleção pré-existente, e estudar alternativas em termos de suporte e custos e validação final da aquisição, de acordo com os procedimentos instituídos na escola ou agrupamento.

Para estimular a participação dos docentes e da comunidade no processo da seleção, a biblioteca pode considerar explorar as potencialidades da tecnologia. Tal implicará um estudo prévio e continuado sobre as formas de comunicação preferenciais de professores e alunos, as redes sociais mais usadas, os códigos e procedimentos de contacto, de maneira a divulgar (e obter) novidades e conquistar o interesse dos utilizadores para a partilha de responsabilidades no desenvolvimento das coleções da biblioteca. A título de exemplo, podem ser criados *tops* de livros, propostos desafios ou apresentados pequenos questionários, de preferência através de *smartphones* ou outros aparelhos eletrónicos disponíveis, atribuindo-se prémios virtuais aos participantes, como *badges* colecionáveis para distintas formas de participação, posteriormente anunciados nas próprias redes sociais, em blogues ou em iniciativas presenciais das bibliotecas.

Independentemente da aplicação rigorosa dos critérios de seleção, que serão apresentados no próximo capítulo, uma pequena parte do orçamento disponível para aquisições poderá ser dedicada à compra de recursos sugeridos pelos alunos permitindo-se, se tal for o caso, que o critério da popularidade seja um incentivo adicional ao uso das coleções e serviços de qualidade oferecidos pela biblioteca.

REFERÊNCIAS

- Abbott, D. (2008). What is digital curation? In: *DCC briefing papers: introduction to curation*. Edinburgh: Digital Curation Centre. [Em linha]. Retirado de <http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing-papers/introduction-curation/what-digital-curation>.
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. (3.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chadwell, F. A. (2012). What's Next for Collection Management and Managers?: Assessing the Value of Collection Services. *Collection Management*, 37(2), 58-64. [Em linha]. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/01462679.2012.664482>
- Corrall, S. (2012). The concept of collection development in the digital world. In *Collection development in the digital age*. (pp. 3-25). London: Facet Publishing.
- Corrao, R. (2016). Top five librarian skills 1: information curation. In: *LACGroup Blog*. [Em linha]. Retirado de <https://lac-group.com/blog/>
- Fuentes Romero, J. J. (2007). Las definiciones de la colección de materiales de las bibliotecas. Los conceptos de desarrollo y gestión de las colecciones: un estado de la cuestión. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, (88-89), 89-108. [Em linha]. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2695898.pdf>
- Gabriel, M. R. (1995). *Collection Development and Collection Evaluation*. London: Scarecrow Press.
- IFLA. (1999). *Declaração da IFLA Sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual*. [Em linha]. Retirado de https://www.ifla.org/files/assets/faife/statements/iflastat_pt.pdf
- IFLA. (2012). *Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação*. [Em linha]. Retirado de <https://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portuguese/codeofethicsfull.pdf>
- IFLA. (2014). *Internet Manifesto 2014*. [Em linha]. Retirado de <https://www.ifla.org/publications/node/224>
- IFLA/ UNESCO. (1999). *Manifesto da IFLA/ UNESCO da Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos*. [Em linha]. Retirado de <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>
- ISO. (2013). ISO 2789:2013 - Information and documentation - International library statistics. *Technical Committee : ISO/TC 46/SC 8 Quality - Statistics and performance evaluation*. [Em linha]. Retirado de <https://www.iso.org/standard/60680.html>
- Johnson, P. (2009). *Fundamentals of collection development and management* (2nd ed.). Chicago, Il.: American Library Association.

Mardis, M. A. (Ed.) (2016). *The Collection Program in Schools: Concepts and Practices* (6th ed.). Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited.

PEI. (2008). *Evaluation and Selection of Learning Resources : A Guide*. Charlottetown, Canadá: Prince Edward Island - Department of Education.

Rede de Bibliotecas Escolares. (2011). *Gestão da coleção*. Lisboa: Rede Bibliotecas Escolares. [Em linha]. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/788.html>

Shumaker, D. (2012). *The Embedded Librarian*. Medford NJ: Information Today.

CAPÍTULO II

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE RECURSOS

Índice de tabelas

Questões gerais a responder antes da seleção de um recurso.....	Tabela 5.
Critérios gerais de seleção: elementos da avaliação.....	Tabela 6.
Livros impressos: elementos da seleção.....	Tabela 7.
Vantagens e desvantagens dos livros impressos.....	Tabela 8.
Ebooks: elementos da seleção.....	Tabela 9.
Vantagens e desvantagens dos Ebooks.....	Tabela 10.
DVDs: elementos da seleção.....	Tabela 11.
Vantagens e desvantagens dos DVDs.....	Tabela 12.
Recursos de Internet: elementos da seleção.....	Tabela 13.
Vantagens e desvantagens dos sítios Web.....	Tabela 14.
Apps: elementos da seleção.....	Tabela 15.
Apps: critérios de seleção de acordo com a faixa etária.....	Tabela 16.
Vantagens e desvantagens das apps.....	Tabela 17.
Publicações periódicas: elementos da seleção.....	Tabela 18.
Vantagens e desvantagens das publicações periódicas.....	Tabela 19.
Jogos: elementos da seleção.....	Tabela 20.
Vantagens e desvantagens dos jogos.....	Tabela 21.

Sumário

23	Sobre os critérios de seleção
24	Critérios gerais de seleção: elementos da avaliação
24	Critérios gerais de seleção: conteúdos
26	Critérios específicos de seleção, por suporte e tipo de recurso
27	Livros impressos
29	Livros eletrónicos (<i>ebooks</i>)
31	DVDs
32	Recursos de Internet: sítios Web
35	Aplicações (<i>Apps</i>)
39	Publicações periódicas (impressas e eletrónicas)
40	Jogos
43	<i>Checklists</i> para avaliação de recursos
44	Referências

Neste capítulo apresentam-se os critérios de seleção, em geral, e de acordo com os tipos de recursos, com vista à constituição de coleções equilibradas resultantes de uma avaliação coerente e documentada. Os critérios de seleção adotados devem ser incluídos no *Manual de Gestão e Desenvolvimento da Coleção*, no capítulo dedicado às políticas de seleção

SOBRE OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Num contexto em que os recursos financeiros são reduzidos, é importante enunciar critérios de seleção claros e detalhados, não só para constituir coleções adequadas e obter o melhor rendimento possível a partir de pequenos orçamentos, mas também para, a todo o momento, poder justificar decisões de aquisição junto, quer da direção da escola ou agrupamento, quer da comunidade.

Os critérios de seleção são requisitos gerais aplicáveis a todo o tipo de suportes e conteúdos e adquiridos sob qualquer forma (compra, oferta ou permuta), e por listas de critérios específicos, de acordo com a natureza dos recursos e o tipo de suporte.

A fundamentação de qualquer decisão de aquisição deve responder a três questões principais sobre a necessidade, relevância e formato dos recursos, correspondendo sempre aos princípios e objetivos da seleção apresentados no Capítulo I. Essas questões e suas implicações são apresentadas na Tabela 5:

Tabela 5. Questões gerais a responder antes da seleção de um recurso

- O documento é mesmo necessário? (implica a avaliação sistemática da coleção).
- O documento corresponde às necessidades dos utilizadores? (implica sondagem sistemática junto dos utilizadores).
- O formato proposto é o mais adequado ao conteúdo? (implica a análise comparativa dos recursos). ■

Na sequência das respostas a estas perguntas de partida procede-se a uma análise mais detalhada do conteúdo, do formato e requisitos técnicos e do valor potencial do recurso para a formação individual dos alunos e para a aprendizagem. Atenda-se ao facto de que a generalidade das pessoas, embora combine várias formas de apreensão da informação, detém um estilo distinto de aprendizagem: visual, auditivo ou cinético, o que significa que os alunos aprendem melhor se os recursos se adequarem ao seu estilo predominante. Para além disso, alunos portadores de deficiências visuais, auditivas ou cognitivas também devem encontrar na biblioteca recursos adequados às suas necessidades. Daí a importância de se procurar constituir coleções em que os documentos correspondam a uma variedade de suportes adequados a cada tema.

Em seguida, apresentam-se os critérios gerais de seleção, aplicáveis a todos os tipos de documentos. No próximo ponto será feita a indicação detalhada dos requisitos de avaliação para recursos específicos, considerando os suportes e a tipologia: impressos, digitais, sonoros e audiovisuais e jogos.

CRITÉRIOS GERAIS DE SELEÇÃO: ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação de qualquer recurso de informação deve considerar aspetos gerais relacionados com a autoridade (reconhecimento do autor), a fiabilidade, a atualidade, a pluralidade, relevância e ponderação relativamente às coleções pré-existentes, às verbas disponíveis e ao aprofundamento da aprendizagem e desenvolvimento de competências pessoais, refletindo valores humanistas e critérios estéticos. A Tabela 6 apresenta uma relação destes critérios, que serão, em seguida, objeto de uma descrição detalhada. Os quadros laterais resumem e destacam os principais aspetos de cada critério.

Tabela 6. Critérios gerais de seleção: elementos da avaliação

- Autoridade: reputação do autor, ilustrador, editor ou produtor.
- Qualidade global dos documentos (forma e conteúdo).
- Fiabilidade dos conteúdos.
- Atualidade dos conteúdos.
- Adequação dos conteúdos à idade, maturidade intelectual e emocional, conhecimentos e competências literárias do público-alvo.
- Relação custo/necessidade.
- Valor para o enriquecimento da coleção já existente.
- Consistência da relação com os programas curriculares.
- Valor científico, técnico, estético, literário ou social dos documentos.
- Sempre que os conteúdos se refiram a matérias controversas, ideológicas ou religiosas, os documentos selecionados devem refletir a pluralidade de pontos de vista (devem ser adquiridos os recursos necessários à compreensão dessa diversidade e que permitam a formação de opiniões críticas). ■

CRITÉRIOS GERAIS DE SELEÇÃO: CONTEÚDOS

A avaliação geral do conteúdo intelectual de qualquer recurso implica juízos que nem sempre é possível assegurar que sejam totalmente imparciais, mesmo quando ela é feita por um grupo ou comissão. A imparcialidade da avaliação de conteúdos pode, mesmo que involuntariamente, ser prejudicada por considerações sociais, condições económicas, opções políticas, tendências culturais ou valores morais ou religiosos, ou até por fenómenos conjunturais, individuais ou coletivos. A definição de alguns critérios objetivos pode ajudar a obviar a estes constrangimentos e torná-los consensuais, adaptando-se a qualquer suporte de informação e aos géneros de não ficção (veja-se Gregory, 2011, Johnson, 2013 e 2018, ou Mardis, 2016, para citar apenas trabalhos mais recentes).

A avaliação de obras de ficção, literárias ou artísticas (música, cinema) contempla aspetos particulares que serão tratados em ponto próprio no final deste capítulo. No que diz respeito aos conteúdos de obras de não ficção,

Autoridade

- . O autor está claramente identificado?
- . São anunciadas as qualificações do autor?
- . A obra é aconselhada por entidades ou pessoas conhecidas?

Fiabilidade

- . Os objetivos são claros?
- . A abrangência de tratamento do tema é necessária?
- . São citados distintos pontos de vista?
- . São apresentadas as fontes de informação utilizadas? É possível verificá-las?
- . Há alguma informação falsa, preconceituosa ou de alguma forma orientada comercialmente?

Atualidade

- . Em que data foi o documento publicado ou atualizado?
- . As referências bibliográficas são atuais?
- . O tema insere-se numa área que se modifica rapidamente (por ex., tecnologia ou cultura popular)?

os critérios gerais de seleção são a autoridade, a fiabilidade, a atualidade, a adequação ao público-alvo, e a estrutura e organização. Devem ainda ser analisados o valor para a coleção e a relação qualidade/ suporte/ preço.

Autoridade

Este critério refere-se às qualificações e credibilidade dos responsáveis intelectuais de um determinado trabalho. No conceito de responsabilidade intelectual incluem-se autores, ilustradores, prefaciadores, tradutores, editores, coordenadores, produtores, realizadores e outras figuras que participem na criação do trabalho; designaremos o conjunto destes responsáveis pelo termo geral de *autores*. A autoridade avalia-se através do reconhecimento das qualificações dos autores, da qualidade e aceitação de outras obras publicadas e, em geral, da sua reputação. As fontes para a avaliação deste critério encontram-se na informação apresentada no próprio documento (identificação do autor ou autores, afiliação, contactos...), em resenhas publicadas na imprensa ou em publicações da especialidade, ou em recomendações de comissões de especialistas como, por exemplo, o Plano Nacional de Leitura.

Fiabilidade

Por fiabilidade entende-se o rigor com que o tema é tratado e a sua adequação aos objetivos apresentados. Obtêm-se dados para a avaliação deste critério analisando o sumário ou índice, a introdução e as referências bibliográficas e verificando, através dos objetivos delineados, se o recurso corresponde a uma necessidade efetiva da coleção, ou se apenas repete informação sem trazer nada de mais enriquecedor. Esta análise também fornecerá elementos para a perceção da diversidade ou unicidade dos pontos de vista apresentados e, nesse sentido, para a sua representatividade no contexto do tema tratado e, mais uma vez, para a compreensão da sua relevância para a coleção. O critério da fiabilidade permite verificar a autenticidade, o rigor, a atualidade, a originalidade e a validade dos conteúdos, e poderá implicar o recurso ao apoio de um colega especialista da área. Podendo conter opinião, esta deve expor-se claramente distinta dos factos, e o conteúdo não deve apresentar pontos de vista tendenciosos.

Atualidade

Os conteúdos, sobretudo nas áreas dominadas por uma evolução acelerada e que apresentam mudanças mais frequentes, como a tecnologia, devem ser atuais. Obras desatualizadas induzem em erro ao apresentarem factos que foram já contestados e revistos, no caso das ciências exatas e aplicadas, ou que foram objeto de mudanças ocorridas na atividade humana, política e social, no caso das ciências sociais e humanas. Quer as ciências sociais, quer as humanidades apresentam normalmente períodos de validade mais longos do que as ciências exatas ou aplicadas e a tecnologia, sujeitas a mais rápida evolução dos conhecimentos. A fonte para o reconhecimento da atualidade da informação não é tanto a data da publicação original como, por exemplo,

as datas da edição mais recente e das fontes bibliográficas ou documentais, que fornecem com maior exatidão a dimensão da atualidade dos recursos consultados e, logo, dos conteúdos apresentados. Da mesma maneira, um recurso publicado em formato digital não apresenta forçosamente informação mais autêntica e atual do que um recurso impresso, devendo sempre cuidar-se de verificar se se trata da versão mais recente, e se indica fontes (referências bibliográficas) e respetiva data de publicação.

Adequação ao público-alvo

Por adequação ao público-alvo entende-se a relação entre o conteúdo e forma de tratamento da informação e o público ao qual é destinado o recurso. É muito importante que as coleções de uma biblioteca escolar sejam constituídas por recursos apropriados ao nível etário e de ensino, às capacidades de aprendizagem, maturidade, interesses e condições específicas dos alunos a quem se destinam.

Os responsáveis pela seleção devem recordar-se sempre de que adquirem recursos cujos principais destinatários são os alunos e que são os interesses, necessidades e competências destes que devem ser privilegiados.

Tratamento e organização da informação

A forma como os conteúdos são organizados e apresentados pode ser determinante para a sua efetiva leitura e apropriação por parte dos alunos.

Por outro lado, é também determinante para a transmissão de informação coerente e legível que esta promova o gosto pela aprendizagem, a autonomia na aquisição de conhecimentos, a clareza do raciocínio e a criatividade. Informação mal escrita ou mal traduzida, mal filmada ou gravada, mal organizada e com excessivo ruído (de imagens desnecessárias, por exemplo), não só é contrária aos objetivos da aprendizagem, como não é estimulante de forma durável.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE SELEÇÃO, POR SUPORTE E TIPO DE RECURSO

Consideraremos aqui os principais suportes que constituem a coleção de uma biblioteca escolar: impressos (livros, jornais e revistas), multimédia (DVDs), eletrónicos ou digitais (livros, jornais e revistas eletrónicos, recursos de Internet, jogos eletrónicos e *software*) e objetos (jogos em suporte físico).

Muitos dos recursos digitais adequados para a integração nas coleções de uma biblioteca escolar são gratuitos, mas a sua avaliação previamente à seleção é, evidentemente, necessária. Da mesma maneira, há por vezes doações de coleções impressas sem qualquer interesse para a biblioteca escolar: as doações devem ser sempre objeto de um processo de avaliação, não sendo a oferta, condição de aceitação imediata, já que a qualidade de

uma biblioteca não se mede pelo número de existências, mas pela adequação e valor intrínseco dos conteúdos. Mais vale uma coleção pequena, mas abrangente e representativa, do que muitos milhares de volumes sem interesse para a comunidade.

Os princípios e critérios gerais de seleção aplicam-se de idêntica forma a cada suporte de informação e tipo de recurso. Nas decisões de seleção entrarão pois em linha de conta os critérios de avaliação da autoridade, fiabilidade, atualidade e adequação dos conteúdos ao público-alvo, relação qualidade/ preço/ necessidade e valor para o enriquecimento da coleção pré-existente.

Os critérios de seleção por tipo de recurso são apresentados em seguida em forma de tabelas, bem como as vantagens e desvantagens de cada um.

LIVROS IMPRESSOS

O livro impresso é o material tradicional e quase identitário das bibliotecas. As coleções das bibliotecas de qualquer tipo são, com algumas exceções recentes nos EUA, sobretudo constituídas por livros em papel, e a leitura em suporte impresso continua ainda a ser preferida pela maior parte dos leitores.

Na seleção de livros impressos, haverá que ter em atenção as expectativas de uso e a necessidade de adquirir vários exemplares, se for esperado que o documento seja muito solicitado. Os livros brochados tenderão a degradar-se mais do que os encadernados mas, se o público for adolescente, tenderá a preferir livros de bolso ou com capa mole. As crianças mais pequenas preferirão em geral livros com muitas ilustrações e, quer para crianças, quer para adolescentes, é adequado constituir boas coleções de banda desenhada. Finalmente, note-se que muitos adolescentes gostam de ler livros em inglês, nomeadamente aqueles que conhecem a partir da dinâmica dos jogos eletrónicos ou de séries de televisão.

Na Tabela 7 apresentam-se os principais elementos da seleção para livros impressos.

Tabela 7. Livros impressos: elementos da seleção

Elementos dos livros	Questões a considerar
Vocabulário	Variedade e qualidade do vocabulário e existência de glossários para explicar termos técnicos; nível de dificuldade do vocabulário quando relacionado com o público-alvo.
Gramática e sintaxe	Complexidade da construção frásica e sua adequação aos níveis etários e de aprendizagem, evitando o excesso de simplificação, que empobrece a conexão entre ideias; em documentos destinados aos mais pequenos, verificar a existência de frases excessivamente longas, expressões de contraste como <i>mas</i> , <i>porém</i> , <i>no entanto</i> , etc., que possam dificultar a compreensão, considerar o uso de pronomes quando os referentes são ambíguos; atenção à organização dos parágrafos no que diz respeito à sua clara identificação, coesão e construção.

Elementos dos livros Questões a considerar

Estrutura da obra	Existência de sumários ou índices, glossários quando se justifique, títulos que expressem claramente os conteúdos, organização das ideias por capítulos e subcapítulos, instruções de uso, sempre que necessárias; procurar uma estrutura clara, com ilustrações suficientes mas não excessivas, e organização limpa do corpo textual, de maneira a não criar distrações ou confusão na leitura.
Imagens (fotos, mapas, desenhos, estampas, gráficos) e tabelas	Preferência por imagens límpidas e claras e atenção à existência de demasiados elementos conflitantes que possam criar confusão; devem ser úteis ao esclarecimento do texto e não aparecer apenas para o animar; qualidade do desenho ou da fotografia; se possível, preferir textos com imagens adequadas às crianças e jovens com dificuldades de visão, i.e., que incluam tanto imagens a preto e branco como a cores.
Características físicas	Verificar a qualidade das encadernações, se as páginas não se soltam facilmente, se a impressão do texto e das ilustrações é cuidada e legível. Após a aquisição, verificar sempre se não há páginas em branco ou trocadas e se a obra em geral se apresenta completa e em estado novo. ■

Muitas pessoas preferem a leitura de livros impressos: umas rejeitam liminarmente o digital, outras têm dificuldade em adaptar-se à leitura num ecrã, mesmo nas condições ideais dos *eReaders* (luminosidade adaptada, possibilidade de virar e marcar páginas, rápido acesso aos conteúdos, por exemplo). Para as crianças da geração Z, nascidas num ambiente onde o digital predomina, a distinção entre suportes faz-se por razões distintas e a adaptação a um universo híbrido é, nelas, natural. Vejamos, na Tabela 8, algumas vantagens e desvantagens dos livros impressos, elementos que poderão auxiliar a tomada de decisões.

Tabela 8. Vantagens e desvantagens dos livros impressos

Vantagens	Desvantagens
São adequados à leitura individual.	São menos adequados para a leitura em grupo.
São fáceis de transportar.	Não têm funcionalidades interativas e não permitem um <i>feedback</i> imediato na realização de exercícios, por exemplo.
O Sumário e os Índices permitem aceder rapidamente à informação que se procura.	Exigem mais capacidade de concentração do que outros formatos.
É fácil marcar páginas, sublinhar e anotar, e reler páginas ou capítulos sempre que necessário.	O processo de publicação leva algum tempo, razão pela qual são mais difíceis de atualizar.
Não necessitam de artefactos de leitura, estão sempre disponíveis para serem lidos.	Obras extensas, como enciclopédias, ocupam muito espaço e exigem um maior investimento para serem atualizadas.
Como objetos físicos que apelam a todos os sentidos, torna-se fácil estabelecer uma relação de afeto com os livros.	Em geral, ocupam muito espaço físico e obrigam a políticas de arrumação e desbaste mais complexas.
Cobrem uma grande variedade de conteúdos, sendo no mercado editorial português o suporte com maior diversidade e abrangência temporal.	Se muito usados, ou com o tempo, tendem a degradar-se e exigem cuidados especiais de preservação e restauro. Condições deficientes de armazenamento, como a humidade, temperaturas extremas, a luminosidade ou até a forma de arrumação nas estantes são determinantes para a durabilidade de um livro impresso.
Podem ser lidos presencialmente ou emprestados.	Se muito requisitados, pode ser necessário adquiri-los em vários exemplares, onerando o orçamento da biblioteca. ■

LIVROS ELETRÔNICOS (EBOOKS)

Embora o mercado editorial português ainda não tenha uma produção muito abundante de livros eletrônicos, a cada ano que passa há mais livros publicados nas duas versões simultaneamente: impressa e digital, começando nalgumas áreas a predominar a versão digital, cujos custos de produção são mais baixos, e mais fácil a disseminação. Os livros eletrônicos são publicados em vários formatos, com predominância do *EPUB* (adequado à leitura eletrônica, por ser flexível e permitir pesquisar dentro do documentos, visualizar miniaturas e marcar páginas ou sublinhar, e por se ajustar ao dispositivo de saída) e do *PDF* (formato estático, mais adequado à impressão ou à leitura de textos curtos, embora a versão PDF/A seja otimizada para a preservação a longo termo e permita a manipulação dos conteúdos): estes são de acesso aberto e podem ser usados em qualquer dispositivo, sendo apenas necessário proceder à instalação, no computador, dos programas de leitura. No entanto, muitas editoras ou distribuidoras utilizam formatos proprietários, criam restrições à replicação dos livros em vários dispositivos, impedem a impressão ou mesmo a cópia de excertos ou limitam o número de empréstimos por exemplar, condicionando o acesso, nomeadamente quando se trata de bibliotecas. Apesar de, em Portugal, ainda muito poucas bibliotecas deterem coleções de livros eletrônicos, e embora em países onde o mercado de livros eletrônicos está muito mais avançado a tendência nos últimos anos tenha sido para a estagnação ou mesmo uma ligeira diminuição dos leitores neste tipo de suporte, não há dúvida de que há muitas vantagens na seleção de livros eletrônicos para enriquecer, dinamizar e atualizar as coleções das bibliotecas (veja-se a Tabela 10, para as vantagens e desvantagens). Alguns dos critérios de avaliação correspondem, naturalmente, aos dos livros impressos, mas outros são específicos para os *ebooks*, como detalhado na Tabela 9.

**Tabela 9. Ebooks:
elementos da seleção**

Elementos dos Ebooks	Questões a considerar
Acesso: tipo de licenciamento	Verificar se se trata efetivamente de uma aquisição, ou se é apenas uma licença de uso com permissões limitadas: há editoras que só permitem um número limitado de empréstimos ou o acesso através de um número limitado de dispositivos.
Acesso: dispositivos de leitura	Confirmar se o <i>ebook</i> pode ser lido em qualquer dispositivo ou se se trata de um formato proprietário; existindo dispositivos exclusivos, verificar se é possível descarregar aplicações que permitam a leitura noutros aparelhos (computadores, <i>tablets</i> , ou <i>smartphones</i>).
Tipo de aquisição	Confirmar se é possível adquirir os livros individualmente a preços razoáveis ou se é exigida uma subscrição num formato EBA (<i>Evidence Based Acquisition</i> - compra baseada na evidência de uso) ou PDA (<i>Patron-Driven Acquisition</i> - compra baseada na seleção dos utilizadores), ou outro. Estes modelos podem ser interessantes, mas exigem um investimento prévio que pode ou não interessar à biblioteca. De momento, esta questão não se coloca ainda às bibliotecas escolares portuguesas mas, dependendo da evolução do mercado editorial, é bom ter consciência de que eventualmente se poderá tornar uma realidade.

Elementos dos Ebooks Questões a considerar

Formato	Preferir sempre formatos com reconhecimento ótico de caracteres (OCR) e que permitam a apresentação de miniaturas das páginas e o acesso a cada capítulo ou ilustração a partir de ligações no Sumário e Índices, aumentar ou diminuir o corpo da letra, escolher entre diversas opções de leitura (como o número de páginas no ecrã, luminosidade, etc.), marcar páginas, sublinhar ou anotar, copiar excertos, imprimir e aceder a recursos externos como, por exemplo, dicionários, incluindo funcionalidades para aumentar e explorar imagens, tornando o <i>ebook</i> tão maneável como um livro impresso, mas com as vantagens requeridas a um recurso eletrónico.
Preço	Comparar o preço com o de um livro impresso equivalente e, caso seja mais caro, assegurar-se de que há vantagens na aquisição da versão eletrónica.
Relevância do suporte	Os alunos e professores terão preferência pelo suporte eletrónico? Dispõem de recursos para os ler? Verificar sempre se se trata de um tema que é vantajoso ler no formato eletrónico ou, pelo contrário, de um assunto que requer a atenção e disponibilidade inerentes ao livro impresso. ■

Tabela 10. Vantagens e desvantagens dos Ebooks

Vantagens

Muitos livros eletrónicos estão em acesso aberto, nomeadamente os editados a partir de obras caídas no domínio público ou obras científicas, educativas e de divulgação produzidas por universidades e outras instituições públicas ou sem fins lucrativos (veja-se o [RCAAP](#) para os livros científicos e a [Biblioteca Nacional Digital](#), ou a [Alma Mater](#), da Universidade de Coimbra para o património bibliográfico nacional)

É possível ler um *ebook* onde quer que se esteja, desde que se disponha de um dispositivo de leitura.

Dependendo do tipo de licenciamento, na maior parte dos casos vários alunos podem ler o mesmo livro ao mesmo tempo, não sendo necessário adquirir mais do que um exemplar.

Muitos livros eletrónicos incluem animações, ficheiros sonoros ou vídeos, sendo especialmente adequados para leitores relutantes ou sem hábitos de leitura.

As funcionalidades que permitem aumentar a fonte e acompanhar a leitura com uma versão sonora do texto são especialmente adequadas para alunos com dislexia ou dificuldades visuais.

Não ocupam espaço nas estantes, não acumulam pó, nem são susceptíveis da deterioração física de que padecem os livros impressos (folhas soltas ou rasgadas, capas deterioradas...).

Não correm o risco de ser perdidos pelos utilizadores, nem de ficarem indisponíveis para outros leitores sempre que há um atraso na devolução do empréstimo.

É possível programar os ficheiros dos livros eletrónicos de maneira a deixarem de poder ser lidos no final do prazo de empréstimo, resolvendo-se automaticamente o problema da devolução.

A maior parte dos livros eletrónicos inclui metadados que permitem uma rápida inserção no catálogo.

Se a biblioteca dispuser de alguns leitores eletrónicos (*eReaders*) pode emprestar coleções inteiras aos seus utilizadores, pois o espaço de armazenamento é enorme.

Desvantagens

Para se ler um *ebook* é preciso dispor de dispositivos de leitura adequados, software ou aplicações específicas.

Os leitores de livros eletrónicos, *eReaders* ou *tablets* têm que ser adquiridos e nem sempre são baratos.

Há leitores que não gostam e se recusam a usar leitores eletrónicos (embora esse problema se coloque cada vez menos nas novas gerações).

Há muitas matérias e muitos livros que não existem em suporte digital.

Como qualquer aparelho eletrónico, os *eReaders*, *tablets* ou computadores usados para a leitura podem provocar cansaço visual.

Embora o *PDF/A*, o *EPUB* e outros formatos sejam adequados à preservação digital, esta não está à partida assegurada, dependendo de muitos fatores, nem sempre controláveis, perdendo em tempo de vida garantida em relação ao papel.

Muitos livros eletrónicos não podem ser guardados, impressos ou lidos fora do aparelho ou aplicação do editor ou distribuidor, o que significa que não são verdadeiramente posse da biblioteca. Por vezes os livros são publicados em formatos que não acompanham a evolução do *software* e deixam de poder ser lidos nos aparelhos mais recentes, ou após atualizações.

É possível que um *ebook* seja retirado do catálogo pelo editor e eliminado de todos os aparelhos onde é reproduzido. Ou seja, um *ebook* pode ser alvo de censura ou decisões comerciais.

Qualquer dispositivo eletrónico necessita de uma fonte de alimentação, e a leitura pode ser subitamente interrompida se a bateria acabar, por exemplo.

A privacidade em aparelhos ligados à Internet nunca está garantida. ■

DVDs

Os DVDs (*digital video disc* - disco digital de vídeo, ou também *digital versátil disc* – disco digital versátil) são discos óticos compactos lidos por raios laser, capazes de guardar e transmitir texto, imagem e som. Na avaliação de DVDs educativos, as configurações visuais adquirem uma especial importância, devendo considerar-se em conjunto com as componentes de narrativa, efeitos sonoros e música.

Embora os conteúdos habitualmente disponíveis em DVD se encontrem muitas vezes e, cada vez mais, também na Web, este continua a ser um suporte bastante comum para a distribuição de vídeos e música, podendo os elementos para a sua seleção ser igualmente adotados para outros suportes, como o *blu-ray*. Sendo um suporte que tende a cair em desuso, ainda é muito utilizado, nomeadamente em vídeos educativos, e o seu uso alternativo à Internet pode resolver problemas de falta de rede ou de baixa potência de rede.

Na Tabela 11 apresentam-se aspetos específicos a considerar na seleção de DVDs, enumerando-se na Tabela 12 as suas vantagens e desvantagens.

**Tabela 11. DVDs:
elementos da seleção**

Elementos dos DVDs	Questões a considerar
Valor acrescentado	Existência de funcionalidades interativas, possibilidades de <i>feedback</i> , quer para o aluno, quer para o professor, capacidade de personalização.
Ajuda e tutoriais	Existência de menu de ajuda, manual de instruções interativo, tutoriais ou outras funcionalidades que facilitem o uso eficaz do documento por todo o público-alvo.
Desenho educativo	Correspondência com as características de um recurso de aprendizagem: estrutura coerente, ligação ao <i>currículo</i> , estratégias de avaliação, guias de apoio para os professores.
Características técnicas	Qualidade da imagem e do som e das funcionalidades interativas.
Tecnologia	Facilidade de leitura em todo o tipo de leitores; Exigência de programas específicos, sendo necessário verificar se o acesso aos conteúdos implica custos extra para os utilizadores; Compatibilidade do sistema operativo e exigências de atualização.
Linguagem e Tradução	Partes textuais: vocabulário, gramática, sintaxe; Partes audiovisuais: idioma do texto oral, legendagem se numa língua estrangeira, qualidade da tradução e visibilidade das legendas.
Acessibilidade	Funcionalidades adequadas ao uso do recurso por deficientes visuais: OCR (reconhecimento ótico de caracteres, permitindo escutar uma versão oral das partes textuais e uma descrição das imagens a partir dos metadados), legendagem das imagens, botões, menu para leituras alternativas.
Facilidade de uso e de navegação	Organização coerente e fácil de compreender das partes constitutivas do documento: uso intuitivo do menu e rapidez de acesso aos conteúdos.
Autoridade e fiabilidade	Ficha técnica: informação de autoria, informação sobre os autores, fontes consultadas.
Atualidade	Em se tratando de documentos educativos, científicos ou técnicos ou obras de referência, verificar menção a atualizações, periodicidade e custos.
Necessidade	Verificar as vantagens do documento relativamente a recursos idênticos impressos ou em linha, confirmar se o DVD é o melhor suporte para os objetivos pretendidos. ■

Tabela 12. Vantagens e desvantagens dos DVDs

Vantagens

Elevada qualidade da gravação de som e imagem.

Facilidade de pesquisa dos conteúdos.

Quase sempre dispõem de menus interativos.

Muitos contêm informação adicional, como entrevistas, comentários, filmagens extra, dados biográficos, etc.

Incluem frequentemente material acompanhante, como folhetos, instruções de utilização, manuais para os professores, etc.

São resistentes e duráveis, não se desgastando ou deteriorando com o uso.

Devido ao formato compacto são fáceis de armazenar.

São legíveis numa multiplicidade de dispositivos.

Quando virgens, são muito baratos, aparecendo pois como um bom material para gravação, armazenamento e facilitando a cópia de outros documentos digitais que se pretenda preservar ou disseminar.

Podem ser consultados presencialmente ou por empréstimo, sendo fácil criar cópias, dependendo das disposições relativas aos direitos de autor.

Desvantagens

Uma produção descuidada pode diminuir a qualidade da gravação e provocar ruído eletrónico que prejudica o acesso à informação.

A maior parte dos leitores de DVDs implicam a ligação a um ecrã de televisão ou computador para serem visualizados.

A produção de materiais educativos em DVD não é muito abundante.

O empréstimo domiciliário ou a reprodução de cópias para múltiplos acessos são por vezes limitados por uma legislação de direitos de autor muito protecionista.

Preços por vezes muito elevados.

Carácter ultraproteccionista dos direitos de propriedade intelectual, restringindo as possibilidades de reprodução e o empréstimo e aumento os custos de aquisição pelas bibliotecas.

RECURSOS DE INTERNET: SÍTIOS WEB

A Internet está sobrecarregada de informação, alguma de muita qualidade, mas a maior parte de qualidade duvidosa, o que se explica pelo carácter aberto do meio e pela possibilidade de qualquer um criar um sítio Web, um blogue ou mesmo publicar livros e outros recursos pretensamente educativos, mas na verdade sem qualquer filtro editorial ou científico que assegure o seu mérito. Muitos recursos educativos disponíveis na web estão em acesso aberto, enquanto outros são pagos, apresentando frequentemente preços elevados que nem sempre correspondem a aquisições, mas sim a subscrições que implicam um pagamento anual. Noutros casos, o acesso obriga a um registo do utilizador com a consequente perda de privacidade, e os recursos em acesso aberto estão frequentemente associados a publicidade que interfere com a leitura e pode manipular os leitores para o consumo de produtos, ideias ou crenças.

Um sítio Web é uma coleção organizada de páginas disponíveis na *World Wide Web*, um protocolo de comunicação via Internet que se tornou dominante a partir de 1994 (anteriormente eram usados outros protocolos, menos

eficazes, como o Gopher). Constituído por elementos textuais, visuais, sonoros e audiovisuais, caracteriza-se principalmente por ser interativo, permitindo que o utilizador se movimente de um lugar para outro, dentro do próprio sítio ou fora dele, através de ligações hipertextuais. O acesso faz-se através de um apontador que, na maior parte dos casos, é um *URL (Uniform Resource Locator* – Localizador Uniforme de Recursos), ou seja, um endereço eletrónico que identifica o computador hospedeiro, o servidor, o diretório, o domínio e a página Web ou ficheiro específico. A identificação imediata das características primárias e do carácter organizacional ou comercial de um sítio Web é fácil de fazer a partir do domínio, a extensão com que cada URL é concluído: *.com* para um sítio comercial, *.org* para uma organização sem fins lucrativos, *.gov* para uma instituição governamental ou *.net* para um provedor de serviços na Internet; o domínio nacional permite reconhecer o país de registo através do seu código de identificação (*.pt* no caso de Portugal), e é usado por universidades, escolas e outras organizações, incluindo empresas nacionais; finalmente, o sinal de acentuação til, usado como sinal gráfico, identifica uma página pessoal.

A seleção de recursos de Internet exige especial cuidado e atenção crítica, atendendo-se sobretudo às seguintes razões:

- A produção de conteúdos educativos em Portugal não é ainda muito extensa, mas é-o no Brasil, correndo-se o risco, numa seleção mais descuidada, de adquirir conteúdos escritos num português que, apesar do acordo ortográfico, não é o nacional (o que pode originar confusão, sobretudo nas crianças mais pequenas), ou que retratam uma realidade distinta da portuguesa, sendo suscetíveis de induzir em erro devido à língua comum;
- Os conteúdos da Internet são pouco regulados, não havendo à partida qualquer segurança relativamente ao cumprimento de normas editoriais, de ética da informação ou de qualidade dos conteúdos;
- A Internet está cheia de sítios comerciais que se fazem passar por científicos, técnicos ou comerciais e que passam publicidade de forma sub-reptícia;
- Em muitos recursos, a aparente gratuidade de acesso, que os torna apetecíveis, esconde frequentemente a obrigatoriedade de pagamentos posteriores ou a aquisição de programas proprietários para assegurar o acesso à maior parte dos conteúdos.

A Tabela 13 apresenta os critérios mais usados para a avaliação e seleção de recursos de Internet; na Tabela 14 são enunciadas as vantagens e desvantagens dos recursos disponíveis em sítios Web.

Tabela 13. Recursos de Internet: elementos da seleção

Elementos dos sítios Web

Questões a considerar

Facilidade de uso e de navegação	Para comprovar que o sítio será efetivamente usado, verificar se a navegação é fácil e intuitiva, se o menu está bem estruturado e é fácil de compreender por qualquer tipo de utilizador. Verificar a existência de menus de ajuda em todas as páginas, de mapa do sítio e de organização sequencial das páginas, com visualização permanente do ponto em que se está e possibilidade de voltar atrás dentro do próprio sítio, sem ser no menu do <i>browser</i> .
Velocidade	Rapidez de descarga e apresentação dos conteúdos. Sítios com excessivo peso de imagens ou outras funcionalidades demoram muito tempo a abrir, fazendo o utilizador desistir, e frequentemente não são acessíveis a computadores ou redes menos potentes.
Acessibilidade	Funcionalidades adequadas ao uso do recurso por todo o tipo de públicos: OCR (reconhecimento de caracteres: versão oral das partes textuais), legendagem das imagens, botões, menu para leituras alternativas.
Autoridade	Ficha técnica ou créditos indicando o nome e contactos de correio eletrónico da instituição editora e dos autores, bem como a sua afiliação e elementos adequados dos respetivos <i>Curriculum Vitae</i> .
Fiabilidade dos conteúdos	Existência de fontes que permitam verificar a validade da informação transmitida, apresentação de objetivos, temáticas, abrangência, destinatários em página própria disponível na página de entrada ou acessível a partir do menu inicial. Verificar sempre a ligação da página a organizações comerciais, ideológicas, religiosas ou tendenciosas de qualquer tipo, que poderão condicionar a objetividade e fiabilidade dos conteúdos.
Atualidade da informação	Verificar as datas de criação de cada página e se são atualizadas regularmente.
Adequação à aprendizagem	Verificar se o sítio cumpre os objetivos e será efetivamente útil para os alunos, apresentando conteúdos ou funcionalidades que se traduzem em valor acrescentado face a outros suportes. A interatividade deve promover aprendizagens significativas e não ser fator de distração.
Linguagem e apresentação da informação	Variedade e adequação do vocabulário ao público-alvo, correção ortográfica, gramatical e de sintaxe. Existência de tradução para outros idiomas. Adequação dos efeitos visuais e sonoros aos objetivos de aprendizagem. ■

Tabela 14. Vantagens e desvantagens dos sítios Web

Vantagens

O ambiente Web em si, o caráter interativo e hipertextual dos recursos permitem o acesso a uma grande quantidade de informação, sem necessidade de deslocação e sem horário, comportando uma apropriação individual e adaptável ao ritmo próprio de cada pessoa.

O ambiente Web estimula a autoaprendizagem e a autodescoberta.

As ligações permitem o acesso a documentos relacionados que promovem o aprofundamento dos conhecimentos.

Os sítios Web estão acessíveis a partir de qualquer aparelho ligado à Internet (computador *tablet*, *smartphone*), permitindo o acesso móvel.

A informação pode ser apresentada através de todo o tipo de formatos, incluindo texto, imagens, som, animações, aplicações e *software* passível de ser descarregado.

Desvantagens

Exigem, em primeiro lugar, uma ligação à Internet e, cada vez mais, ligações de Internet rápidas e estáveis, provocando desigualdade no acesso, consoante a qualidade das ligações.

Se não for acompanhada de índices ou instruções, a pesquisa pode ser demorada ou infrutífera.

Alguns sítios Web usam publicidade para se sustentarem, provocando distração e incómodos no seu uso.

Nem sempre os recursos Web são atualizados com regularidade, podendo induzir em erro, sobretudo em áreas de rápida evolução.

A linguagem Web não estimula a concentração, nem o aprofundamento da aprendizagem, uma vez que se caracteriza por uma apreensão não linear dos conteúdos.

Vantagens

Os sítios Web são poderosos auxiliares da aprendizagem em ambiente digital e colaborativo.

A quantidade e a diversidade dos recursos de Internet permitem o acesso a um rico manancial de informação, muitas vezes em acesso aberto, sem equiparação possível em unidades físicas de informação.

Os recursos de Internet estão em permanente atualização, permitindo o acesso imediato à informação e descobertas mais recentes, a todos os níveis.

Desvantagens

Os recursos Web são mais suscetíveis de apropriação ilegal e uso não ético da informação, sendo vulneráveis ao plágio, por exemplo, devido à facilidade de copiar e colar excertos ou mesmo conteúdos completos. São facilmente invasivos da privacidade dos utilizadores, recolhendo dados pessoais que poderão ser utilizados por outras empresas ou pessoas não autorizadas, problema que a legislação pode combater, mas dificilmente consegue eliminar.

É difícil assegurar a segurança e o uso apropriado dos recursos de Internet, nomeadamente nas crianças mais pequenas e adolescentes. A aprendizagem de competências de literacia da informação e literacia digital tem aqui um papel importante.

Recursos de Internet não controlados podem desaparecer de repente, ou mudar de *URL* sem aviso, perdendo-se a informação se não tiver sido antes guardada. O [Arquivo da Web Portuguesa](#) preserva a informação da web e permite recuperar sítios antigos e já desaparecidos da Internet visível. ■

APLICAÇÕES (APPS)

As aplicações, vulgarmente designadas por *Apps*, diminutivo do termo inglês “application”, são peças de *software* desenhadas para serem instaladas e correrem em aparelhos móveis, mas que também estão presentes em sítios Web e podem ser descarregadas para computadores. Uma vez descarregadas, na sua maioria podem funcionar *online* ou *offline*, dependendo da funcionalidade que se pretende utilizar; por exemplo, podemos ler todos os livros que temos instalados numa *app* de leitura sem estarmos ligados à Internet, mas se quisermos descarregar novos livros, ou partilhar através de um endereço eletrónico, ou numa rede social, já teremos que estar em linha; o mesmo para uma *app* de testes ou desafios, que tem que estar conectada à rede quando os testes são aplicados, mas que permite o desenho de novos testes ou a consulta de resultados independentemente de se estar ou não em linha.

Há três tipos de *apps*: para computadores, para aparelhos móveis (*tablets* ou *smartphones*) e para a Web. As *apps* para computador são mais completas, enquanto as *apps* para dispositivos móveis e para a Web são mais simples e ligeiras. Isto compreende-se porque o computador inclui funcionalidades e meios operativos que permitem a execução de operações mais complexas, enquanto que os dispositivos móveis são desenhados para a simplicidade. Por sua vez, para que uma *app* corra bem na Web, ela tem que ser mais leve de maneira a poder funcionar com todo o tipo de ligações à Internet.

Com conteúdos muito variados de teor educativo, recreativo, científico ou experimental, muitas vezes ligadas às tecnologias imersivas (realidade virtual ou aumentada, por exemplo), propiciadoras de aprendizagens significativas e com

características que tornam muitas delas especialmente adequadas às crianças e jovens com necessidades especiais, as aplicações são hoje um precioso auxiliar para o ensino e a aprendizagem - aliando a tecnologia à criatividade e à funcionalidade, trazem às bibliotecas escolares um novo e fabuloso contributo no que diz respeito ao enriquecimento das coleções, ainda mais por serem interfaces crescentemente preferidos pelas crianças e pelos jovens para o acesso à informação. Há porém centenas de milhares de *apps* pretensamente educativas e a seleção neste *Digital Wild West*, como já foi chamado pelo [Joan Ganz Cooney Center](#) (uma organização não lucrativa que se dedica à promoção da literacia digital) é particularmente difícil.

A curadoria de *apps*, assessorando os professores na escolha daquelas que a cada momento poderão ser mais úteis para o apoio ao estudo, adicionando-as ou eliminando-as das coleções quando se desatualizam ou deixam de cumprir os objetivos, é uma das tarefas e um dos desafios que os professores bibliotecários hoje enfrentam, já que constituem um recurso a acrescentar e a desenvolver nas coleções que as bibliotecas oferecem.

A análise das aplicações com o objetivo da seleção pode ser feita, em primeiro lugar, a partir da plataforma que a disponibiliza ou comercializa, e onde se encontram os requisitos do sistema, a descrição do conteúdo e funcionalidades, a data da versão mais recente, o público-alvo e as avaliações e comentários dos utilizadores. Quando se trata de aplicações gratuitas, ou com versões de teste, e correspondendo os elementos descritivos a uma necessidade das coleções, deve o professor bibliotecário, num segundo momento, proceder à sua descarga, de maneira a verificar os conteúdos e as funcionalidades e comprovar se cumprem o anunciado e se a gratuidade não tem como contrapartida o aparecimento de anúncios a todo o momento, durante o uso da aplicação.

Na Tabela 15 são indicados os principais elementos da seleção de aplicações; tratando-se de um novo meio, acrescentam-se orientações específicas para a seleção, de acordo com o nível etário, enunciadas na Tabela 16; as principais vantagens e desvantagens das *apps* são indicadas na Tabela 17.

Tabela 15. Apps: elementos da seleção

Elementos da aplicação	Questões a considerar
Objetivos	Verificar se a <i>app</i> tem objetivos educativos ou recreativos.
Potencial de aprendizagem	Habilidades e competências propiciadas pela aplicação e estratégias usadas.
Fiabilidade e autoridade	Identificação: dos autores ou equipa que criou e desenvolve a <i>app</i> e possibilidade de verificação da sua especialidade; da teoria educativa ou currículo em que se baseia a <i>app</i> ; das pesquisas que sustentam as estratégias, conceitos e competências desenvolvidos pela aplicação.
Nível de interatividade	Imersão em contextos de aprendizagem mais amplos, ligações e estímulo para a exploração de novos conteúdos.
Público-alvo	Indicação do tipo de destinatários e conteúdos adequados ao público-alvo indicado.

Elementos da aplicação	Questões a considerar
Recomendações	Avaliação pelos utilizadores e aconselhamento dos pares.
Privacidade	Verificar se a aplicação recolhe elementos pessoais dos utilizadores, e o tipo de informação recolhida. Verificar se cumpre o RGPD e se apresenta de forma clara e inequívoca os objetivos da recolha de informação.
Exposição a publicidade	Existência de anúncios dirigidos ao público-alvo, ou apresentados de acordo com informação sensível recolhida sobre os interesses e preferências dos utilizadores. Existindo anúncios, e desde que não intrusivos, verificar a frequência com que aparecem e o local onde se posicionam, de maneira a evitar interferências com a aprendizagem.
Controlo parental	Confirmar a existência de controlo parental na aplicação e a possibilidade de ser exercido através dos próprios aparelhos móveis.
Custos	No caso de aplicações adquiridas por compra, analisar a relação custo/ benefício. Nas aplicações gratuitas, confirmar a não existência de custos escondidos para atualizações ou para a utilização de determinadas funcionalidades necessárias à plena execução do programa.
Qualidade do texto	Correção ortográfica, gramatical e de sintaxe do texto e da expressão oral e escrita. Nível, qualidade e diversidade do vocabulário usado e sua adequação ao público-alvo. Versões ou legendagem em vários idiomas, nomeadamente em português (sendo a maioria das <i>apps</i> elaboradas em língua inglesa) e qualidade das traduções.
Qualidade dos gráficos, imagens e fotos	Qualidade dos efeitos visuais e sua adequação ao público-alvo e aos conteúdos apresentados.
Qualidade do áudio	Qualidade e adequação dos efeitos sonoros. Qualidade e expressividade da narração (boa articulação de palavras por parte do narrador, tom de voz adequado). Consistência do volume de som.
Funcionamento	Verificar se a aplicação funciona bem, se não exige demasiada memória ao dispositivo para correr adequadamente, se não bloqueia, e se não exige atualizações com demasiada frequência.
Facilidade de uso (usabilidade)	Confirmar se o interface apresenta um desenho intuitivo, de uso simples e fácil de aprender, se o utilizador é guiado ao longo de todo o percurso de maneira a atingir os seus propósitos de forma eficaz, usufruindo de uma experiência objetiva e subjetiva satisfatória.
Possibilidade de utilização offline	Verificar se a aplicação funciona também <i>offline</i> e, em caso afirmativo, se mantém ativas pelo menos a maior parte das funcionalidades, ou as mais significativas, proporcionando ao utilizador uma experiência idêntica àquela que obtém quando ligado à Internet. ■

Tabela 16. Apps: critérios de seleção de acordo com a faixa etária

Faixa etária	Questões a considerar
3-6 anos	Foco nos modos de relacionamento, inclusive com crianças da mesma idade. As funcionalidades devem incluir o compromisso e envolvimento com os outros, oportunidades de leitura dialógica e por turnos e de interpretação e manipulação de imagens e apoios à iniciação à leitura, como o destaque de palavras, ou alternativas de leitura sonora, por exemplo. A seleção deve ter em atenção os comportamentos inerentes às primeiras literacias, como falar, cantar, ler, escrever, pintar e brincar. As apps de livros devem incluir jogos como, por exemplo, <i>puzzles</i> , e oportunidades de expressão criativa: páginas para pintar, músicas suaves para acompanhar, etc.. Deve evitar-se o excesso de luminosidade, movimentos muito rápidos, efeitos sonoros e visuais agressivos e, em geral, devem-se utilizar as <i>apps</i> por períodos breves e sempre monitorizados, com especial atenção a sinais de viciação e sempre em complemento com alternativas de leitura e aprendizagem não dependentes de ecrãs.

Faixa etária

Questões a considerar

7-11 anos

O foco continua a ser nos modos de relacionamento, mas já é importante incluir temas que interessem particularmente às crianças. O recurso a assuntos de interesse ajudará a desenvolver o gosto pela leitura, bem como hábitos de leitura sustentados. Às histórias de ficção, devem agora juntar-se apps de não ficção e que apoiem o desenvolvimento socio-emocional. A existência de funcionalidades que permitam a criação e a expressão plástica também é aconselhada.

Mais de 12 anos

Os adolescentes tendem a orientar-se para o desenvolvimento de tarefas que alguns autores qualificam como os quatro *Is*: independência, identidade, integridade e intimidade, a que se junta um quinto, o de icebergue (o que significa que muitas das suas emoções acontecem abaixo da superfície, levando a uma necessidade de privacidade). Estas características devem ser levadas em conta na escolha de aplicações, que deverão incidir sobre temas trabalhados a partir delas. Também devem ser escolhidas *apps* que os ajudem a proteger-se da invasão da privacidade na Internet e a desenvolver a cidadania digital. A possibilidade de resposta a desafios e a criação de conteúdos que estimulem a expressão própria são também importantes funcionalidades a requerer de *apps* educativas para estas idades. ■

Fonte: adaptado de Haines & Kluver, 2015

Tabela 17. Vantagens e desvantagens das apps

Vantagens

Desvantagens

Promovem a interação e o envolvimento entre pais e filhos, alunos e professores.

Podem levar a hábitos de estudo pobres e laxistas por parte dos alunos.

São excelentes suportes para as aprendizagens significativas, estimulando a participação ativa dos alunos na sala de aula e fora dela, bem como a autonomia na aprendizagem.

O acesso a muitos recursos eletrónicos de apoio ao estudo disponíveis em aplicações ou na Web, como corretores ortográficos, tradutores automáticos, ligações para dicionários, calculadoras, etc., pode levar a uma atitude de menosprezo dos professores e do ensino na sala de aula, levando a aprendizagens pouco sólidas.

São fáceis de usar.

As diferenças da qualidade dos aparelhos móveis e da velocidade de Internet para usufruir plenamente dos conteúdos e funcionalidades das *apps* levam inevitavelmente a maiores desigualdades na aprendizagem.

Estimulam a ocupação útil dos tempos livres, conciliando entretenimento com aprendizagem.

Problemas técnicos com os aparelhos ou com o acesso à Internet podem levar à frustração dos alunos.

A organização e estrutura das *apps* educativas proporcionam aprendizagens inteligentes e sistemáticas, não compulsivas.

Todas as outras funcionalidades recreativas (jogos, redes sociais...) disponíveis através de um aparelho móvel e as constantes notificações que surgem nos aparelhos tendem a distrair os alunos quando estão a usar *apps* educativas.

A portabilidade permite libertar a aprendizagem dos espaços e horários das aulas, podendo ser feita a qualquer hora e em qualquer lugar.

Embora as opiniões diverjam, para muitos educadores o uso de *apps*, como em geral das tecnologias da informação e da comunicação, leva a um diminuir da atenção e da resistência à frustração.

Algumas aplicações educativas permitem um efetivo acompanhamento dos progressos dos alunos por parte dos pais e encarregados de educação.

A qualidade dos conteúdos é muitas vezes discutível, devendo ser analisados com especial cuidado.

Muitas *apps* são frequentemente atualizadas, melhorando as componentes técnicas e os conteúdos periodicamente.

Muitas *apps* não são atualizadas, deixando de funcionar à medida que os sistemas operativos onde correm vão evoluindo, outras, mais avançadas, não funcionam em aparelhos mais antigos.

Acrescentam valor ao processo de ensino e aprendizagem

A diversidade de conteúdos em português ainda não é muito grande.

Muitas *apps* são gratuitas, ou têm preços baixos.

Embora aparentemente gratuitas, muitas *apps* têm custos escondidos, quer para a aquisição da versão completa, quer no consumo excessivo de dados, quer através da invasão por anúncios publicitários que distraem das atividades a realizar e estimulam o consumismo nas crianças e nos jovens.

São especialmente úteis para promover a aprendizagem por parte de alunos com necessidades educativas, diversificando os formatos de leitura, acesso e produção de informação.

Algumas só funcionam em linha ou apresentam versões *offline* com um número reduzido de funcionalidades. ■

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (IMPRESSAS E ELETRÔNICAS)

As publicações periódicas ou em série incluem jornais, revistas e outros recursos editados com periodicidade regular e previamente estabelecida, considerando-se a existência de uma data de início da publicação e sem que esteja previsto o seu fim. Neste ponto consideraremos apenas jornais e revistas, em suporte, quer impresso, quer digital.

Os principais elementos da seleção de periódicos são enunciados na Tabela 18, apresentando a Tabela 19 as suas vantagens e desvantagens.

Tabela 18. Publicações Periódicas: elementos da seleção

Elementos das publicações	Questões a considerar
Conteúdo	Interesse para a comunidade e relevância de acordo com os objetivos da biblioteca.
Periodicidade	Regularidade do cumprimento da periodicidade.
Linguagem	Clareza e correção da linguagem e adequação ao público-alvo.
Ilustrações	Qualidade e adequação das ilustrações ao texto.
Qualidade jornalística	Prestígio da publicação e seus jornalistas, independência, estatutos editoriais, credibilidade (fontes); existência de comissão editorial ou científica e revisores.
Atualizações	Verificar se há atualizações permanentes entre a edição de um número e a seguinte, mantendo o leitor a par das últimas notícias ou eventuais correções.
Considerações específicas relativamente às revistas e jornais eletrônicos	
Reprodução e conservação (periódicos eletrônicos)	Facilidade de <i>download</i> e impressão dos artigos.
Acesso a números anteriores (periódicos eletrônicos)	Disponibilidade de acesso ao arquivo da publicação. Acesso perpétuo aos números subscritos após a conclusão da subscrição.
Atualização da informação	No caso da imprensa generalista, verificar se há atualizações "ao minuto"; noutros tipos de periódicos, verificar se há atualizações e novidades entre um número e outro.
Valor acrescentado	Confirmar se a publicação é mais do que a simples transposição da versão impressa para a digital: se são apresentadas notícias em vários formatos (texto, vídeo, som), boas ilustrações fotográficas, infográficos, hiperligações para notícias associadas ou para outros recursos que permitam aprofundar a informação.
Comparação entre versões digitais e impressas	
Versão digital versus impressa	Verificar a existência de diferenças substantivas, comparar preços (muitas revistas e jornais cobram a assinatura da versão impressa, mas permitem o acesso livre à versão digital). ■

Tabela 19. Vantagens e desvantagens das publicações periódicas

Vantagens	Desvantagens
Apresentam histórias curtas e atuais, sendo a melhor fonte de informação para o conhecimento da realidade no dia-a-dia.	As coleções de periódicos impressos ocupam muito espaço e obrigam a uma gestão apertada das políticas de abate.
Incluem jogos e atividades participativas, envolvendo os leitores.	A periodicidade nem sempre é cumprida, levando ao desinteresse.

Vantagens

Em vários casos apelam à participação dos leitores através do envio de textos ou ilustrações, que são publicados e eventualmente até premiados.

A existência de revistas populares na biblioteca é um fator de atração para os jovens.

Os periódicos impressos são fáceis de ler e de transportar e são atraentes para crianças e adolescentes sem ou com poucos hábitos de leitura.

Os jornais locais proporcionam informação que dificilmente se encontra noutras fontes.

Desvantagens

Hoje em dia é difícil avaliar a independência de jornais e revistas.

O tratamento técnico é complicado e exige decisões prévias (catalogar a que nível, conservar o quê, emprestar como...); é trabalhoso manter o catálogo de periódicos atualizado com todas as existências.

Revistas e jornais impressos são fáceis de roubar e danificar, e tendem a degradar-se rapidamente, exigindo cuidados de preservação especiais e por vezes caros (encadernação).

Vantagens e desvantagens específicas dos periódicos eletrónicos

Estão acessíveis a qualquer hora e em qualquer lugar e podem ser consultados por vários leitores ao mesmo tempo.

É necessário utilizar um aparelho de leitura (*eReader*, *tablet*, computador, *smartphone*) e, normalmente, estar em linha para consultar a publicação.

Proporcionam alternativas de leitura, ao poderem ser descarregados e impressos e permitem normalmente a partilha por correio eletrónico ou através das redes sociais.

Alguns periódicos colocam restrições ao *download* ou impressão dos artigos e das imagens.

Vantagens e desvantagens específicas dos periódicos eletrónicos

Como qualquer recurso digital, os periódicos eletrónicos apresentam características de acessibilidade que os tornam úteis para leitores com deficiências visuais ou problemas de aprendizagem.

A maior parte dos periódicos eletrónicos utilizam sistemas RSS ou notificações que permitem ao leitor que o deseje estar sempre a par das últimas notícias, ou de notícias sobre os temas que mais lhe interessam.

Estão em permanente atualização, permitindo o acesso a novas notícias, ainda antes da edição do número seguinte.

Muitos periódicos em acesso aberto obrigam à visualização de anúncios publicitários previamente à leitura de artigos.

Muitos periódicos eletrónicos estão ligados a blogues ou permitem o acesso a informação audiovisual ou sonora, enriquecendo a experiência do leitor.

Se o periódico cessar de ser editado, corre-se o risco de deixar de ter acesso aos números publicados.

São facilmente pesquisáveis, tanto nos números correntes como nos mais antigos, o que não acontece com os periódicos impressos.

Dependendo do contrato de subscrição, também se pode correr o risco de deixar de ter acesso aos números subscritos, caso a biblioteca entenda cessar a assinatura.

Normalmente armazenados em servidores dos próprios editores, resolvem o problema de armazenamento das bibliotecas, quer em espaço físico, quer virtual.



4

JOGOS ⁴

A autora agradece o contributo, essencial e generoso, do Prof. Carlos Pinheiro para a elaboração deste ponto, de que se pode considerar coautor

Os jogos, de origem imemorial, são atividades tanto educativas como recreativas que recolhem as preferências de crianças e jovens devido à sua natureza participativa, sendo motivadores de aprendizagens significativas. Tal como os jogos de tabuleiro, também os jogos eletrónicos podem ser um incentivo à aprendizagem. Na verdade, uma tendência da Educação no século XXI é a *gamificação*, ou seja, a utilização de elementos de *design* e da dinâmica dos jogos em contextos de não-jogo, neste caso a Educação, captando a atenção dos alunos, envolvendo-os na aprendizagem, estimulando

a criatividade e a autonomia e promovendo o diálogo e o trabalho em equipa para a resolução de problemas.

A utilização de videojogos como recursos de aprendizagem e entretenimento traz muitos benefícios, mas também pode ser causadora de problemas de adição e alienação, problemas esses que devem ser previstos e prevenidos. Recomenda-se, por isso, a criação de um documento normativo que regule o seu uso e oriente as crianças e os jovens para uma utilização proveitosa e responsável.

Abaixo, na Tabela 20, são elencados os critérios gerais para a avaliação e seleção de jogos e, separadamente, os critérios específicos para os jogos físicos e para os jogos eletrónicos, ou videojogos; seguem-se as vantagens e desvantagens dos Jogos, na tabela 21. Atendendo a que muitos jogos eletrónicos são desenvolvidos em aplicações, sempre que tal se verifique, devem também ser tidos em consideração os elementos da seleção apresentados na tabela 15 e as vantagens e desvantagens apresentadas na tabela 17.

Tabela 20. Jogos: elementos da seleção

Elementos dos Jogos	Questões a considerar
Adequação	Confirmar a adequação do jogo e dos materiais que o constituem ao público-alvo, nomeadamente, se não inclui linguagem desadequada ou objetos que possam ferir, ou que sejam difíceis de manejar.
Conteúdos	Verificar se os jogos são educativos e estão de acordo com os princípios de equidade e respeito pelos outros.
Interação social	Observar a capacidade que o jogo tem de envolvimento com outras pessoas, i.e., de estimular o sentimento de partilhar um ambiente e de se ter um papel ativo nele; este é um elemento importante dos jogos de tabuleiro e está cada vez mais presente nos videojogos.
Diversão	Confirmar se o jogo cumpre os princípios de proporcionar sentimentos de diversão, prazer, relaxamento, distração e satisfação.
Alinhamento com o currículo	Verificar se o jogo permite explorar e aprofundar conteúdos curriculares.
Aspetos psicopedagógicos	Verificar se o jogo motiva o questionamento do aluno, se estimula a sua fantasia e a sua curiosidade.
Custos	Verificar os custos e a relação qualidade/ preço/ adequação aos objetivos.
Jogos físicos e de tabuleiro	
Embalagem	Verificar se é fácil de usar depois de aberta, permitindo guardar e encontrar facilmente as peças de cada vez que é usada. Verificar se contém todas as informações relativas aos destinatários e ao cumprimento das normas nacionais e europeias.
Instruções	Confirmar se o jogo vem acompanhado de instruções em vários idiomas e que contemplem a língua nacional, e se aquelas são completas e fáceis de entender.
Durabilidade	Verificar se os materiais de que é feito o jogo são de boa qualidade e duráveis.
Jogos eletrónicos (videojogos)	
Hardware	Verificar a necessidade de utilização de aparelhos de videojogos ou configurações especiais no computador. Verificar se há computadores na biblioteca com placas gráficas adequadas a este tipo de jogos.
Atualizações	Verificar se o jogo é atualizado regularmente e se é necessário pagar por essas atualizações.
Conectividade	Nos jogos em linha, conferir as exigências de ligação à Internet e verificar se a escola possui banda larga suficiente e a rapidez de acesso necessárias ao pleno usufruto do jogo.

Elementos dos Jogos

Questões a considerar

Jogos eletrônicos (videojogos)

Conectividade	Nos jogos em linha, conferir as exigências de ligação à Internet e verificar se a escola possui banda larga suficiente e a rapidez de acesso necessárias ao pleno usufruto do jogo.
Gráficos	Avaliar a qualidade visual do videojogo, a qualidade e fluidez dos gráficos e cenários.
Jogabilidade	Analisar se o jogo é demasiado fácil ou demasiado difícil de se jogar. Um jogo precisa ser suficientemente desafiador, estar adequado ao nível de habilidade do jogador, apresentar variações no nível de dificuldade e manter um ritmo adequado.
Imersão	Analisar o nível de experiência de envolvimento com o jogo, que geralmente provoca um desvio de foco do mundo real para o mundo do jogo.
Inteligência artificial	Verificar se o videojogo tira partido da inteligência artificial para melhorar a experiência do jogador, a jogabilidade e imersão.
Envolvimento	Avaliar as estratégias de envolvimento do jogo e a sua capacidade de alienação, transformando vantagens ligadas à alta capacidade de motivação em desvantagens relacionadas com a viciação.
Narrativa	A maioria dos videojogos atuais é concebida como percursos narrativos. Avaliar a qualidade da narrativa e o tipo de narrativa - linear, livre, personalizável.
Feedback	Verificar se, quando o aluno erra ou perde, o <i>feedback</i> é agradável e não constrangedor.
Exercícios	Caso o jogo ofereça exercícios, verificar se os enunciados permitem que o aluno entenda o que é pedido e se há uma relação entre as atividades realizadas e os exercícios propostos.
Resolução de problemas	Caso o jogo proponha a resolução de problemas, verificar se os mesmos são apresentados de forma envolvente e desafiadora, se são significativos e se possibilitam a formulação de hipóteses por parte do aluno.
Idioma	Verificar a língua em que funciona o videojogo, se a mesma é compreendida pelos alunos e, caso seja necessário, se há versões traduzidas ou opções de legendagem. ■

Tabela 21. Vantagens e desvantagens dos jogos

Vantagens

Permitem e estimulam a aprendizagem baseada na resolução de problemas, a tomada de decisões, o gosto pelo desafio e a capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo.

Promovem a participação ativa dos alunos, a autoconsciência e a sociabilidade.

Podem ser altamente motivadores para os alunos.

Muitos jogos criam e desenvolvem-se em ambientes realistas e envolventes e estimulam a fantasia e a criatividade.

A obtenção de resultados rápidos e a possibilidade de recomeçar e corrigir erros libertam os alunos da ansiedade de esperar por avaliações e conhecer as respostas corretas a um desafio.

Está provado que contribuem para melhorar as competências visuais, espaciais e de coordenação motora e que contribuem para o sucesso académico, nomeadamente dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem.

Desvantagens

Sobretudo no caso dos videojogos, são, muitas vezes, alienantes e viciantes, distraindo os alunos de outras tarefas e podendo, inclusive, resultar em comportamentos agressivos e em isolamento.

Alguns jogos consomem demasiado tempo.

Jogos de tabuleiro com um número limitado de participantes obrigam à aquisição de vários exemplares para que todos possam participar.

Alguns jogos de tabuleiro com muitas peças, ou jogos de cartas, são susceptíveis à perda de peças ou deterioram-se com o uso.

O lado competitivo dos jogos pode levar os alunos a exacerbarem os aspetos de vitória ou derrota ou a transformarem a competição saudável em jogo a dinheiro.

Alguns jogos são muito caros e, no caso dos videojogos, exigem atualizações, por vezes pagas, e *hardware* e conectividade compatíveis com as suas exigências técnicas. ■

As páginas anteriores listaram e explicaram os critérios mais comuns e consensuais para a avaliação e seleção de recursos para a biblioteca escolar. Aos meios e suportes tradicionais, impressos ou eletrônicos, adicionou-se um novo meio, ainda pouco contemplado como material de biblioteca, mas com todas as características de um recurso de informação característico do ambiente digital, e que é hoje em dia muito utilizado, quer na componente educacional, quer na recreativa, experimental ou artística: as *apps*, diminutivo com se vulgarizou o uso do termo “aplicações”. Ainda que com esta inclusão de peso, não se esgotam nestes os tipos de documentos que uma biblioteca adquire, ou pode adquirir: a banda desenhada, os blogues e vlogues, os documentos cartográficos, as pautas de música, Fanzines e *Ezines* (Fanzines eletrônicos), entre outros, ficaram excluídos, por um lado, por excesso de especificidade, por outro, porque as considerações gerais contemplam o essencial para a sua avaliação.

No próximo ponto deste capítulo apresenta-se um instrumento útil para a avaliação de recursos.

CHECKLISTS PARA AVALIAÇÃO DE RECURSOS

Para facilitar a avaliação com vista à seleção de recursos para a biblioteca, o ideal é utilizar instrumentos de apoio onde possam ser sinalizados os resultados da avaliação, considerando os itens mais importantes, já apontados nos pontos anteriores. As *checklists* são um desses instrumentos. No [anexo 1](#), num ficheiro de folha de cálculo editável, encontram-se *checklists* distribuídas por várias páginas de acordo com o tipo de recurso. A cada notação da avaliação foi atribuída uma cor, de maneira a facilitar, numa leitura rápida, a verificação da pontuação dominante do recurso. Uma vez que cada “Livro” do programa permite a criação de diversas folhas, identificando-as com nomes distintos, é possível criar uma folha para cada recurso, ou avaliar vários recursos na mesma folha, copiando e colando as tabelas. O uso de um *software* que permita trabalhar com números e aplicar operações e equações é útil para armazenar as avaliações de vários recursos num mesmo ficheiro, identificando-as rapidamente. Os programas deste tipo permitem ainda criar gráficos, que poderão ser úteis para a elaboração de relatórios e a justificação de aquisições junto da instituição que tutela a biblioteca, ou da RBE.

Para terminar, assinala-se que as facilidades de edição permitem que sejam adicionadas novas *checklists*, efetuadas cópias do ficheiro inicial tantas vezes quantas as necessárias, utilizando-se a funcionalidade “guardar como” e, ainda, alterar as que são agora sugeridas, quer de acordo com as necessidades e interesses de cada escola ou agrupamento, quer atendendo à evolução dos suportes e do mercado editorial. Neste aspeto, é importante que cada biblioteca escolar assuma a sua autonomia, a sua identidade e a sua forma própria de organização, de maneira a facilitar o processo de seleção, já de si moroso e complexo.

REFERÊNCIAS

- Granic, I., Lobel, A., & Rutger, C.M.E. (2014). The benefits of playing videogames. *American Psychologist*, 69 (1), 66-78. DOI: 10.1037/a0034857.
- Gregory, V. L. (2011). *Collection development and management for 21st century collections*. Chicago, Il.: Neal-Schuman Publishers, Inc.
- Griffith, M. (2002). The educational benefits of videogames. *Education and Health*, 20 (3), 47-51. [Em linha]. Retirado de <http://sheu.org.uk/sheux/EH/eh203mg.pdf>
- Haines, C., & Kluver, C. (2015). Evaluation of new media. In A. Kuster (ed.), *Young children, new media and libraries*. Recuperado de Little eLit. [Em linha]. Retirado de <https://littleelit.com/2015/02/15/evaluation-of-new-media-chapter-five-of-the-little-elit-book/>
- Johnson, P. (2013). *Developing and managing electronic collections*. Chicago, Ill: ALA.
- Johnson, P. (2018). *Fundamentals of collection development and management* (4th ed.). London: Facet Publishing⁵.
- Mardis, M. A. (Ed.) (2016). *The collection program in Schools: concepts and practices* (6th ed.). Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited.
- PEI (2008). *Evaluation and selection of learning resources: a guide*. Charlottetown, Canadá: Prince Edward Island, Department of Education.
- Shapiro, J. (2015). How videogames in the classroom will make students smarter. *Forbes*. Mar. 30, 2015. [Em linha]. Retirado de <https://www.forbes.com/sites/jordanshapiro/2015/03/30/how-video-games-in-the-classroom-will-make-students-smarter/>

5

A 3.ª edição deste livro, editada pela ALA em 2014, está disponível em acesso aberto em <http://uni-sz.bg/truni11/wp-content/uploads/biblioteka/file/TUNI10042597.pdf>

CAPÍTULO III

LIVROS ELETRÔNICOS E EDIÇÃO ELETRÔNICA

Índice de tabelas

Checklist para a tomada de decisões.....Tabela 22.

Índice de gráficos

ISBN atribuídos a documentos eletrônicos por ano 2002-2013).....Gráfico 1.

Percentagem de livros eletrônicos publicados nos países da União europeia em 2011 e 2016.....Gráfico 2

Sumário

- 47 Contextos e aspetos tecnológicos
- 52 Modelos e custos de aquisição
- 55 Aspetos legais: a gestão dos direitos de autor em ambiente digital
- 59 A decisão no ambiente digital
- 60 Referências

Neste capítulo, dedicado aos livros e à edição eletrônica, abordam-se os aspetos tecnológicos inerentes ao ambiente digital no âmbito da produção e acesso aos documentos, introduz-se aos modelos e custos de aquisição e abordam-se os aspetos legais que caracterizam os diversos modelos, bem como as suas consequências na atividade das bibliotecas.

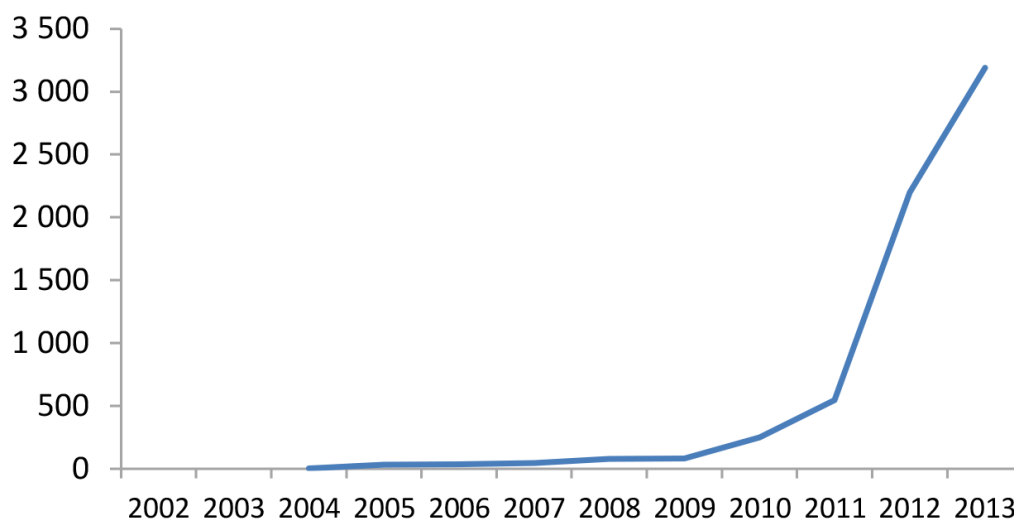
Para uma abordagem mais detalhada leia-se Pinheiro (2014) sobre os livros eletrônicos e Rodrigues e Carvalho (2013) sobre a organização e gestão de recursos eletrônicos e o acesso aberto à informação, ambos os documentos publicados pela Rede de Bibliotecas Escolares.

CONTEXTOS E ASPETOS TECNOLÓGICOS

A criação de coleções de livros e outros recursos eletrónicos configura uma revolução na forma tradicional de organizar e desenvolver as coleções da biblioteca escolar. A gestão e curadoria de recursos digitais exigem novos conhecimentos aos bibliotecários e tornam mais complexas as operações de seleção, integração e difusão dos recursos. Sabemo-lo desde que, há pouco mais de 30 anos, a *World Wide Web* ocupou o espaço de informação e comunicação da Internet: o mundo da informação eletrónica é complexo e variado. Se nos ativermos à edição de informação científica, ela é hoje predominantemente digital a nível internacional e mesmo nacional; paralelamente, no mercado da edição para o público escolar, tem-se verificado uma evolução no sentido da crescente oferta de alternativas digitais aos manuais escolares e livros de exercícios tradicionais. No caso da língua portuguesa, verifica-se que os conteúdos digitais de qualidade, validados por chancelas reconhecidas, são escassos no conjunto da produção editorial nacional e que o mercado do impresso se mantém forte e dominante, nomeadamente na literatura.

Não obstante, a edição de livros eletrónicos em Portugal tem evoluído de forma significativa desde 2010. O Gráfico 1, que regista os ISBN atribuídos pela APEL entre 2002 e 2013, é bem exemplificativo desse crescimento, que atinge os 17% do total da edição de livros no último ano com dados recolhidos até à data da produção daquele documento:

Gráfico 1 - ISBN atribuídos a documentos eletrónicos por ano (2002-2013)

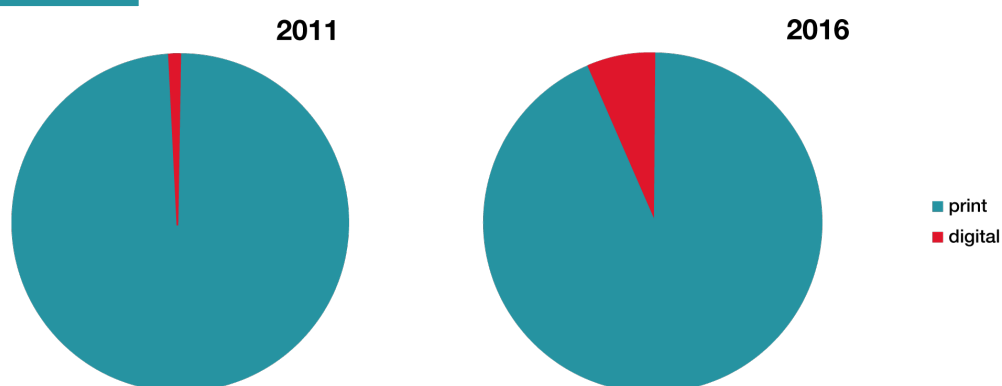


Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL (inclui dados de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor entre 2003 e 2013)

A nível internacional, os editores, receosos das possibilidades de duplicação ilegal que a tecnologia oferece e usando da prerrogativa de definição dos direitos de gestão digital (DRM - *Digital Rights Management*), têm desenvolvido estratégias que dificultam o acesso aos livros eletrónicos por parte das bibliotecas, quer exigindo dispositivos proprietários para a sua leitura, quer restringindo o número de empréstimos possíveis, elevando o preço dos recursos consoante o número de empréstimos desejados. Nesse sentido, a prometida diminuição dos preços de aquisição de recursos eletrónicos, cuja produção e distribuição apresentam custos muito mais baixos, quando comparadas com os impressos, não aconteceu afinal, colocando-se, em muitos casos, os documentos no mercado ao mesmo preço, senão superior.

Aconteceu assim um retrocesso no crescimento exponencial de edição eletrónica de livros (FEP, 2017). Por exemplo, tem-se verificado que, em países onde a edição digital se desenvolveu muito mais do que em Portugal, a compra de livros eletrónicos baixou nos últimos dois anos, em resultado das restrições ao acesso e do custo elevado dos documentos. Não nos enganemos porém com este retrocesso, pois é parte do processo de mudança e de afirmação de uma revolução digital que muito rapidamente transformou o mundo em que vivemos, e que significa, para além da explicação acima aduzida, que a qualidade da leitura nos suportes existentes para livros eletrónicos não satisfaz ainda plenamente os leitores, em comparação com o livro impresso (FEP, 2017). O Gráfico 2 mostra como, apesar de largamente dominado pelo suporte impresso, o mercado editorial da União Europeia tem vindo a aumentar de forma progressiva a publicação de livros eletrónicos desde 2011:

**Gráfico 2 -
Percentagem
de livros eletrónicos
publicados nos países
da União europeia
em 2011 e 2016.**



Fonte: FEP, 2017

6

Este último estudo tem a particularidade de se debruçar sobre as diferenças de género no comportamento informacional dos estudantes de uma escola secundária americana, concluindo que as raparigas se preocupam mais com a avaliação dos resultados de pesquisas na Internet, sendo os rapazes mais confiantes e menos cuidadosos com a informação que recuperam

OS CUSTOS ESCONDIDOS DOS LIVROS ELETRÓNICOS

- . Licenças de acesso anual ou custos de manutenção;
- . Obrigatoriedade de aquisição de novos exemplares a partir de um determinado número de empréstimos;
- . Aquisição, manutenção e gestão de plataformas de armazenamento e leitura;
- . Aluguer de espaço na nuvem ou aquisição de servidores potentes;
- . Resolução de problemas relacionados com a tecnologia;
- . Aquisição e atualização de software;
- . Tempo de trabalho dos colaboradores da biblioteca para a realização de sessões de literacia da informação.

Apesar de, de acordo com a GFK (empresa de pesquisa de mercado), apenas 6% dos cidadãos portugueses serem leitores de livros digitais (Neves, 2014, p. 101), todos os estudos sobre o comportamento informacional das crianças e dos jovens em idade escolar dizem-nos que estes utilizam preferencialmente recursos eletrónicos para estudar e que, quando não lhes são fornecidos pela escola, efetuam as suas pesquisas autonomamente, com os riscos também conhecidos de recuperarem informação de má qualidade, prejudicando mais do que beneficiando o processo de aprendizagem: segundo as várias investigações, a geração do milénio domina a tecnologia, mas não a organização da informação, confiando acriticamente naquilo que recolhe de pesquisas simples realizadas através do Google, situação que se tem mantido ao longo dos últimos dez anos (Lippincott, 2005; Rowlands et al., 2008; Purcell et al., 2012; Beheshti & Large, 2013; Asher, Duke & Wilson, 2013; Taylor & Dalal, 2017 ⁶).

Torna-se pois claro que a decisão de integrar recursos eletrónicos (criteriosamente selecionados) nas bibliotecas escolares é inevitável. Esta decisão implica, porém, a tomada de decisões complexas e variadas, e as perguntas surgem: a quem comprar? Quais são as editoras e distribuidoras mais fiáveis no mercado eletrónico em Portugal? Que tipo de formato deverá ter o *ebook*? Os livros eletrónicos que pretendemos adquirir exigem plataformas específicas de leitura? A aquisição de livros eletrónicos num determinado formato ou em determinadas editoras exigirá, também, a aquisição de dispositivos de leitura ou programas específicos? Devemos adquirir efetivamente, por compra, os livros eletrónicos ou optar por sistemas de assinatura, ou aquisição dirigida pelos utilizadores? Que sistemas existem em Portugal para conteúdos portugueses?

Em primeiro lugar, recordem-se os meios de que o leitor atual dispõe para aceder a livros eletrónicos: diretamente em plataformas proprietárias (caso de editoras e distribuidoras comerciais, com vertentes generalistas, científicas ou escolares, cujos produtos são por norma pagos), em portais científicos de acesso aberto (como o [RCAAP](#)) ou em bibliotecas digitais e plataformas agregadoras de conteúdos (casos da [Biblioteca Nacional Digital](#) (BND), do [Portal das Bibliotecas Lusófonas](#) (Lusoteca), esta recorrendo a uma app para criação de bibliotecas digitais pessoais, também utilizada pela BND (a [lleio](#)), da [Biblioteca Digital do Plano Nacional de Leitura](#) ou ainda de projetos como o [Nativos Digitais Leem+](#), das bibliotecas do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, de Sintra; através de dispositivos de leitura eletrónica (*eReaders*); ou através de aplicações de *eReaders*, descarregáveis para computadores, *tablets* ou *smartphones*. Em quase todos os casos, as aplicações podem ser descarregadas para os vários dispositivos mencionados, permitindo a leitura através de aparelhos móveis ou fixos, *online* ou *offline*. Algumas editoras ou alguns tipos de livros podem ter um acesso muito restrito, enquanto outros admitem uma utilização livre e aberta, permitindo assim uma aproximação ao conceito de posse que temos relativamente a um livro impresso, uma vez

7

O PDF foi desenvolvido antes do EPUB, e continua a ser preferido para a digitalização de livros impressos, reproduzindo exatamente o documento original; já o EPUB surge ligado à leitura em eReaders, tablets e smartphones, adaptando-se melhor à leitura em ecrãs pequenos, nomeadamente ao permitir manipular o texto, aumentando e diminuindo letras, espaços, imagens, etc. - daí ser hoje o formato mais utilizado para a edição de livros eletrónicos. Se o PDF é um formato estático, o EPUB é flexível, mais orientado para a leitura do que para a reprodução.

8

Os documentos em PDF são muitas vezes criados a partir da digitalização de impressos ou a partir de outros programas (Word para PDF, por exemplo), sem que na transferência de ficheiros ou no ficheiro de origem tenha havido o cuidado de inscrever os metadados (etiquetas, cabeçalhos, etc.) necessários a uma leitura alternativa. Quando assim é, os documentos PDF tornam-se ilegíveis para pessoas com deficiência visual. Para saber mais, veja-se no manual da Adobe o capítulo sobre acessibilidade ([Adobe Acrobat XI Accessibility](#))

que as bibliotecas podem descarregar os documentos e integrá-los nas suas próprias plataformas digitais (de preferência em bibliotecas digitais construídas em rede, de maneira a servirem um conjunto de bibliotecas, ao mesmo tempo que rentabilizam conhecimentos e recursos das várias instituições parceiras). Por outro lado, algumas aplicações não são suportadas por todos os navegadores, nem a experiência de leitura é idêntica em todas as plataformas disponíveis, sendo sempre essencial verificar quais os formatos e requisitos técnicos dos livros publicados por uma editora ou difundidos através de uma dada distribuidora no processo de avaliação prévio à seleção para aquisição.

Os formatos de livros eletrónicos mais populares disponíveis no mercado são o PDF e o EPUB que, nos últimos anos, se tem sobreposto ao primeiro enquanto formato preferencial de edição de livros comerciais⁷, mantendo-se o PDF predominante, a par com o HTML ou as suas variações (XML, XHTML), na edição de revistas. Ambos são programas de fonte aberta e, quer o PDF, quer o EPUB, apenas exigem a descarga de um programa de leitura; na maior parte dos casos, permitem que o documento seja guardado pelo utilizador, impresso ou partilhado, incluindo, nas edições não bloqueadas, as funcionalidades de sublinhar a informação, tomar notas e copiar e colar noutros documentos; nos casos de documentos adquiridos no mercado editorial comercial, porém, há habitualmente restrições a parte destas funcionalidades, sendo apenas possível sublinhar, marcar páginas ou tomar notas na própria plataforma de leitura, sem viabilidade de gravação, impressão ou partilha. Note-se que ambos incluem programas de OCR (reconhecimento ótico de caracteres), sendo acessíveis a pessoas com deficiência visual⁸. Um outro formato comum de edição digital é o XHTML (uma extensão do HTML mais adequada à leitura em dispositivos portáteis), constituído por ficheiros ligados que facilitam o movimento entre partes do mesmo texto e uma navegação mais simples entre livros eletrónicos inseridos numa mesma plataforma. Com frequência, as revistas e jornais digitais apresentam versões alternativas de leitura: HTML ou XHTML e PDF, este mais adequado quando a intenção é guardar ou imprimir documentos. A maior parte das bibliotecas digitais, nomeadamente as que promovem o acesso aberto, ou cujas coleções são constituídas por obras em domínio público, como o [Projeto Gutenberg](#), apresentam a possibilidade de leitura em vários formatos, incluindo sonoros, que o leitor escolherá de acordo com os seus próprios objetivos e necessidades.

Um livro eletrónico pode ser publicado em toda esta variedade de formatos, só num ou em alguns deles, e tanto pode ser disponibilizado apenas pela própria editora ou distribuidora, como por outros agregadores e distribuidores de conteúdos. Em Portugal, algumas editoras e distribuidoras dispõem de aplicações de leitura própria, que comercializam ou distribuem gratuitamente; ou, na vertente do acesso aberto, vemos que as universidades portuguesas dispõem de Repositórios Institucionais agregados num Repositório Nacional, o [RCAAP](#), que arquiva todos os conteúdos publicados no âmbito do ensino

superior português (desde dissertações de mestrado e teses de doutoramento a artigos em revistas, livros e capítulos de livros, comunicações a conferências, etc.).

Tanta diversidade, distinta da simplicidade da edição impressa, pode levar à confusão, enganos e mesmo frustração por parte daqueles que, na biblioteca escolar, têm a responsabilidade final da aquisição de documentos. Cada aplicação, cada interface, cada plataforma usa a sua própria linguagem, apresenta serviços e funcionalidades diferentes, localiza os menus e os botões de navegação em partes distintas do ecrã e, até no contexto de um mesmo editor, a versão de cada livro também pode ser diversa, possibilitando a opção por distintos formatos de acordo com o dispositivo, ou de forma adaptada às necessidades de cada utilizador – é o caso da [Biblioteca Nacional Digital](#) ou do já citado [Projeto Gutenberg](#).

Ainda assim, muitas bibliotecas optam pela aquisição de *eReaders* que carregam com coleções específicas, procedendo ao empréstimo destes em vez de ao empréstimo de livros individualmente considerados. O leitor tem, desta forma, acesso a uma razoável quantidade de documentos sobre o tema que lhe interessa, podendo lê-los e consultá-los em conjunto durante o período de duração do empréstimo, aumentando o seu leque de opções de leitura sobre um determinado assunto. Os *eReaders* podem ser carregados apenas com obras de ficção, ou com obras de não-ficção, ou as duas opções juntas, conjugando sobre um mesmo assunto obras de todo o tipo que permitem variar o leque de perspetivas, abordagens e formas de apropriação das matérias. Esta é uma alternativa interessante para bibliotecas escolares, que podem transportar a organização por assuntos, áreas de interesse ou matérias curriculares para os aparelhos de leitura e assim apoiar o processo de ensino e aprendizagem. Relativamente ao tratamento técnico, cada leitor eletrónico pode ser catalogado como um só documento, a dois níveis, indicando os vários livros que integra, tal como se se tratasse de uma obra em vários volumes. Se os custos iniciais de aquisição dos aparelhos podem aparecer como uma desvantagem, estes são hoje substancialmente mais comportáveis do que no início e são rapidamente compensados se se mantiverem os preços relativamente baixos nos livros eletrónicos, nomeadamente de ficção, que têm sido praticados em Portugal.

Para as bibliotecas, toda esta versatilidade de dispositivos, formatos e plataformas de acesso complica a atividade de gestão das coleções e pode pôr em causa o princípio do acesso universal à leitura, obrigando os bibliotecários a criar sistemas de avaliação mais complexos em que, aos critérios tradicionais, são forçosamente adicionados critérios técnicos e de acessibilidade, como discutido no Capítulo II deste documento.

MODELOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO

O mercado português não dispõe ainda da diversidade de modelos de aquisição para conteúdos na língua materna existentes noutros países europeus; mesmo assim, este é um mercado em crescimento e é importante ter consciência de que a aquisição de revistas ou livros eletrónicos obedece a um modelo distinto do que existia tradicionalmente para os impressos. Para além do modelo de aquisição individual de um livro ou assinatura de uma revista, são cada vez mais frequentes os modelos de subscrição de coleções, que não implicam a posse dos recursos, mas a obtenção de licenças de acesso anuais que podem, ou não, levar à compra efetiva das coleções ou de parte dos recursos dessas coleções bem como, no que diz respeito aos periódicos, ao acesso perpétuo aos números que tenham sido subscritos até à data de suspensão da assinatura.

Os preços dos livros individualmente considerados variam enormemente, dependendo do tipo de conteúdo e dos direitos de acesso que lhes estão associados. Para uma biblioteca que, naturalmente, pretende praticar o empréstimo dos livros, o preço pode ser mais elevado, uma vez que implica uma multiplicidade de acessos e o uso adicional de programas de encriptação que impedem a leitura após o final do prazo de empréstimo. Algumas editoras internacionais têm mesmo limitado o número de empréstimos possíveis por aquisição, obrigando as bibliotecas a comprar mais livros caso pretendam dispor de um maior número de empréstimos, ou a renovar a aquisição ao fim de um dado número de transações. Um outro problema é a relutância de muitos autores e editoras em ceder as novidades para empréstimo. Relativamente às subscrições, os preços variam normalmente de acordo com o número de utilizadores previstos (por exemplo, o número de alunos da escola ou agrupamento, ou o FTE (*full time equivalent*), significando o número de pessoas em tempo integral numa organização, considerando todos os potenciais utilizadores do serviço), com o tipo de acesso e com a natureza dos conteúdos, sendo as coleções no campo das ciências exatas e aplicadas em princípio sempre mais caras do que a literatura ou as ciências sociais e humanas, cujos conteúdos são, por norma, de mais longa duração.

Mesmo não contemplando a posse efetiva dos documentos, as subscrições têm a vantagem de assegurar um acesso menos dispendioso aos recursos, uma vez que adquirir livros eletrónicos individualmente pode sair mais caro do que subscrever o acesso a uma coleção; por outro lado, apenas valem a pena se feitas através de convénios, diminuindo os custos e distribuindo-os por várias entidades. Esta opção apresenta a vantagem de libertar as bibliotecas da manutenção de recursos desatualizados e que perdem interesse objetivo mas, a longo prazo, pode tornar-se mais dispendiosa, uma vez que envolve a acumulação de custos anuais.

Um modelo cada vez mais usado pelas editoras internacionais é o PDA (*Patron Driven Acquisition*) ou aquisição orientada pelos utilizadores, que

mistura os dois modelos de subscrição e aquisição. Neste tipo de proposta, as bibliotecas subscrevem anualmente uma lista de livros eletrônicos, tendo o direito de, no final de cada ano, adquirir um número determinado de documentos, selecionados a partir das estatísticas de uso. Ou seja, será a quantidade de vezes que um livro foi lido ao longo de um ano que determinará a sua aquisição definitiva para a biblioteca. O modelo parece interessante ao fazer depender as aquisições do seu uso real por parte dos utilizadores, mas pode ser também altamente perverso ao condicionar o desenvolvimento da coleção a eventuais modismos ou interesses pontuais que levaram a um elevado uso de um determinado tipo de livros apenas porque, por exemplo, num determinado ano, houve professores a proporem o estudo de um tema específico que, no ano seguinte, deixa de ter relevância. No caso de este modelo poder vir, no futuro, a ser considerado como forma possível de aquisição para as bibliotecas escolares, haverá sempre que exigir a participação do professor bibliotecário na seleção final, condicionando as aquisições efetivas a um controlo de qualidade, de maneira a evitar compras de documentos que na realidade não interessam à biblioteca.

Quer as subscrições, quer as aquisições em pacote, cada vez mais propostas pelas editoras, têm a vantagem de permitir o acesso a um número muito elevado de documentos a um preço fixo, fornecendo serviços adicionais de estatísticas de uso, mas a desvantagem de obrigarem a incluir no pacote temas que não interessam à biblioteca, havendo por isso a permanente sensação de se estar a desperdiçar dinheiro. Como já foi referido, este tipo de compras apenas interessa no âmbito de convénios, pois são demasiado dispendiosas para bibliotecas individuais ou mesmo agrupamentos, tornando-se relevantes em termos orçamentais apenas quando adquiridas no âmbito de um grande grupo de instituições (tal como a *B-on* – Biblioteca do Conhecimento *On-line* – para as bibliotecas académicas). Será, por isso, sempre uma decisão a ser tomada pelos órgãos de decisão das escolas e agrupamentos e no contexto de redes de bibliotecas concelhias ou de comunidades intermunicipais, ou ainda com a participação do Ministério da Educação através de Rede de Bibliotecas Escolares, preferencialmente em colaboração com o Ministério da Cultura, através da DGLAB, à semelhança do modelo do Ministério da Ciência e Ensino Superior para os estabelecimentos de ensino superior. O estabelecimento de protocolos com instituições de ensino superior da região poderá ser outra alternativa para garantir o acesso a um amplo universo de informação e obter apoio para a parametrização e gestão de plataformas para o desenvolvimento de bibliotecas digitais, como o *DSpace*.

Qualquer que seja a opção de aquisição, é importante notar que a gestão de coleções eletrónicas engloba encargos que ultrapassam o pagamento direto dos recursos, implicando a existência de bons acessos à Internet e de servidores potentes para o armazenamento e a preservação dos recursos, a manutenção de catálogos em linha usando programas atualizados, o

MODELOS DE LICENÇAS DE LIVROS ELETRÔNICOS

- . Aquisição por pacotes de licenças e tempo determinado;
- . Aquisição por uso real – pagamento por uso;
- . Aquisição de uso ilimitado por um período fixo (1 ano, por ex.);
- . Pagamento por empréstimo com possibilidade de empréstimo simultâneo de um documento a múltiplos utilizadores (mais caro e exigindo maior capacidade de previsão, mas mais satisfatório para os utilizadores);
- . Um empréstimo-um utilizador, em correspondência com a prática do empréstimo de livros impressos, de acordo com a diretiva europeia de 2006 (mais apreciado pelos vendedores e julgado legal pelo Supremo Tribunal da UE, numa decisão histórica promulgada em 2016).

recurso pontual a técnicos de informática para a atualização dos programas e plataformas e para a resolução de problemas, a eventual aquisição de dispositivos de leitura (*eReaders* ou *tablets*) para tornar possível a leitura de alguns formatos na biblioteca, e o desenvolvimento de programas de literacia da informação que incluam ações de formação presenciais ou em plataformas de *e-learning*, tutoriais e manuais de apoio para ajudar os utilizadores a usar as plataformas de acesso aos livros eletrónicos nos vários dispositivos, a pesquisar e a aproveitar o máximo de potencialidades disponibilizadas pela leitura em ambiente digital. Também aqui a colaboração com bibliotecas do ensino superior, que habitualmente desenvolvem programas deste tipo, poderá ser útil às bibliotecas escolares.

A inclusão de recursos eletrónicos nas coleções implica que, inevitavelmente, o mesmo livro poderá existir em diversos suportes, aumentando o leque de escolha de formas de leitura por parte dos alunos e dos professores. Por exemplo, quando se trata da leitura coletiva de um livro em sala de aula, será vantajoso dispor de um *ebook* com múltiplos acessos, que pode ser lido individualmente mas também exposto em ecrã para toda a turma, e que dispensará a aquisição de uma grande quantidade de exemplares físicos. A consulta de um dicionário ou outro livro de referência, normalmente obras pesadas e comportando muitos volumes quando impressas, também ganha com a versão eletrónica, sendo de notar que há bons dicionários em acesso aberto na Internet (exemplos, em acesso aberto, para a língua portuguesa são o [Priberam](#) e a [Infopedia](#)). O livro eletrónico permite ainda, quase sempre, uma apropriação individual que não é possível no livro impresso destinado a uso coletivo: quando se trata de um recurso em acesso aberto que pode ser descarregado para os computadores ou dispositivos portáteis pessoais, ou quando o acesso é feito através de uma plataforma onde os leitores podem registar-se e criar as suas páginas pessoais, é viável sublinhar, tomar notas e consultá-las, sem estragar um documento que é de todos.

Para alunos com deficiências visuais ou com dislexia, as vantagens do livro eletrónico são indiscutíveis (ver quadro nesta página). Para outro tipo de leitores, a portabilidade e adequação à leitura de um livro impresso, a possibilidade de intimidade e silêncio, a ausência de distrações que facilmente aparecem quando se está ligado à Internet, o descanso para os olhos que significa a leitura do texto impresso em papel quando comparada com a luminosidade, ainda inevitável, do ecrã, tornam muitas vezes mais interessante a opção por um modo de leitura tradicional. Em consequência, é natural que as bibliotecas escolares enfrentem o dilema do suporte em que devem adquirir e da necessidade de comprar um mesmo documento em vários suportes, aumentando talvez os custos, mas também diversificando as formas de acesso e as possibilidades de leitura, de acordo com as distintas formas de apropriação da informação; tornam-se assim mais inclusivas e asseguram uma maior rentabilidade de cada item, o que é importante quando se sabe que muitos livros de uma coleção nunca ou raramente são lidos,

UTILIDADE DOS LIVROS ELETRÔNICOS PARA OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1. Adaptabilidade: possibilidade de aumentar o tamanho das letras e das imagens; esta facilidade também resulta numa mais rápida mudança das páginas, dando a impressão ao leitor de ler mais depressa e aumentando a sua satisfação com o ritmo da leitura.
2. Áudio-livros: na maior parte das aplicações de leitura eletrónica é possível fazer acompanhar a leitura da sua versão sonora, ou substituir uma por outra; os alunos invisuais têm assim acesso a uma muito maior quantidade de livros, e os alunos com dislexia podem usufruir do apoio sonoro na interpretação das letras e sílabas.

9

De acordo com a legislação, uma obra cai em domínio público 70 anos após a morte do autor. Vejam-se a este propósito os artigos 31.º, 32.º, 38.º e 39.º do Código dos Direitos de Autor de dos Direitos Conexos (CDADC), 15.ª versão (DL n.º 100/2017, de 23/08), disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=484&tabela=leis&so_miolo=-.

por mais interessantes e importantes para a aprendizagem que tenham sido considerados no momento da aquisição.

Quando se integram livros eletrónicos numa coleção, outras questões se colocam: como apresentar esta informação no catálogo? O catálogo deve distinguir as coleções de livros eletrónicos das de livros impressos? Como efetuar essa distinção: em coleções independentes, ou usando imagens identificativas de cada tipo de recursos? O módulo de catalogação permite a integração de ligações diretas para o texto integral do recurso? De que modo pesquisarão os utilizadores a informação? Será que farão como com as coleções impressas, preferindo descobrir diretamente os livros nas plataformas de armazenamento, tal como procuram nas estantes das salas de leitura? A resposta a estas questões exige reflexão e discussão e implica conhecer os interesses, características e necessidades dos utilizadores, bem como a capacidade de resposta da própria biblioteca e da sua equipa.

ASPETOS LEGAIS: A GESTÃO DOS DIREITOS DE AUTOR EM AMBIENTE DIGITAL

Os direitos de autor em ambiente digital constituem um problema que se tem tornado mais e mais complicado à medida que cresce a publicação digital em qualquer formato. Por um lado, o movimento do acesso aberto à informação defende a possibilidade de um acesso livre aos produtos da investigação e da reflexão científicas e ao património literário e artístico. Note-se que, no campo académico, este movimento tem sido promovido por diretivas nacionais e europeias, resultando na criação de repositórios de informação institucionais como o [RCAAP](#) e, no campo do património e das obras em domínio público, tem produzido bibliotecas de livros, música e filmes alimentadas coletivamente e com acesso irrestrito, como o [Projeto Gutenberg](#) e a [Biblioteca Nacional Digital](#); com características um pouco diferentes, é suficientemente conhecido o [Google Books](#), projeto de digitalização maciça de obras em domínio público, mas também com uma vertente comercial. Por outro lado, os autores procuram soluções para a defesa dos seus direitos de propriedade intelectual e as editoras buscam continuar a aumentar os lucros através de restrições ao acesso à informação sobre a qual detêm direitos.

Para as bibliotecas, as consequências deste movimento em duplo sentido são também contraditórias e provocam insegurança relativamente aos direitos de acesso e empréstimo de documentos. Da construção de bibliotecas e repositórios digitais de acesso aberto e da digitalização de obras da literatura, das artes e das ciências caídas no domínio público⁹ resultou um acesso universal e nunca imaginado a milhões de publicações de todo o tipo e em todas as línguas, permitindo o usufruto de obras clássicas, da literatura à ciência, ao livro antigo e obras raras e valiosas, a coleções de mapas, ilustrações, fotografias, filmes, música e outros documentos sonoros nunca até

hoje disponíveis para consulta pública, ou acessíveis apenas nas bibliotecas ou instituições que os possuíam em suporte físico. Ao mesmo tempo, receosas de todas as possibilidades de acesso ilegal aos seus recursos, e aplicando de forma rígida os direitos de gestão de recursos digitais (DRM), as editoras e distribuidoras construíram verdadeiros muros em volta dos seus produtos, exigindo programas e leitores específicos para o usufruto dos documentos, retirando ou cobrando por direitos de empréstimo, de tal maneira que por vezes os condicionalismos são tão grandes que não valem o investimento ou o tornam inoportuno.

Como assegurar um uso justo dos recursos digitais sem prejudicar nem os autores nem os leitores? A aquisição, para uma biblioteca, implica a possibilidade do empréstimo domiciliário e interbibliotecário. Os editores, por sua vez, preocupam-se com a perda de conteúdos digitais e com a diminuição dos seus lucros, uma vez que, em princípio, é muito mais fácil, imediato e reproduzível proceder a um empréstimo digital do que a um empréstimo em suporte físico, que tem sempre de encontrar um meio de transporte adequado. Algumas empresas procuraram restringir o acesso obrigando à aquisição dos seus próprios *eReaders* para aceder às publicações. O sucesso dos *tablets* e dos smartphones obrigou-os, porém, a criarem aplicações para estes dispositivos, sob o risco de perderem clientes, cada vez menos interessados em aparelhos que apenas permitem um tipo de atividade, preferindo a possibilidade de aceder a uma multiplicidade de serviços através de um único dispositivo. Mais recentemente, a maior livraria digital do mundo criou um sistema de empréstimo de livros para os seus utilizadores *premium* (que pagam uma subscrição), concorrendo assim com o papel das bibliotecas, e ameaçando-as a partir de uma perspectiva empresarial que é, em aparência, atraente mas que, no futuro, pode pôr em causa os direitos de acesso universal e equitativo dos cidadãos à informação.

As editoras optaram assim por distintas atitudes: na maior parte dos casos, a licença para empréstimo de livros eletrónicos reproduz o mesmo processo dos empréstimos de livros físicos, isto é, apesar da reproduzibilidade do suporte digital, apenas é possível emprestar um livro de cada vez, o que é justo; mais grave é a opção de outras editoras, que limitam o número de empréstimos possíveis para cada livro comprado, o que significa que a obra nunca fica verdadeiramente na posse da biblioteca – por exemplo, cada livro pode ser emprestado 26 vezes (número aplicado na maior parte dos casos, na Europa) e, findo esse número, terá que ser adquirido um novo exemplar; outras ainda vendem os livros a bibliotecas a um preço substancialmente superior, considerando a possibilidade de difusão permitida pelo suporte eletrónico.

Não obstante toda a problemática envolvendo os direitos de propriedade intelectual e a sua conflitualidade com os direitos de acesso à informação dos cidadãos, e mesmo que o crescimento da venda de *ebooks* tenha abrandado, os índices de leitura digital aumentam sensivelmente a cada ano, tanto entre adultos como entre jovens, conforme comprovam estudos recentes, como o

do *Pew Research Center* (Perrin, 2016): a leitura eletrônica parece contribuir para aumentar o número de leitores e o número de livros lidos por leitor, tanto entre adultos como jovens, o que parece indicar que a aquisição de recursos eletrônicos é o caminho a seguir pelas bibliotecas, escolares e não só. Essa é a convicção da IFLA (Federação Internacional de Associações e Organizações de Bibliotecas) que, em 2014, publicou um documento de referência sobre o empréstimo eletrônico (*IFLA E-lending Background Paper*) e, no caso europeu, da EBLIDA, que entre 2012 e 2014 desenvolveu uma campanha e publicou uma [declaração sobre o direito à leitura eletrônica](#), onde são apresentadas duas recomendações especialmente importantes: que se passe da atual e insatisfatória oferta de licenças para as bibliotecas para um regime de licenciamento justo e obrigatório, e que o acervo comunitário relativo aos direitos de autor seja atualizado, considerando um acesso justo à informação por parte das bibliotecas e dos seus utilizadores; este documento reivindica ainda a criação de um princípio de direito de empréstimo que consagre a legalidade do empréstimo em qualquer formato, incluindo à distância, por parte das bibliotecas, a garantia do chamado princípio de exaustão, isto é, do direito de transferência e posse efetiva dos recursos e a venda de documentos eletrônicos às bibliotecas a um preço justo e não especulativo.

Em Portugal, a situação é difusa. Ao contrário de outras editoras e distribuidoras internacionais, os sítios Web de grandes editoras com publicações destinadas ao ensino não apresentam qualquer informação sobre as condições de aquisição por bibliotecas. No comércio eletrônico a retalho há livrarias com *eReaders* próprios, ou aplicações para computadores e dispositivos móveis, permitindo que cada livro adquirido na loja possa ser lido em vários dispositivos diferentes. Nenhuma destas empresas indica condições ou limitações ao empréstimo domiciliário, para além das que advêm dos formatos proprietários de leitura.

Na verdade, não existe uma política pública que regule o empréstimo de livros eletrônicos e são poucas as bibliotecas que os possuem e emprestam de forma regular e regulamentada, o que se justifica pela indefinição legal e pela pouca variedade de conteúdos disponíveis, nomeadamente os adequados ao público em idade escolar.

A [Agenda Portugal Digital](#), aprovada em Conselho de Ministros no final de 2012, previa a promoção de criação maciça de conteúdos digitais em português, utilizando formatos interoperáveis que permitissem um acesso livre, e assegurando assim a disponibilização e leitura de livros eletrônicos de forma alargada à generalidade dos cidadãos. Esta iniciativa tinha 2015 como prazo de execução e, nesse ano, uma nova resolução veio atualizá-la e dar-lhe continuidade. No que diz respeito ao objetivo concreto de produção maciça de conteúdos, o relatório de 2014 apresenta como resultados a digitalização de obras patrimoniais de conventos extintos e de coleções da Biblioteca Nacional, no âmbito da [Biblioteca Nacional Digital](#) e da [Área de Leitura para Deficientes](#)

Visuais, bem como das instituições agregadas em torno do [Registo Nacional de Objetos Digitais](#), que assegura a integração de recursos patrimoniais na plataforma [Europeana](#). Não se trata, portanto, de criação de novos conteúdos, mas antes da digitalização do património bibliográfico e documental. Da mesma *Agenda* constava a atualização da legislação sobre direitos de autor e direitos conexos, incluindo a regulamentação da cópia privada, o que foi cumprido em 2015, mas mantendo-se a indefinição relativa aos direitos de empréstimo das bibliotecas. Na verdade, se a legislação considera lícita “a comunicação ou colocação à disposição de público, para efeitos de investigação ou estudos pessoais, a membros individuais do público por terminais destinados para o efeito nas instalações de bibliotecas, museus, arquivos públicos e escolas, de obras protegidas não sujeitas a condições de compra ou licenciamento, e que integrem as suas coleções ou acervos de bens” (álínea o) do art.º 75 do [Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos](#), atualizado em 2015), o direito de empréstimo dos documentos, em qualquer suporte, é ignorado. Em Novembro de 2016, o [Tribunal de Justiça da União Europeia](#) decidiu que, em certas condições, o empréstimo de livros eletrónicos deve ser tratado de forma idêntica aos livros impressos, isto é, segundo o modelo um livro - um empréstimo; este parecer, cuja aplicação depende da legislação de cada país, tem sido assumido como norma em toda a Europa, salvo negociações específicas entre as plataformas de empréstimo nacionais (já existentes em vários países, como Espanha, França, Holanda, Flandres, Noruega, Suécia, entre outros), e as editoras.

Apesar do panorama difícil e complexo, o mundo não para de girar: as políticas públicas de ciência vieram disponibilizar aos cidadãos uma quantidade imensa de recursos científicos através do já referido [RCAAP](#), na sua grande maioria em acesso aberto e muitos deles com interesse para as coleções das bibliotecas escolares, que os podem livremente descarregar para os seus acervos; os projetos públicos e privados de digitalização do património literário e documental, nacionais e internacionais, desde a [BND](#) ao [Projeto Gutenberg](#), que tem uma coleção razoável em Português, ou ao sítio brasileiro [Domínio Público](#), permitem igualmente o acesso aos clássicos da literatura, da ciência, etc., através de livros eletrónicos igualmente fáceis de descarregar; tal como em relação ao livro, muitas obras do cinema, da música e das artes em geral, caídas no domínio público, estão disponíveis em cinematecas (veja-se o exemplo do [Cinema Livre](#)), bibliotecas de música (como a [Deezer](#)) ou museus digitais, e todas elas permitem enriquecer com poucos custos a coleção de uma biblioteca que, desde que disponha de espaço de armazenamento num servidor ou na nuvem, pode criar serviços digitais e disponibilizar estes recursos para *download*, diretamente através do catálogo, sem sequer necessidade de empréstimo formal. Paralelamente, é recomendável que se comecem a constituir coleções de livros eletrónicos contemporâneos, quer literários, quer de apoio ao ensino e à aprendizagem, destinando-lhes uma parte do orçamento para aquisições e negociando licenças de forma

colaborativa e partilhada através das redes locais, regionais e nacionais de bibliotecas.

A DECISÃO NO AMBIENTE DIGITAL

A tomada de decisões neste contexto fluido, complexo e pouco regulado implica um conhecimento básico dos suportes, dos formatos, dos modelos, dos interesses dos alunos e da legislação. Encerra-se assim este capítulo com um instrumento de apoio à decisão: uma *checklist*, apresentada na Tabela 22, que permite ao professor bibliotecário identificar rapidamente os seus conhecimentos, tarefas a realizar e recursos disponíveis no contexto da opção pela integração de recursos digitais nas coleções da biblioteca

**Tabela 22 – Checklist
para a tomada
de decisões**

Tomar decisões: *checklist*

- | | |
|--|--------------------------|
| Conhecer os dispositivos e <i>apps</i> para leitura de livros eletrónicos disponíveis no mercado português. | ☐ |
| Conhecer os dispositivos e <i>apps</i> para leitura de livros eletrónicos de que disponho na biblioteca (computadores, <i>tablets</i> , <i>smartphones</i>). | ☐ |
| Conhecer os dispositivos e <i>apps</i> para leitura de livros eletrónicos preferidos/ mais usados pelos alunos. | ☐ |
| Identificar as necessidades de aquisição de dispositivos ou aplicações para leitura de <i>ebooks</i> . | ☐ |
| Identificar necessidades orçamentais para aquisições de <i>eReaders</i> , <i>tablets</i> ou aplicações. | ☐ |
| Conhecer os formatos de leitura de <i>ebooks</i> . | ☐ |
| Identificar os formatos de leitura de livros eletrónicos mais amigáveis e fáceis de instalar nos dispositivos de que a biblioteca dispõe. | ☐ |
| Identificar os formatos de livros eletrónicos mais inclusivos, i.e., os que cumprem as normas de acessibilidade e facilitam o acesso a pessoas com dificuldades visuais ou de leitura. | ☐ |
| Conhecer as fontes para descarga gratuita de livros eletrónicos. | ☐ |
| Conhecer os principais fornecedores de livros eletrónicos no mercado português. | ☐ |
| Identificar preços, modelos e condições de aquisição junto dos fornecedores. | ☐ |
| Avaliar disponibilidade e condições de empréstimo. | ☐ |
| Assegurar a compatibilidade dos formatos de leitura propostos pelos fornecedores com os dispositivos e formatos existentes na biblioteca ou que será viável adquirir. | ☐ |
| Identificar as práticas de empréstimo de outras bibliotecas e assegurar o cumprimento da legislação de direitos de autor em vigor. | ☐ |
| Decidir a forma de integrar recursos eletrónicos no catálogo mais eficaz e amigável para os utilizadores. | ☐ |
| Debater e partilhar com os colegas das bibliotecas escolares e de outras bibliotecas, mas também com editores, livreiros e autores, os problemas e dúvidas que surgem, mas também as novas práticas. | ☐ |
| Identificar redes locais, regionais, nacionais ou internacionais com as quais a biblioteca pode partilhar políticas de aquisição. | ☐ |

REFERÊNCIAS

- Asher, A.D., Duke, L.M., & Wilson, S. (2013). Paths of discovery: Comparing the search effectiveness of EBSCO Discovery Service, Summon, Google Scholar, and conventional library resources. *College and Research Libraries*, 74 (5), pp. 464-488. [Em linha]. Retirado de <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2016.04.001>
- Beheshti, J., & Large, A. (2013). The information behavior of a new generation: children and teens in the 21st century. Autores.
- EBLIDA (2014). *The right to e-read: EBLIDA position paper*. [Em linha]. Retirado de http://www.eblida.org/News/2014/EBLIDA_E-read_position-paper.pdf
- IFLA (2014). *ELending Background Paper*. [Em linha]. Retirado de <https://www.ifla.org/publications/node/8852>
- Lanham, MD: Scarecrow. FEP. (2017). The book sector in Europe: facts and figures 2017. [Em linha]. Retirado de Federation of European Publishers <https://www.fep-fee.eu/The-Federation-of-European-862>
- Lippincott, J. K. (2005). Net generation students & libraries. In D. G. Oblinger & J. L. Oblinger (Eds.), *Educating the Net generation* (pp. 13.11-13.15). Boulder, Color.: EDUCAUSE. [Em linha]. Retirado de <http://www.educause.edu/ir/library/pdf/erm0523.pdf>
- Neves, J. S. (Coord.) (2014). *Comércio livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*. In (pp. 131). [Em linha]. Retirado de http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/COMERCIO_LIVREIRO_APEL__SET2014_SEC.pdf
- Perrin, A. (2016). *Book Reading 2016*. [Em linha]. Retirado de Pew Research Center <http://www.pewinternet.org/2016/09/01/book-reading-2016/>
- Pinheiro, C. (2014). *Livros eletrónicos e bibliotecas*. (Col. Biblioteca RBE, Vol. 5). [Em linha]. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/file/1173/bibliotecarbe5.pdf>
- Purcell, K., et all. (2012). *How teens do research in the digital world*. [Em linha]. Retirado de Pew Research Center <http://www.pewinternet.org/2012/11/01/how-teens-do-research-in-the-digital-world/>
- Rodrigues, E., & Carvalho, J. (2013). *Gestão e organização da coleção digital*. (Col. Biblioteca RBE, Vol. 3). [Em linha]. Retirado de http://www.rbe.mec.pt/np4/file/871/be_rbe_3.pdf
- Rowlands, I., et all. (2008). The Google generation: the information behaviour of the researcher of the future. *Aslib Proceedings*, 60(4), 290-310. [Em linha]. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1108/00012530810887953>
- Taylor, A., & Dalal, H. (2017). Gender and Information Literacy: Evaluation of Gender Differences in a Student Survey of Information Sources. *College & Research Libraries*, 78(1). [Em linha]. Retirado de <https://doi.org/10.5860/crl.78.1.16570>

CAPÍTULO IV

A DECISÃO NA GESTÃO E CURADORIA DE COLEÇÕES

Índice de tabelas

Modelo de entrevista para os docentes.....	Tabela 23.
Modelo de questionário para os alunos.....	Tabela 24.
Guião para questionário a aplicar aos alunos - temas e géneros.....	Tabela 25.
Formas alternativas para obter informação sobre as preferências dos utilizadores em conteúdos e suportes de leitura.....	Tabela 26.

Sumário

63	Envolver-se na comunidade para decidir
65	Conhecer a escola
66	Conhecer outras bibliotecas e instituições: parcerias e redes
67	Descobrir os interesses e as necessidades dos utilizadores
75	Referências

Neste capítulo apresentam-se os elementos da decisão para a gestão e curadoria das coleções (não estratégias de curadoria), com particular incidência no conhecimento e envolvimento da comunidade escolar e educativa, seus agentes e instituições. O envolvimento em consórcios e redes é abordado no contexto de cada subcapítulo e são propostos instrumentos para a recolha de dados.

ENVOLVER-SE NA COMUNIDADE PARA DECIDIR

O conhecimento da comunidade é um aspeto decisivo para a gestão e a curadoria de coleções. Designa-se por *análise da comunidade* ou *monitorização do ambiente* a recolha de informação como base para o processo de decisão. No caso das bibliotecas escolares, trata-se de reunir informação sobre a comunidade que servem e sobre a escola ou o agrupamento em que se inserem. A recolha, tratamento, análise e interpretação da informação sobre a comunidade permitem que os professores bibliotecários alinhem os recursos e serviços da biblioteca com as necessidades e desafios do processo de ensino e aprendizagem, adequando de forma integrada o desenvolvimento das coleções, quer às necessidades, características e expectativas dos utilizadores, quer às necessidades, características e expectativas dos docentes e das instituições educativas.

A análise da comunidade deve começar pelo conhecimento do meio social, económico, cultural e demográfico em que a escola está inserida, uma vez que é o meio que define as necessidades e condições básicas da população no acesso à informação. As fontes de informação preferenciais para a recolha destes dados, com frequência disponíveis em linha, são o [Instituto Nacional de Estatística](#) ou a [Pordata](#), as câmaras municipais, os sindicatos, os centros de saúde, os centros de emprego, as organizações empresariais, as associações locais, e também a imprensa e as monografias locais, a que será fácil de aceder através das respetivas bibliotecas públicas. Claro que cada escola dispõe dos seus próprios dados demográficos e estatísticos, recolhidos pela equipa de avaliação interna, configurando-se esta como fonte de informação primeira e preferencial para efeitos de diagnóstico de necessidades da coleção.

A informação a recolher inclui dados relativos à distribuição etária, diversidade cultural, taxas de emigração e imigração, níveis de instrução e níveis económicos, emprego, atividades económicas, instituições culturais, recreativas e desportivas e instituições religiosas. Por outro lado, será importante congregar dados sobre a história e a cultura da comunidade, como as tradições, as celebrações, as figuras ilustres e os momentos históricos mais significativos, o património cultural material e imaterial, o património natural, ou seja, tudo aquilo que a distingue e que constitui a sua memória histórica e identidade coletiva.

Como podem os dados assim recolhidos apoiar a decisão relativamente às coleções? Em primeiro lugar, os dados demográficos funcionam como evidências de apoio ao desenvolvimento das coleções: o conhecimento dos níveis etários, da caracterização económica e social das famílias, as taxas de emigração e a diversidade etnográfica ou religiosa constituem-se como indicadores sobre necessidades específicas ao nível dos tipos de recursos, da diversidade de línguas, tradições culturais e necessidades sociais originadas pelos diferentes estatutos sociais e níveis de instrução de base. Comunidades de imigrantes sugerem o investimento em documentos nas suas línguas de

origem, promovendo simultaneamente o multiculturalismo e a integração, isto é o conhecimento e a compreensão do *outro*, nos dois sentidos. O tipo de atividades económicas mais relevantes ou as características geográficas dominantes, bem como as formas mais típicas de ocupação dos tempos livres exigem coleções que se adequem ao conhecimento e à identificação do meio em que a comunidade se insere. Famílias com menor escolaridade, baixos rendimentos, fracos hábitos de leitura e baixo capital social obrigam ao desenvolvimento de coleções orientadas para a criação de hábitos de leitura, a mudança de atitudes e de valores face ao conhecimento, à aprendizagem e à confiança nas instituições, ajudando a suplantar a falta de um ambiente familiar escolarizado que, desde logo, determina a desigualdade nas competências de base que os alunos trazem de casa e, logo, no seu percurso escolar e sucesso na aprendizagem. Tradições populares, personalidades de relevo, valores patrimoniais são outros elementos que devem estar refletidos nas coleções da biblioteca escolar. Locais onde é possível fazer passeios didáticos na natureza, locais onde há pequenos jardins zoológicos ou planetários, atividades teatrais ou desportivas em que as crianças e jovens participam, etc., podem suscitar interesse sobre os sítios visitados e as atividades desenvolvidas que resultam em exigências sobre as coleções. Comunidades habitadas por famílias jovens estarão possivelmente mais disponíveis para apoiar e colaborar com programas educativos inovadores do que zonas envelhecidas e em vias de desertificação. Muitas escolas estão implantadas em locais demográfica e socialmente homogêneos, outras refletem uma profunda heterogeneidade populacional, outras ainda a permanente mobilidade dos seus habitantes. O conhecimento desta homogeneidade ou diversidade é crucial para um desenvolvimento sustentado das coleções, que despertarão um interesse muito maior do que coleções construídas sem atenção ao meio em que se inserem as escolas.

O trabalho de recolha de informação e conhecimento da comunidade só se torna efetivo, ou seja, só produz resultados válidos se os professores bibliotecários e a equipa da biblioteca souberem integrar-se nela de uma forma ativa, tornando-se conhecidos e reconhecidos. Lankes (2012) diz que as grandes bibliotecas são aquelas que constroem comunidades (em oposição às *más* bibliotecas, que apenas constroem coleções, e às *boas*, que constroem serviços, mas ancorando-se nas duas premissas: sem coleções e serviços não é possível às bibliotecas construir comunidades), e Shumaker (2012) defende o conceito do *bibliotecário integrado*, ou *incorporado* (*embedded librarian*) em oposição ao modelo antigo do bibliotecário recolhido ao pó dos livros. O bibliotecário integrado é ativo e não reativo, trabalha em colaboração e não individualmente e apresenta a biblioteca como promotora de parcerias mais do que de serviços, demonstrando que contribui para a organização com conhecimentos especializados que acrescentam valor ao todo; desenvolve assim competências e assume uma atividade que responde aos requisitos do curador da informação, mais do que aos do tradicional gestor (LibSource, 2013). Daí a importância de conhecer e intervir na escola, na comunidade

bibliotecária e junto de outras organizações e de buscar a proximidade com os utilizadores, nomeadamente os alunos, conforme discutiremos nos pontos que se seguem.

CONHECER A ESCOLA

O conhecimento detalhado da escola e dos seus agentes – alunos, pessoal docente e não docente, diretor do AE, coordenadores de escola, coordenadores de departamento curricular, representantes de grupo disciplinar e representantes da comunidade – é profundamente importante para a gestão e desenvolvimento das coleções. As fontes de informação para conhecer a escola são, por um lado, documentais e encontram-se na própria escola (a tipologia dos alunos e dos professores, os resultados de aprendizagem, o Regulamento Interno, o Projeto Educativo, o Projeto Curricular de AE, o Plano Anual de Atividades, o Plano de Ação e Melhoria e o Plano de Formação) e, por outro, laboratoriais, no sentido em que procedem da recolha de elementos de avaliação e acompanhamento, resultando no conhecimento dos hábitos de leitura e estilos de aprendizagem, das necessidades e das características específicas dos utilizadores, sobretudo dos alunos.

No inteiro respeito pelo Regulamento 2016/679 da União Europeia, designado como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, que define o novo regime jurídico da proteção de dados pessoais, aplicável a partir de 25 de maio de 2018 e cujas orientações se encontram plasmadas ao nível do Regulamento Interno e da Política de Segurança e Privacidade de cada escola ou Agrupamento, o professor bibliotecário deve reunir o maior número e diversidade de informação possível sobre a oferta curricular e formativa (cursos, níveis de educação e ensino, clubes e projetos) e os utilizadores da biblioteca e a comunidade que esta serve, de modo a poder tomar uma decisão fundamentada sobre o desenvolvimento da coleção.

A biblioteca escolar deve também apoiar o pessoal docente, quer adquirindo documentos de carácter profissional, quer orientando na pesquisa e recuperação de informação em sítios Web e bases de dados educativas de qualidade, que os assistirão na aplicação dos programas, na definição de estratégias e métodos de ensino, mantendo-se a par das novidades e atualizações no campo da educação. Por outro lado, a contribuição dos docentes para a aquisição de documentos é fundamental, pois melhor do que o professor bibliotecário, conhecerão eles os recursos, autores e títulos mais importantes e atuais nas suas áreas de ensino, bem como os estilos de aprendizagem dos alunos, pelo que a seleção deve ser feita preferencialmente de forma colaborativa.

Finalmente, um parceiro preferencial a considerar são os Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE), com os quais as bibliotecas

escolares devem trabalhar estreitamente, quer para a própria formação dos bibliotecários, quer para a dinamização de atividades de formação a partir das bibliotecas, quer ainda para o aprofundamento do conhecimento da comunidade e dos seus interesses e características.

CONHECER OUTRAS BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES: PARCERIAS E REDES

No visionário livro *Library 2020* (James, 2013) a biblioteca do futuro (que é já hoje!) é apresentada como um conceito, mais do que um lugar, um espaço de partilha e aprendizagem aberta que, por isso mesmo, só terá impacto se gerida em colaboração, parceria ou redes com outras bibliotecas e instituições. A nova natureza da informação, distribuída, caótica, muitas vezes cara, bem como da sua apropriação mais livre e aberta por parte dos cidadãos, exige a concertação de esforços entre as organizações. Daí que conhecer outras bibliotecas e instituições e partilhar com elas a gestão das coleções seja um dos desafios mais importantes para a nova biblioteca escolar.

Um parceiro privilegiado das bibliotecas escolares são as bibliotecas de outras tipologias existentes na comunidade. O professor bibliotecário deve investigar quais são essas bibliotecas e que formas de colaboração são possíveis.

Na maior parte dos municípios portugueses existe uma biblioteca pública. A evolução das relações entre bibliotecas públicas e escolares leva tendencialmente à partilha de recursos e a uma gestão coletiva de aquisições e subscrições, nomeadamente de recursos eletrónicos que, como se viu, exigem investimentos mais elevados. Embora apareça como um dos objetivos em várias das [redes concelhias de bibliotecas existentes em Portugal](#), a gestão coletiva de aquisições ainda está no seu início. No entanto, no âmbito das redes concelhias, já muitos serviços de apoio são organizados de forma colaborativa a partir das bibliotecas municipais: há catálogos coletivos e cartões de leitor comuns, que permitem o usufruto das coleções de todas as bibliotecas da rede; nalguns casos, uma gestão em rede das coleções liberta a biblioteca escolar individual de adquirir obras mais dispendiosas que já existem na biblioteca municipal, ou que, sobretudo no caso dos recursos digitais, são adquiridas ou subscritas coletivamente. Noutros casos, as bibliotecas municipais, não estando organizadas em rede com as escolares, dispõem de um serviço de apoio às bibliotecas escolares (SABE) através do qual prestam auxílio técnico e apoiam o acesso à leitura com pequenas coleções móveis que itineram em caixas ou baús, ou mesmo com bibliocarros que fazem paragens periódicas nas escolas do concelho, para além de prestarem serviços de empréstimo coletivo de materiais com interesse para os estabelecimentos de educação e ensino. Conhecendo as coleções que se deslocam ou itineram e os serviços de empréstimo coletivo e interbibliotecário,

a biblioteca escolar acrescenta um elemento de decisão ao desenvolvimento das coleções, que assim se enriquecem nalgumas áreas, sobretudo a literatura, sem necessidade de investimento direto. Há mais de 30 anos, Woolls (1985) defendia já experiências de colaboração entre bibliotecas públicas e escolares para o desenvolvimento de coleções, salientando que a partilha de informação reforçaria e tornaria mais racional o investimento em aquisições e serviços - para não falar nas várias experiências desenvolvidas na Escandinávia, sobretudo a partir dos anos 1990, de bibliotecas simultaneamente escolares e públicas, instaladas nos centros escolares dos núcleos populacionais mais pequenos.

Também algumas bibliotecas do ensino superior integram estas redes, o que abre outras perspetivas de colaboração ao nível do acesso às coleções, com especial relevo para as bibliotecas escolares de estabelecimentos do ensino secundário. É o caso dos [Serviços de Documentação do Instituto Politécnico de Leiria](#), que têm uma parceria ativa com as bibliotecas escolares do concelho, e da [Biblioteca da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro \(UTAD\)](#), que integra a [Rede de Bibliotecas de Vila Real](#), ou das Bibliotecas da Universidade da Beira Interior e do Instituto Politécnico da Guarda, que integram a [Rede de Bibliotecas das Beiras e Serra da Estrela](#). As bibliotecas académicas subscrevem recursos digitais de elevada qualidade, mas com preços demasiado elevados para as bibliotecas escolares e detêm coleções especializadas que não se justifica serem adquiridas por instituições mais pequenas, mas a que, com frequência, se torna importante e necessário aceder. A parceria com estas bibliotecas permite, através de serviços como o empréstimo interbibliotecário, aumentar o potencial dos recursos que as bibliotecas escolares podem disponibilizar a alunos e docentes.

Outras bibliotecas e serviços de documentação, de associações, de museus, etc., são parceiros a procurar, sendo de salientar que a maioria dos museus nacionais e alguns municipais dispõe de serviço educativo com o qual é possível estabelecer programas de cooperação.

DESCOBRIR OS INTERESSES E AS NECESSIDADES DOS UTILIZADORES

Se as bibliotecas não existem sem coleções, já vai longe o tempo em que os documentos eram considerados prioritários em relação aos utilizadores. As bibliotecas escolares, não desmerecendo o papel de preservação do conhecimento inerente a qualquer tipo de biblioteca, centram a sua atividade nas necessidades e interesses dos utilizadores, particularmente dos alunos, em consonância com a prossecução das missões de apoio à aprendizagem, à criação e desenvolvimento sustentado de hábitos de leitura e de condições para um crescimento harmonioso das crianças e dos jovens, ajudando por todos os meios possíveis a que estes se tornem indivíduos autónomos na

pesquisa e recuperação da informação e cidadãos informados, críticos e participativos, tal como preconizado no *Manifesto da IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar* (1999).

Por muito que se discuta a falta de hábitos de leitura e se escutem anúncios prematuros sobre a morte do livro e das bibliotecas, a verdade é que, como tem sido demonstrado por autores como Cassany (2010), Aliagas, Castellà e Cassany (2009), Furtado (2007) ou Farmer (2001), deparamo-nos com novas ecologias da leitura que é importante procurar compreender, de maneira a ajustar as coleções e as atividades delas decorrentes às formas contemporâneas de apreensão, fruição e usufruto da informação escrita ou gravada em qualquer suporte.

É assim que nenhum plano ou política de gestão e desenvolvimento de coleções deveria ser definido sem o prévio conhecimento das características dos utilizadores e sem uma avaliação dos seus interesses e necessidades, numa perspetiva holística. Esta informação consegue-se através da aplicação de inquéritos por entrevista e por questionário, separadamente, sobretudo a alunos e professores, mas não exclusivamente e, eventualmente, de testes, grupos focais e registos de observação. O uso de vários instrumentos permite obter tanto dados quantitativos para a determinação de valores, tendências, hábitos e competências da comunidade, agrupando os utilizadores de acordo com os parâmetros estabelecidos a partir dos resultados, como dados qualitativos que esclarecem e complementam as tendências gerais, aprofundando a sua compreensão - é nesse contexto que se justifica uma abordagem holística, que permite a contextualização das circunstâncias em que os atores do processo se movem.

Os inquéritos não devem ser demasiado longos ou complexos, pois o excesso de perguntas pode resultar em respostas menos comprometidas ou, até, na ausência de respostas. Idealmente, serão diretos e claros, utilizando uma linguagem simples de compreender pelos inquiridos e as perguntas devem ser construídas de forma a não induzir as respostas (problema muito frequente quando se interroga uma população de alunos sobre gostos e hábitos de leitura, pois há uma tendência natural para dar as respostas que os inquiridos acham serem as mais agradáveis e fáceis de aceitar).

Para apurar informação junto dos docentes, um inquérito por entrevista estruturada, de resposta escrita, deverá equacionar variáveis que abranjam a ação do professor sobre as disciplinas que leciona, ao nível dos recursos informativos de que necessita, bem como o seu conhecimento e valorização dos recursos da biblioteca para a atividade docente e a aprendizagem dos alunos. Na Tabela 23 apresenta-se um guião de entrevista que pode ser integralmente usado ou adaptado a diferentes circunstâncias - trata-se de um modelo, não de uma diretiva e, como tal, pretende apenas ser útil como orientação geral. Para aprofundar os resultados, sugere-se que o guião seja usado para entrevistas semiestruturadas com uma amostra de

professores selecionada por departamentos ou áreas de ensino. A entrevista semiestruturada deverá ser aplicada presencialmente e tem a vantagem de permitir abordar outros temas que surjam no decorrer da conversa.

Quer as entrevistas, quer os questionários devem ser precedidos de autorização prévia, na estrita observância do [Regulamento Geral de Proteção de Dados](#), e acompanhados de informação sobre o seu âmbito e objetivos, e da garantia do cumprimento dos preceitos éticos de anonimato, confidencialidade e preservação da privacidade dos respondentes.

Tabela 23. Modelo de entrevista para os docentes

Biblioteca da Escola / Agrupamento:

Entrevista aos docentes:

Nota: Esta entrevista, que deve ser respondida por escrito, pretende identificar o conhecimento e necessidades dos docentes das várias disciplinas relativamente aos recursos de informação existentes na biblioteca e à relevância que lhes atribuem no âmbito da atividade docente, quer para a planificação das atividades letivas e a atualização de conhecimentos, quer para a aprendizagem dos alunos.

Pretende-se que não responda apenas "Sim" ou "Não" às perguntas mais diretas, mas que elabore um pouco sobre o tema em questão, mesmo que isso signifique apresentar algum juízo crítico. Desde já se garante a confidencialidade das respostas e o anonimato no tratamento de dados.

A sua participação é muito importante para ajudar a biblioteca a gerir e desenvolver eficazmente as coleções documentais e os recursos de informação, pelo que agradecemos a colaboração.

Pergunta 1: Que disciplinas leciona, e a que anos curriculares?

Pergunta 2: A biblioteca dispõe dos recursos de informação necessários para apoiar as matérias que leciona?

Pergunta 3: No que diz respeito aos formatos de leitura e suportes da informação, acha que a biblioteca está atualizada e em linha com as ferramentas de aprendizagem usadas na sala de aula? Sugira, por favor, formatos ou suportes que considere que estejam em falta na biblioteca.

Pergunta 4: Os seus alunos virão a ter necessidade de usar os recursos da biblioteca para fazerem trabalhos?

Pergunta 5: Planeia ir à biblioteca com os alunos para os ajudar a pesquisar informação?

Pergunta 6: De que formas poderá a biblioteca ajudar os seus alunos a encontrarem a informação de que precisam?

Pergunta 7: Quais são as áreas de desenvolvimento profissional que mais lhe interessam, e que gostaria de encontrar na biblioteca? ■

Para apurar informação junto dos alunos, o questionário deverá integrar uma secção de perguntas abertas e uma lista de temas. Há diversas opções para a sua aplicação, das tradicionais às mais tecnológicas: em suporte impresso, com preenchimento manual; através do correio eletrónico, num processo semelhante ao manual, em que os inquiridos descarregam um ficheiro de texto, no qual respondem, guardando-o e reenviando-o em seguida para o remetente; ou num formulário em linha, distribuído digitalmente também por correio eletrónico, ou disponível na plataforma de *e-learning* da escola e nas redes sociais em que a Biblioteca participa e criado num *software* adequado. Há vários formulários em linha de fonte aberta, que podem ser usados gratuitamente e alguns deles desenvolveram *apps*, criando-se assim uma última

alternativa de aplicação dos questionários diretamente para os *smartphones* ou *tablets* dos alunos, sempre que estes os possuam, tal como por vezes já se pratica em testes na sala de aula. As duas últimas opções têm vantagens: (1) são potencialmente mais apelativas para os alunos e (2) poupam o trabalho de transposição dos resultados das perguntas fechadas para folhas de cálculo, uma vez que muitos programas de criação e gestão de inquéritos produzem automaticamente tabelas e gráficos a partir dos dados recolhidos, permitindo a sua imediata visualização. A escolha do *software* deverá ter em atenção a existência de uma versão em português, o número de perguntas permitidas, a possibilidade de criar secções, a criação automática de relatórios estatísticos (tabelas e gráficos) e a existência de *app* associada.

As Tabelas 23 e 24 propõem dois modelos para a elaboração de questionários que, tal como o modelo de entrevista aos professores, poderão ser trabalhados e adaptados de acordo com as especificidades de cada biblioteca ou rede, e também de acordo com a faixa etária dos destinatários. Nestes guiões são apresentadas as perguntas, mas não as opções de resposta, que apenas se sugerem no enunciado de algumas questões: consoante as perguntas, aquelas poderão ser de escolha simples ou múltipla, de escala ou de resposta aberta, e apresentadas em vários formatos; caso seja utilizado um programa informático para a elaboração do questionário, o próprio programa irá providenciando as alternativas possíveis para cada resposta. Antes de criar a versão definitiva, quer as entrevistas, quer os questionários deverão ser testados junto de uma pequena amostra de respondentes, de maneira a verificar as dificuldades que colocam, aferir se não chocam nenhum tipo de sensibilidade, corrigir a terminologia se for necessário, estimar o tempo médio de resposta e acrescentar ou eliminar perguntas, caso se verifique que há redundâncias, aspetos não contemplados ou que o inquérito é muito extenso - atendendo-se, em relação à extensão, que não é preciso propor o questionário todo de uma vez, e que a sua aplicação pode constituir uma série de desafios, com recompensas simbólicas para quem os preencha totalmente, seguindo o método de estímulo dos jogos.

Tabela 24: Modelo de questionário a aplicar aos alunos

Biblioteca da Escola/ Agrupamento:

Questionário sobre os interesses dos utilizadores

Nota: Este questionário pretende conhecer os teus interesses de leitura e saber quais os tipos de livros e outros recursos de informação que gostarias de ter na biblioteca. Não há respostas certas ou erradas: queremos apenas conhecer os gostos dos alunos para podermos criar coleções que te agradem e que gostes de usar. Se não souberes ou não quiseres responder a alguma pergunta, por favor escreve isso mesmo na opção de resposta. Nota que as respostas são anónimas e confidenciais e não precisas de te identificar em parte alguma.

Obrigado pela tua colaboração.

Começa por favor por nos indicar

O ano escolar que frequentas:

A tua idade:

Sexo: M / F

A. Leituras

1. Gostas de ler?
2. Se gostas de ler, quais são os teus autores favoritos?
3. Qual foi o livro que leste de que mais gostaste?
4. Entre *ebooks* e livros impressos, quais preferes? Se gostares dos dois, podes assinalar isso mesmo.
5. Usas alguma *app* para ler livros?
6. Qual é a revista ou jornal que mais gostas de ler?
7. Como lês a tua revista ou jornal preferido? Na edição impressa, no site da publicação, ou numa *app*?
8. Indica alguns autores, livros, publicações periódicas, *apps* de leitura, blogues, vlogues ou outros recursos de informação que gostarias de encontrar na biblioteca.
9. Gostas de ler em inglês ou noutras línguas? Se SIM, indica-nos quais.
10. Gostarias de ter mais livros em inglês na biblioteca da escola?

B. Cinema e televisão

11. Qual é o teu filme preferido?
12. Quais são os teus programas de televisão favoritos?
13. Como preferes ver televisão ou filmes? Em *streaming*, no computador, no tablet ou *smartphone*? No próprio aparelho de televisão?
14. Costumas guardar filmes ou séries para ver depois?
15. Indica alguns filmes, séries ou serviços de *streaming* que gostarias de encontrar na biblioteca.

C. Música

16. Qual é o género ou géneros musicais que mais gostas de ouvir?
17. Quais são os teus músicos ou bandas preferidas?
18. Como é que preferes ouvir música? Descarregas para o computador ou preferes ouvir no YouTube, ou num serviço de *streaming*, como o Spotify, ou o Deezer?
19. Costumas ouvir rádios *online*? Se sim, diz-nos quais são as tuas preferidas.
20. Indica algumas músicas, bandas ou serviços de *streaming* a que gostarias de aceder através da biblioteca.

D. Redes sociais

21. Qual é a rede social que mais usas?
 1. Costumas consultar blogues para estudo ou lazer?
 2. Gostas de ler micro-histórias em blogues?
 3. E vlogues? Costumas usá-los para aprender, ou apenas para lazer?
 4. Costumas criar os teus próprios filmes, ou escrever histórias para publicar nas redes sociais?
 5. Se respondeste SIM à pergunta anterior, gostarias que a Biblioteca também divulgasse os teus trabalhos?
 6. Indica o nome de alguns blogues e vlogues que gostarias de encontrar através da página Web da biblioteca.

E. Apps e jogos

22. Costumas usar *apps* para ler ou estudar?
 7. Se costumas usar *apps*, quais são as tuas preferidas?
 8. Gostas de usar jogos para aprender?
 9. Nos videojogos, gostas mais de ser o único jogador, ou preferes jogos com vários adversários?
 10. Indica alguns nomes de *apps*, videojogos ou jogos de tabuleiro que gostarias que a biblioteca adquirisse.

F. Formatos

23. Para estudar, preferes usar um computador, um *tablet*, um *smartphone*, ou livros tradicionais? Ou depende do que estejas a estudar?

1. E para ler um romance, poesia, banda desenhada...? Preferes usar um *smartphone* ou *tablet*, ou ler em formato impresso?

2. Gostarias que a biblioteca da escola também arquivasse e divulgasse os teus trabalhos através do seu repositório digital e das redes sociais?

3. Para aprender, preferes ler, ouvir ou visualizar as matérias?

4. 36. Como preferes que a biblioteca apresente os seus guias de leitura ou dossiês de aprendizagem? Num documento impresso, num PDF ou em plataformas como o Pinterest?

5. Finalmente, podes dizer-nos, de todas as atividades que praticas, sozinho ou com os teus amigos ou família, o que é que gostas mesmo mais de fazer no teu tempo livre? ■

Tabela 25: Guião para questionário a aplicar aos alunos - temas e géneros

Escolhe agora os temas e géneros de que mais gostas, assinalando com um X os teus preferidos.

Temas

Animais/ Natureza/ Ecologia	☐ Culinária	☐ Música e cantores	☐
Arte	☐ Desporto	☐ Política	☐
Astronomia	☐ Filosofia	☐ Psicologia	☐
Carros/ Motas/ Corridas	☐ História	☐ Religião	☐
Ciências exactas (Física, Química, Biologia)	☐ Jogos	☐ Saúde	☐
Computadores/ Tecnologia	☐ Moda	☐	

Géneros

Banda Desenhada/ Novelas gráficas	☐ Humor/ Anedotas	☐ Romances históricos	☐
Biografias	☐ Poesia	☐ Romances ou novelas policiais	☐
Contos de fadas/ Contos tradicionais	☐ Romances ou novelas de ação e aventura	☐ Ficção científica	☐
Contos em geral (histórias curtas)	☐ Romances ou novelas cor-de-rosa	☐ Teatro/ Drama	☐
Gótico (Fantasia, Vampiros, Sobrenatural)	☐ Romances de costumes	☐	

Indica aqui outros géneros de que gostas:

Depois de recolhidos, os resultados dos questionários devem ser analisados e apresentados num relatório contendo tabelas ou gráficos ilustrativos - consoante o número de opções de resposta para cada pergunta e a dimensão da amostra, optar-se-á pela forma de visualização mais adequado à imediata compreensão dos dados. Os dados quantitativos podem ser tratados numa folha de cálculo a partir da qual é possível produzir gráficos de acordo com a tipologia pretendida (no caso de ter sido usado um *software* para aplicação de questionários, estes serão gerados automaticamente). Os resultados devem ser usados para avaliar as coleções existentes e elaborar recomendações de aquisição de acordo com os interesses dos utilizadores. Por exemplo, se um determinado autor vai ser lecionado durante o ano, será importante adquirir mais exemplares dos seus livros; ou, se se verificar um interesse dos alunos por

determinado tema, esse deve ser objeto de uma especial atenção, adquirindo-se obras de qualidade e em número suficiente para os atrair à biblioteca. Se os alunos revelam preferência por livros eletrônicos, a biblioteca deverá começar a pensar na melhor forma de adquirir *eReaders* e comprar *ebooks* que aumentem o interesse pela leitura. Se se verifica que muitos utilizam, ou gostariam de utilizar jogos para apoio à aprendizagem e ao estudo, a biblioteca deverá equacionar a aquisição de mais jogos de tabuleiro ou videogames.

Relativamente aos *ebooks*, saliente-se que muitas bibliotecas estão a optar por adquirir *eReaders* de maneira a tornar acessíveis coleções completas aos utilizadores, testando formas alternativas e inovadoras de promover o empréstimo domiciliário e o uso das coleções. Os conteúdos podem incluir obras de ficção e de não ficção, e estar vocacionados para a aprendizagem ou para o lazer. Cada *eReader* pode ser catalogado como um documento único e assim inserido no catálogo, com informação sobre as obras que contém, tal como se se tratasse de um livro em vários volumes. Como os aparelhos são caros e exigem cuidados de manutenção, as condições de empréstimo aos alunos podem exigir a assinatura dos pais e um compromisso de honra. Por outro lado, e uma vez que se trata de aparelhos eletrônicos com materiais anexos como carregadores, e manuais de instruções, é preciso encontrar uma forma de embalagem que proteja os dispositivos e todo o material acompanhante: um envelope almofadado será, em princípio, suficiente. Finalmente, e dependendo do número de dispositivos existentes, o período de empréstimo poderá ser menor do que o aplicado para os livros impressos.

Para além do diagnóstico geral que deve ser feito no início de cada ano letivo, o professor bibliotecário e a equipa da biblioteca poderão conseguir mais informação utilizando diferentes estratégias de integração na comunidade: conversando com os colegas e com os alunos informalmente, durante os intervalos das aulas, no recreio, na sala de professores ou no bar da escola, e usando os meios disponíveis em redes sociais ou através de *apps* para fazer pequenos inquéritos e suscitar debates a partir de fotografias ou vídeos. A informação regular aos coordenadores de departamento e à direção da escola ou agrupamento sobre os resultados do acompanhamento e da avaliação da coleção são também imprescindíveis para que sejam conhecidas as evidências e para granjear apoios para as políticas de aquisição da biblioteca.

Tabela 26: Formas alternativas para obter informação sobre as preferências dos utilizadores em conteúdos e suportes de leitura

Inserir dentro dos livros um pequeno folheto com a forma de um recado para a biblioteca, e o seguinte texto:

Gostaria de ler _____ num *tablet/ smartphone/ eReader* da _____

CRIAR pop ups no sítio web ou nas redes sociais que a biblioteca usa com o mesmo tipo de desafios. ■

Colocar nas mesas de leitura da biblioteca folhetos em forma de recados, com o seguinte texto:

Quando estudo, gosto de usar livros/ computadores/ *apps*/jogos/ manuais ou livros eletrônicos e interativos (coloca uma bola em volta da tua preferência).

Quando leio romances, aventuras ou banda desenhada prefiro que sejam na forma de livros impressos/ *eReaders*/ *tablets* ou *smartphones*/ computadores (coloca uma bola em volta da tua preferência).

Gostaria de aprender as matérias através de jogos/ vídeos/ texto acompanhado com uma versão sonora (coloca uma bola em volta da tua preferência).

CRIAR pop ups no sítio web ou nas redes sociais que a biblioteca usa com o mesmo tipo de desafios.

Para finalizar este capítulo, recorde-se que a curadoria das coleções implica uma permanente avaliação e reformulação de conteúdos, organização e práticas de divulgação e animação e que, para o sucesso da biblioteca escolar do século XXI, este princípio deve ser orientador de todas as tarefas de gestão e desenvolvimento das coleções: no ambiente digital, o bibliotecário pode e deve usufruir da liberdade de fazer e refazer núcleos de assuntos, de formatos ou de suportes acrescentando, sempre que se afigure pertinente, a própria produção autoral da biblioteca e da comunidade que serve para, precisamente, fazer nascer melhores serviços, a cada momento adequados a novas exigências e necessidades.

REFERÊNCIAS

- Aliagas, C., Castellà, J. M., & Cassany, D. (2009). "Aunque lea poco, yo sé que soy listo". Estudio de caso sobre un adolescente que no lee literatura. *Revista OCNOS*, (5), 97-112. [Em linha]. Retirado de http://dx.doi.org/10.18239/ocnos_2009.05.07
- Cassany, D. (2010). *Prácticas lectoras contemporáneas: claves para su desarrollo*. [Em linha]. Retirado de https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/21294/Cassany_LEERES.pdf
- Farmer, L. S. J. (2001). Collection development in partnership with youth. *Collection Management*, 26(2), 67-78. [Em linha]. Retirado de http://dx.doi.org/10.1300/J105v26n02_06
- Furtado, J. A. (2007). *O papel e o pixel*. Lisboa: Ariadne.
- IFLA/ UNESCO. (1999). *Manifesto da IFLA/ UNESCO da Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos*. [Em linha]. Retirado de <https://archive.ifa.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>
- James, J. (2013). *Library 2020: Today's leading visionaries describe tomorrow's library*. Autor. Lanham, MD: Scarecrow.
- Lankes, D. R. (2012). *Beyond the Bullet Points: Bad Libraries Build Collections, Good Libraries Build Services, Great Libraries Build Communities*. [Em linha]. Retirado de <https://davidlankes.org/beyond-the-bullet-points-bad-libraries-build-collections-good-libraries-build-services-great-libraries-build-communities/>
- LibSource. (2013, 2013-08-13). Top 5 librarian skills: #1 information curation. [Em linha]. Retirado de <https://libsource.com/top-5-librarian-skills-information-curation/>
- Shumaker, D. (2012). *The Embedded Librarian*. Medford NJ: Information Today.
- Woolfs, B. (1985). The use of school libraries and public libraries and the relationship to collection development. *Collection Management*, 7(3-4), 173-182. [Em linha]. Retirado de http://dx.doi.org/10.1300/J105v07n03_18

CAPÍTULO V

BOAS PRÁTICAS EM TEMPOS DE MUDANÇA

Sumário

- 79 Colaboração, comunidades e redes
- 81 Mercado editorial e tecnologias digitais
- 82 Avaliação da coleção
- 84 Dispositivos de leitura digital
- 85 A biblioteca híbrida
- 86 Literatura, obras de ficção e novas práticas de leitura
- 90 Bibliotecas e repositórios digitais, produção e disseminação de conteúdos
- 94 Referências

Neste capítulo desenvolvem-se e sistematizam-se sugestões, ideias e exemplos que foram sendo apresentados ou referidos ao longo deste documento e que podem ser pontos de reflexão e pistas para a ação das bibliotecas escolares no caminho para um futuro recheado de incertezas.

A adoção de boas práticas na gestão e desenvolvimento de coleções é particularmente importante em tempos de mudança, quando sabemos que devemos preparar as bibliotecas escolares para transformações que, se num momento se desenrolam lentamente, noutro podem, de repente, evoluir de forma acelerada. A preparação para a mudança exige pois que, ao nível da gestão e da decisão, se comecem a estabelecer novos procedimentos e novas formas de organizar o trabalho e a relação com os utilizadores e com a comunidade envolvente, mas também com comunidades externas que, crescentemente, terão um papel a desempenhar na atividade desenvolvida individualmente por cada biblioteca, escola ou agrupamento.

Nesse sentido, os pontos que se seguem sistematizam alguns temas que foram abordados ou anunciados ao longo do trabalho, destacando-os como boas práticas a promover nas bibliotecas escolares.

COLABORAÇÃO, COMUNIDADES E REDES

O trabalho em equipa, quer com os recursos humanos diretamente envolvidos no serviço da biblioteca, quer com toda a comunidade, começando pelos docentes e alunos, mas contando também com o pessoal não docente, os pais e encarregados de educação e outros agentes mais próximos da gestão da escola ou agrupamento, tem de deixar de ser um princípio consensual mas vago, e passar a ser mais um hábito do que um desejo. Nesse sentido, sugerem-se as seguintes práticas:

- Partilha de informação;
- Consulta a todos os elementos envolvidos relativamente a decisões de gestão e opções estratégicas;
- Formação dos elementos da equipa e da comunidade, em aspetos distintos: atualização e aquisição de conhecimentos técnicos para uns, aprendizagem de competências de literacia da informação e compreensão dos meandros do acesso ao conhecimento para outros.

A *partilha de informação* (sempre no estrito cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD -, que entrou em vigor a 25 de maio de 2018), através de reuniões e do uso de sistemas de distribuição como o correio eletrónico, *newsletters*, redes sociais, etc., possibilita que todos os agentes implicados estejam a par, não só das novidades da biblioteca, mas também das tecnologias, redes e inovações introduzidas ou passíveis de vir a ser introduzidas no sistema.

A *consulta* dos elementos da equipa que contactam diretamente com os utilizadores, permite ao professor bibliotecário saber mais sobre as práticas daqueles e sobre os temas e suportes que mais os interessam em cada momento. A consulta aos colegas da equipa da biblioteca é fundamental para a atualização das coleções e conhecimento de novos suportes nas

várias áreas lecionadas na escola ou no agrupamento. Essa consulta pode e deve estender-se aos Departamentos, formalmente junto dos coordenadores de departamento curricular e dos representantes de grupo disciplinar e, de maneira mais informal, junto dos docentes. Em ocasiões propícias, poderá ser interessante ouvir também outros membros da comunidade, como pais e encarregados de educação.

A *formação* e a atualização periódica dos conhecimentos profissionais são essenciais, quer para quem desempenha tarefas de gestão, quer para quem desenvolve tarefas técnicas. É bom que o pessoal docente e não docente da equipa da biblioteca se sinta plenamente habilitado a lidar com novas tecnologias, novos suportes e serviços. Da mesma forma, utilizadores que conhecem os conteúdos e suportes das coleções são utilizadores mais bem preparados e, por isso, mais capazes de recorrer e utilizar eficazmente os serviços da biblioteca nas suas várias vertentes. O professor bibliotecário deve estimular a realização de visitas guiadas e atividades letivas na biblioteca e promover sessões de literacia da informação, nomeadamente literacia digital, com alunos, docentes e restante comunidade. Neste sentido, a colaboração com os CFAE é essencial, permitindo a realização de ações de formação e atualização de conhecimentos, quer para a equipa da biblioteca, quer para o pessoal docente e não docente, estas sobretudo no âmbito da literacia da informação e da literacia digital. Para além da colaboração com os centros de formação, de carácter mais formal, é boa prática organizar formações informais ou não formais, para pequenos grupos, aproveitando ocasiões propícias - e usar todas as oportunidades para apoiar os utilizadores individualmente de forma pedagógica, transmitindo-lhes competências que os tornem mais autónomos e capazes na pesquisa, recuperação e uso da informação.

A colaboração com redes e comunidades externas é, na verdade, extremamente importante: as bibliotecas escolares em Portugal estão integradas, na sua grande maioria, na [Rede de Bibliotecas Escolares](#), usufruindo desde logo do apoio e da formação proporcionados pelo gabinete que a gere, em colaboração com os CFAE e outras entidades. A pertença à Rede, a participação nos encontros e formações que esta promove, a consulta ao seu sítio web, ao blogue ou às páginas e perfis do [Facebook](#), [Twitter](#) e [YouTube](#) não dispensam, porém, o estabelecimento de relações de cooperação e partilha com colegas e com outras bibliotecas escolares e públicas próximas, sempre que possível participando em redes concelhias ou intermunicipais¹⁰, e sendo ativos nessas redes, cujo trabalho colaborativo alivia e potencia o labor individual de cada membro; onde não haja redes, a sua criação é hoje em dia um imperativo, e a alternativa é criar ou participar em movimentos que as pretendam implantar.

A participação em associações de bibliotecários é uma outra forma de aprender, colaborar e partilhar, contribuindo também para um maior reconhecimento da carreira de professor bibliotecário em Portugal.

10

Recorde-se a este propósito a recente política do Ministério da Cultura, de incentivo à criação de redes intermunicipais de bibliotecas através das CIM, que no futuro poderão integrar ou, pelo menos, estabelecer relações privilegiadas com as bibliotecas escolares.

Desta colaboração, da conversa, da troca de experiências, do esclarecimento de dúvidas, mesmo que informalmente, nascem ideias, desenvolvem-se projetos comuns, criam-se programas de formação, enfrentam-se desafios que, em solidão, parecem barreiras intransponíveis. Sobretudo em épocas de contenção de recursos financeiros, mas também em consequência da nova realidade da edição e produção digitais, da construção autónoma de repositórios educativos e do acesso a recursos que apenas são comportáveis se subscritos por parcerias, a colaboração em redes locais e regionais torna-se uma exigência para um eficaz desenvolvimento e curadoria das coleções.

MERCADO EDITORIAL E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A permanente atualização de conhecimentos sobre recursos eletrónicos é vital para o desenvolvimento das coleções. O professor bibliotecário e a equipa da biblioteca devem agir ativamente no sentido de estarem informados sobre as novas tecnologias e tendências da edição, bem como sobre estudos de utilizadores que identifiquem as formas de uso da informação por parte de crianças e jovens.

Em Portugal, vale a pena seguir as publicações e procedimentos das editoras e distribuidoras que publicam e distribuem livros eletrónicos e manuais escolares e recursos de aprendizagem digitais. Sempre que existam dúvidas sobre licenças de utilização ou direitos de autor de livros eletrónicos publicados por estas editoras, haverá que questioná-las, de maneira a não incorrer em procedimentos lesivos dos direitos de autor e propriedade intelectual, ou dos direitos de distribuição.

Seguir blogues literários pode também ser útil. Sugerem-se, a título de exemplo, o blogue *Estante de Livros*, o *Letra Pequena*, sobre literatura para a infância e a juventude, o *BDBD*, dedicado à banda desenhada, ou o *Ler y Criticar*, com muitas referências a literatura para jovens (apesar do *i grego*, é português). Realce ainda para uma revista e um jornal impressos de referência na edição em Portugal, ambos com presença na Web: a revista *Ler* através de um blogue sempre recheado de poesia e o *Jornal de Letras* com uma interessante página, onde se podem ler entrevistas, resenhas, crónicas e reportagens. O sítio Web do *Plano Nacional de Leitura* é de consulta obrigatória e regular pois contém recomendações sustentadas para os vários tipos de leitores e níveis etários.

Sobre livros eletrónicos, o blogue *Ler ebooks* apresenta sempre informação atualizada e é um excelente manancial de boas ideias. Um blogue que apresenta publicações e novidades que aliam a tecnologia aos mais diversos conteúdos de aprendizagem é o *Apps para Educação*, da RBE. Vale também

a pena procurar seguir alguns blogues americanos: *No Shelf Required* acompanha a edição de livros eletrônicos e áudio-livros e apresenta muita informação sobre temas relacionados com a leitura eletrônica; o *International Digital Publishing Forum* é mesmo sobre o comércio de livros e standards para a publicação digital. Dúvidas sobre os direitos de propriedade intelectual na Internet podem ser tiradas no sítio português da iniciativa *Creative Commons*, onde se encontram também orientações para o licenciamento de sítios Web ou blogues, de materiais educativos produzidos pelas escolas e seus professores, etc..

De uma maneira geral, os professores bibliotecários devem procurar, não só estar informados, como trabalhar de perto com os fornecedores de recursos eletrônicos, especialmente de recursos educativos e de livros para crianças e jovens. Será boa prática saber de antemão as novas aplicações que vão ser lançadas no mercado, atualizações de programas já existentes, etc., no sentido em que as bibliotecas podem oferecer-se para, por exemplo, testar a versão beta de um novo serviço Web, ou de uma app, podendo assim não só intervir, através da avaliação do serviço, no seu *design*, conteúdos ou organização finais, mas também obter descontos em futuras aquisições.

As fontes de informação aqui sugeridas não são exaustivas e funcionam apenas como sugestões. Em geral estas, complementadas com a leitura persistente das páginas dedicadas à área, em revistas e jornais generalistas ou especializados nas mais diversas temáticas, bem como com visitas regulares às livrarias locais (onde existam, já que tantas foram desaparecendo nos últimos anos) permitem obter respostas para perguntas que surgirão persistentemente no âmbito da gestão de coleções: quais são as tecnologias usadas no mercado na edição, e quais são as novidades? Quais são as editoras dedicadas à literatura para a infância e a juventude e à literatura escolar? Quais são as condições de empréstimo de *ebooks* de cada editora, distribuidora ou livraria? Que livros estão disponíveis em versão eletrônica, quem os vende, como lê-los? O que recomendam os críticos? Como apoiar a escola e os seus docentes na publicação de obras educativas?

AVALIAÇÃO DA COLEÇÃO

Os gostos e interesses de crianças e jovens mudam com cada vez mais frequência e rapidez e, se antigamente os livros e mesmo vídeos ou música a eles destinados mantinham durante anos a sua atratividade, alguns atravessando mesmo gerações, nos tempos que correm estes interesses variam com impressionante velocidade, tal como, aliás, o próprio mercado editorial, que deixou de ter consistência e coerência.

Se nos reportarmos à edição eletrônica, a volatilidade caracteriza também grande parte dos recursos, mesmo pagos: sítios e páginas Web, blogues

e outras plataformas de armazenamento e divulgação da informação desaparecem tão depressa como aparecem, sem qualquer aviso ou hipótese de, com simplicidade, recuperar a informação neles contida. Quando se contrata uma assinatura de um periódico eletrónico ou de uma base de dados, há sempre que verificar, logo aquando da contratação, a possibilidade de conservar a posse dos recursos relativos aos anos contratados, em caso de desistência da subscrição ou de extinção dos recursos. Um fenómeno assegurado nos tempos de mudança que caracterizam este primeiro quarto do século XXI é a efemeridade: dos produtos, como dos gostos e interesses dos indivíduos de qualquer idade.

Por essas razões, para tomar consciência das obras que mais interesse despertam, das que não saem das estantes ou que ninguém descarrega das plataformas digitais, ou das que deixaram de ser relevantes, deve ser feita uma avaliação regular das coleções. Para tal, são recomendados vários métodos: avaliar o número de empréstimos usando os módulos de relatório dos programas de gestão documental; avaliar o número de *downloads*, no caso de livros eletrónicos em bibliotecas ou plataformas digitais, usando os respetivos módulos de estatísticas; registar, sem ter que obrigar a qualquer requisição, os recursos utilizados presencialmente (desde que os utilizadores cumpram a habitual recomendação de não voltar a colocar nas estantes os livros que consultam, é possível saber diariamente as obras que foram utilizadas). Esta avaliação documental deve ser complementada com inquéritos regulares acompanhados por grupos focais com alunos e docentes, procurando conhecer os seus interesses, quer ao nível dos conteúdos, quer dos meios de acesso (*apps*, *browsers*, OPACs...), quer dos suportes, uma vez que estes são também determinantes na motivação para a leitura.

A avaliação implica também a tomada de decisões relativamente ao desbaste, ou eliminação de recursos. Sobretudo no que diz respeito ao livro impresso, muitas bibliotecas vão acumulando obras desatualizadas, velhas, gastas, que apenas ocupam espaço e não apresentam qualquer qualidade que as classifique como património a preservar; aliás, podem até ser prejudiciais, por apresentarem informação que já perdeu a validade: atlas que representam países entretanto desaparecidos (com interesse se integrados em atlas históricos, mas não em atlas correntes), obras de astronomia que indicam Plutão como planeta ou trabalhos sobre a origem do Homem que não refletem as últimas descobertas, por exemplo. A qualidade de uma biblioteca não se mede pelas estantes sobrecarregadas de livros inúteis, antes pelo contrário: prateleiras cheias de livros desmotivam o utilizador e não trazem qualquer valor acrescentado à dinâmica do serviço. O desbaste é pois uma tarefa que deve estar plasmada na política de gestão e desenvolvimento de coleções da biblioteca e que deve ser praticada regularmente.

DISPOSITIVOS DE LEITURA DIGITAL

Os dispositivos de tinta eletrónica (*e-ink*), comumente usados nos leitores digitais (*eReaders*) e alguns *tablets* e *smartphones* foram comercializados pela primeira vez em 1997 por uma empresa americana fundada por alunos e docentes do MIT (*E-Ink Corporation*): são aparelhos eletrónicos de baixo consumo que procuram assemelhar-se ao papel na qualidade e conforto da leitura, ou seja, procuram ser o equivalente eletrónico do papel em aspetos como o brilho do ecrã ou a durabilidade da leitura (sem que a bateria acabe rapidamente). Adaptados para muitas outras funcionalidades como vídeos, jogos, etc., nem sempre os computadores fixos ou portáteis, os *tablets* ou os *smartphones* integram esta tecnologia, razão pela qual uma biblioteca que pretenda investir em livros eletrónicos deve também procurar adquirir aparelhos de leitura adequados. Foi esta a opção de algumas bibliotecas escolares como é o caso das [Bibliotecas Escolares das Escolas Secundária Leal da Câmara e EB 2/3 Padre Alberto Neto](#), que há já vários anos emprestam *eReaders*. Através do projeto [Nativos Digitais Leem+](#), que visa a difusão de obras em domínio público, editadas em versão eletrónica pelo próprio agrupamento ou por entidades externas, as bibliotecas do agrupamento criaram também *apps* destinadas à leitura das obras integrais de clássicos da literatura Portuguesa, como *Eça de Queirós*.

O uso de dispositivos eletrónicos de leitura permite aplicar os princípios da curadoria digital às bibliotecas e criar coleções completas de livros e publicações periódicas sobre várias temáticas, com sérias vantagens. Por exemplo, podem ser desenvolvidas em cada dispositivo coleções de obras relacionadas com as matérias lecionadas num dado ano do ciclo de ensino, ou com os conteúdos de uma determinada disciplina, juntando recursos científicos com notícias, obras de ficção, etc. e disponibilizando sempre um dicionário; podem também ser criadas coleções literárias temáticas, de acordo com os tipos de leitores, com uma ou duas surpresas para permitir a descoberta de outros géneros e abrir horizontes. É assim oferecida ao leitor mais autonomia na escolha das leituras e uma variedade de experiências possíveis que nunca terá num processo de leitura ou empréstimo obra a obra: o *eReader* permite que cada leitor leve consigo uma biblioteca para casa.

O exemplo mais visível que conhecemos em Portugal, em Bibliotecas Municipais, de adoção de um sistema de empréstimo de livros eletrónicos armazenados em coleções em *eReaders*, que são catalogados como tal no catálogo da biblioteca, é o das Bibliotecas Municipais de Oeiras. Para além dos livros, a biblioteca também procedeu à assinatura digital de diversos jornais e revistas. O sistema foi implantado em 2016, após a realização de um estudo de utilizadores, e foi dada formação aos leitores antes do início do programa e, em seguida, com alguma periodicidade. Mais informação pode ser encontrada no blogue [Oeiras a Ler](#) (Eiras, 2017) e no poster apresentado por Eiras e Pinto ao 12.º Congresso BAD (Eiras & Pinto, 2015).

A BIBLIOTECA HÍBRIDA

Em 2009, uma Escola Secundária dos EUA, a High School Cushing Academy, decidiu transformar radicalmente a sua biblioteca e doar a coleção de 20.000 livros em papel, transformando-se na primeira biblioteca escolar inteiramente digital do mundo. Pretendia-se com esta atitude radical libertar espaço físico para outras atividades da biblioteca e da escola e direcionar os recursos humanos exclusivamente para tarefas de desenvolvimento e expansão de novos serviços. A opção para constituir e organizar as coleções, de maneira a torná-las facilmente acessíveis num ambiente puramente virtual foi a da subscrição de um serviço de Patron Driven Acquisition (ver o Capítulo II) para os documentos de não ficção, com acesso a cerca de 200 000 livros eletrónicos. Neste sistema, a biblioteca considerou poupar em investimento, ao mesmo tempo que providenciava o acesso a uma quantidade de recursos muito superior àquela de que anteriormente dispunha em livros impressos, uma vez que o modelo implica apenas o pagamento dos livros que são efetivamente usados (o que, no caso, significa descarregados por um ou mais utilizadores) – para além, claro, do pagamento anual da subscrição do serviço. Foi igualmente levada em consideração a facilidade com que o sistema de livros eletrónicos permite integrar mais estreitamente a biblioteca com as atividades pedagógicas, disponibilizando de imediato um livro ou um capítulo numa sala de aula através da página do Moodle da disciplina, ou criando listas temáticas de recursos para cada disciplina (guias de leitura, por exemplo) permanentemente acessíveis através de uma plataforma Web. Relativamente aos utilizadores, para além da facilidade e diversidade do acesso, passou a ser possível descarregar um livro requisitado diretamente para o *eReader* que o leitor havia previamente levado emprestado, e também ficaram resolvidas as frustrações de se querer requisitar um livro de ficção de alta circulação entre os adolescentes, e que está sempre emprestado. Finalmente, a equipa da biblioteca passou a ter mais tempo para se dedicar à criação de produtos e prestação de serviços de promoção da leitura e das literacias, libertado que ficou das tarefas de tratamento técnico e arrumação que anteriormente lhes consumiam a maior parte do tempo. Num balanço sobre o programa, e do ponto de vista do uso dos recursos de informação, o bibliotecário que o desenvolveu apontava como resultados mais positivos o aumento da leitura de obras de ficção e, em consequência, do uso dos serviços da biblioteca para a leitura de lazer e, como aspeto negativo, o pouco uso das bases de dados de livros de não ficção, destinados ao apoio curricular, relativamente às quais não foi possível fazer subir os índices de uso, nem por parte dos alunos, nem dos professores (Corbett, 2012).

Na verdade, o projeto falhou. Em 2014, depois de uma mudança na direção da Escola, um novo bibliotecário foi contratado com o objetivo de fazer regressar os livros impressos à biblioteca escolar. Como é fácil de compreender um grande número de docentes ficara descontente com a eliminação dos livros impressos e sentia-se obrigado a ler em suporte eletrónico aquilo que

preferiria ler em papel. Apesar de pertencentes à geração Z, aquela que nasceu já num mundo dominado pelo digital, muitos alunos também se sentiam mais à vontade com a leitura em papel de determinados tipos de livros. O ambiente era desconfortável e, embora a biblioteca se tivesse tornado uma espécie de “atração turística”, deixara de ser o espaço social que é uma das suas principais marcas identitárias, deixara de ser um lugar de encontro e de convívio e deixara de conseguir comunicar com a comunidade. Mark Melchior, o bibliotecário encarregado de devolver o livro impresso à biblioteca, relata num artigo publicado na *Newsletter* da MSLA (Massachusetts School Library Association) que encontrou uma biblioteca dissociada da atividade pedagógica, sem comunicação com docentes e alunos, e que assumiu como estratégia de desenvolvimento de coleções, em primeiro lugar, a recuperação da coleção de impressos e, depois, a aquisição de obras nos dois formatos, sempre que a tipologia e os potenciais utilizadores indiciassem uma diversidade de preferências de leitura (Melchior, 2016). Melchior constatou ainda que as atividades de animação da leitura se desenvolviam de forma muito mais eficaz e agradável se tivessem como suporte o impresso, atraindo público que tinha abandonado a frequência da biblioteca. As suas recomendações finais relevam de um bom senso que nem sempre impera: ter em consideração que a erradicação do impresso das coleções da biblioteca obriga muitos leitores a ler em formatos que não lhes agradam ou que têm dificuldade em usar; para uma boa construção e desenvolvimento de coleções, há que analisar os gostos, competências e necessidades dos leitores, bem como as vantagens e desvantagens de cada meio, seguindo a segunda e terceira Leis de Ranganathan (1931) “a cada leitor o seu livro” e “a cada livro o seu leitor”; as coleções inteiramente digitais diminuem o leque de conteúdos disponíveis, em vez de o alargarem, obrigando os docentes a procurarem autonomamente alternativas para obterem recursos de apoio às aulas e criando uma relação mais distante com a biblioteca; muitas atividades de promoção da leitura são impossíveis de realizar sem a possibilidade de ver e manear fisicamente livros e grupos de livros, sem realidade palpável, nem boa visualização possível como conjuntos coerentes num ambiente apenas digital.

Compreende-se assim que, pelo menos por enquanto, as coleções devam ser desenvolvidas segundo princípios híbridos, que permitem conciliar o melhor da edição em cada suporte e praticar atividades de animação que promovam também diferentes formas de leitura e aprendizagem.

LITERATURA, OBRAS DE FICÇÃO E NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA

Por obras de ficção entendem-se aquelas que resultam da imaginação do autor, mesmo que contenham, como frequentemente acontece, elementos autobiográficos ou factuais. A ficção traduz-se em obras de arte, aquilo que

comummente se designa como Literatura, muito embora as obras de não-ficção constituam outros tipos literários: literatura científica, técnica, etc... Os principais modos literários são a lírica, a narrativa e o drama, considerados como formas intemporais, traduzidas em gêneros cuja predominância está ligada a contextos históricos e sociais: o romance, a poesia, o conto, o texto dramático, a poesia, o ensaio, a sátira, as fábulas, o texto humorístico, a canção, a crônica, etc. Cada gênero pode ainda dividir-se em subgêneros como, no caso da prosa narrativa, o policial, a ficção científica, o romance histórico ou biográfico, o romance psicológico, entre outros.

A literatura para crianças e jovens, que interessa mais particularmente às bibliotecas escolares, observa os mesmos modos e gêneros, distinguindo-se porém, não apenas pela adequação aos níveis etários e de aprendizagem, mas também pelos objetivos, que aliam a distração à educação e à transmissão de valores. A própria designação é clara nestes requisitos: a literatura para a infância e a juventude é uma literatura com destinatário. Nesse sentido, o que é orientado para o público-alvo são tanto os cenários como a psicologia, por um lado, e a escrita e a ilustração, por outro. Pode entender-se assim que a vocação da literatura para a infância e a juventude corresponde à vocação pedagógica da biblioteca escolar, aliando o entretenimento à aprendizagem e à dimensão cultural, abrindo horizontes para o conhecimento de si e do mundo.

De um modo geral, este tipo de literatura caracteriza-se por veicular valores de exemplo e educação e é tanto mais ilustrada quanto menor é a faixa etária do público-alvo, da mesma maneira que o vocabulário, a sintaxe e a gramática se vão complexificando em função da idade daqueles; as coleções são distinguidas pelos próprios editores de acordo com os destinatários, e os suportes da publicação são variados: embora continue a dominar o impresso, este é frequentemente acompanhado por vídeos ou multimídia, hoje definitivamente em suporte digital, existindo já muitos livros nado-digitais, com características próprias do meio em que são produzidos (integração do texto com a imagem e o som, hipertextualidade, interatividade), legíveis por computador, *tablet* ou *smartphone*. Ao mesmo tempo, os livros impressos para os mais novos cada vez mais incluem elementos táteis e propõem formas de interatividade, estimulando a participação do leitor na história.

Numa biblioteca escolar, as coleções de literatura de ficção para adolescentes e jovens distinguem-se das dedicadas à infância por integrarem obras não especificamente escritas para as faixas etárias correspondentes, mas que configuram a introdução aos clássicos e aos autores contemporâneos mais valorizados pela crítica e pela academia: por um lado acompanhando os autores lecionados nos currículos da disciplina de Português e, por outro, permitindo aos leitores mais ávidos, curiosos ou avançados o acesso a leituras alternativas. Na verdade, são muitos e diversos os tipos de leitores, e a biblioteca escolar deve tentar satisfazê-los na sua diversidade, também de competências, estimulando a evolução natural de uns e trabalhando em permanência para criar hábitos de leitura noutros.

Em geral, a literatura para adolescentes e jovens enquadra-se em três tipos de narrativas: mistério e aventura, romances de fundo histórico e narrativas sobre experiências juvenis (Gomes, 1991). Hoje em dia, sobretudo as duas primeiras categorias interligam-se frequentemente com filmes, séries ou videojogos (e também jogos de tabuleiro) que exploram as mesmas temáticas, podendo uma narrativa dar origem a um jogo, ou o inverso, resultando um jogo de sucesso num livro ou conjunto de livros que desenvolvem personagens e acontecimentos, muitas vezes em formato BD – o mesmo se podendo aplicar a filmes ou séries.

Depois do período da infância, em que a leitura constitui quase sempre uma atividade fascinante e atraente, propiciadora da fantasia, invenção e poesia que tanto se interligam com o imaginário infantil, o leitor adolescente constitui-se como um público de fronteira, ainda ligado à literatura infantil, mas já atraído por outros géneros de narrativa; as suas competências e hábitos de leitura caracterizam-se pela heterogeneidade, uma vez que alguns são já verdadeiros leitores, outros amadurecem mais lentamente e outros ainda apresentam-se desmotivados para a leitura. Nesta faixa etária, que vai sensivelmente dos 10 aos 16 anos, verifica-se um distanciamento da leitura ligado às condições particulares da idade, como o crescente ganho de liberdade e autonomia e o prazer mais compensatório retirado do convívio em grupo fora do ambiente doméstico ou escolar e de uma utilização mais livre das tecnologias, nomeadamente os já referidos videojogos. O leitor adolescente e pré-adolescente não só acede pela primeira vez a uma grande variedade de recursos lúdicos, como é solicitado por múltiplos estímulos à sua sensibilidade e necessidade de experimentar novas vivências, vivendo um tempo de interrogações, de afirmação e de sentimentos contraditórios de identificação e rejeição. Tudo isto torna particularmente difícil construir narrativas capazes de obter sucesso junto deste tipo de público, e mais ainda perduráveis, isto é, não condicionadas pelo inexorável avanço do tempo, das modas e dos objetos de desejo. Trata-se, no entanto, de uma das últimas oportunidades que a escola tem para formar leitores e, aos professores bibliotecários, tal como às suas equipas, têm obrigatoriamente que se colocar uma série de questões adicionais, quer na constituição, quer no desenvolvimento de coleções de literatura para adolescentes e jovens.

Estudos recentes demonstram que, quer as crianças, quer os adolescentes, já nado-digitais, tendem a ler mais em suporte eletrónico do que impresso, mesmo quando se trata do texto literário: Santos (2015), citado por Silva (2016, p. 36), considera que as funcionalidades inerentes ao livro digital tornam a leitura mais atraente e motivam mais as crianças para a sua prática; vários outros autores defendem que o livro literário eletrónico é o meio mais eficiente para combater a falta de gosto e hábitos de leitura (Silva, 2016, pp. 36-37).

O relatório sobre o impacto dos livros eletrónicos na motivação e desenvolvimento de competências de leitura em crianças e jovens que Picton

e Clark (2015) elaboraram para o National Literacy Trust (uma instituição britânica sem fins lucrativos dedicada à promoção da literacia) é elucidativo: na sequência da disponibilização de uma plataforma de acesso a *ebooks* em escolas de todo o país, no final do ano letivo foi possível observar que os alunos, com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos, melhoraram significativamente as suas competências de leitura, nomeadamente em comparação com alunos que não utilizavam ou faziam um uso reduzido da plataforma; também o prazer na leitura aumentou, em especial na prática da leitura através de meios tecnológicos; na mesma proporção em que aumentou a avaliação positiva da leitura como prática, diminuiu o número de alunos que diziam ter dificuldades de leitura ou nunca encontrarem temas de interesse nos livros disponíveis; se, por norma, as raparigas tendem a revelar mais hábitos e atitudes positivas perante a leitura, o uso do digital resultou num maior impacto junto dos rapazes (e, muito concretamente, daqueles que iniciaram o projeto com menor índice de gosto pela leitura) e, também, num maior gosto pela leitura impressa – quase 50% dos participantes no projeto, porém, disseram preferir ler em suporte digital, dividindo-se os restantes 50%, quase em idênticas proporções, entre os que preferiam o impresso e aqueles a quem era indiferente o suporte (estes últimos coincidem, em geral, com os leitores já formados, aqueles que possuem hábitos de leitura mais sustentados).

No entanto, a forma como se lê (aquilo que se retira da leitura, o que se retém e o que se transmite) aparece como condicionada pelo suporte: um estudo encomendado pelo *Joan Ganz Cooney Center* (um laboratório americano de investigação e inovação sobre os desafios da educação no mundo digital) e que comparou as formas de leitura em conjunto de pais e filhos em suportes impressos, digitais simples e digitais avançados, ou multimodais (interativos) revela que os últimos despertam mais interesse nas crianças; no entanto, ao resultarem numa interação mais física e agitada com o interface de leitura, também provocam uma maior dispersão da atenção, tendo como consequência que as crianças que leem neste suporte retém menos pormenores relacionados com o conteúdo (menos detalhes da história) do que as que leem em suporte impresso; o estudo permitiu observar que a leitura em suporte eletrónico multimodal provoca mais comunicação não-verbal (afastar as mãos, realizar ações no dispositivo) ou comunicação oral relacionada com o aparelho e com os resultados das interações, do que com o conteúdo propriamente dito, quer nos pais, quer nas crianças, desaproveitando o potencial de aprendizagem e benefícios da leitura proporcionados pela partilha entre pais e filhos (Chiong, Ree, Takeuchi, & Erickson, 2012).

Na biblioteca escolar será boa prática estar atento às mudanças nos hábitos e formas de leitura provocadas pelos novos suportes e adotar medidas de seleção de literatura que contemplem os vários lados da questão, associando-as a atividades de animação ou pedagógicas que promovam a aprendizagem e o usufruto pleno das obras de ficção.

BIBLIOTECA DIGITAL

Coleção organizada de informação digital, distribuída em rede e gerida em conjunto com serviços associados. Ao contrário da biblioteca tradicional, a biblioteca digital:

- reúne no mesmo espaço dados e metadados (constituindo os primeiros a informação propriamente dita e os segundos informação sobre a informação, que permite a sua identificação única, pesquisa e recuperação, mas que também providencia informação sobre direitos de autor, permissões e acessibilidade);
 - pode agregar recursos com existência puramente eletrônica como jogos de vídeo ou programas de computador;
 - está permanentemente acessível;
 - os seus conteúdos são distribuídos mundialmente.
- Arns (2000)

11

A ligação que aqui se apresenta remete para a página de uma professora bibliotecária americana, Nikki D. Robertson, concebida para apoiar os professores bibliotecários, e que é um excelente exemplo daquilo que se pode fazer usando aplicações de redes sociais visuais para organizar e divulgar conteúdos educativos.

BIBLIOTECAS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS, PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDOS

A produção própria e o armazenamento, preservação e difusão de recursos digitais externos ou internos à instituição constituem novos serviços das bibliotecas, diretamente ligados à gestão, desenvolvimento e curadoria das coleções. Estes conteúdos podem, como já vimos anteriormente neste documento, ser constituídos por documentos eletrónicos editados convencionalmente por editoras estabelecidas no mercado livreiro e por recursos institucionais em acesso aberto ou da Internet livre, mas também por documentos produzidos e editados pelas próprias bibliotecas ou pelos membros da comunidade.

Entende-se por documentos produzidos pelas bibliotecas aqueles recursos, primários ou secundários, em qualquer formato, que são construídos para apoio à comunidade leitora e de aprendizagem, como guias de leitura, orientações para a elaboração de trabalhos, tutoriais ou dossiês temáticos, mas também estudos de utilizadores ou outros emanados da atividade que desenvolvem; por documentos editados ou publicados pelas bibliotecas entendem-se atividades como a seleção para digitalização de obras da coleção impressa da biblioteca, caídas em domínio público (como faz, por exemplo a [Biblioteca da Escola Secundária Leal da Câmara](#)), documentos que testemunham a história da Escola ou Agrupamento, ou até da localidade, também digitalizados pela biblioteca, documentos pedagógicos nado virtuais ou digitalizados (material de apoio às aulas criado pelos docentes, como apresentações, manuais, vídeos, instrumentos pedagógicos, etc.) e ainda trabalhos de alunos, professores e, em geral, qualquer membro da comunidade. Todas estas tarefas podem ser consideradas atividades de curadoria, implicando a seleção, preservação e disseminação de conteúdos em plataformas digitais, reunindo coleções que tanto podem organizadas em núcleos de categoria permanente, como efémera.

De acordo com a natureza dos documentos, estes serão agrupados em bibliotecas digitais ou repositórios digitais educativos, recomendando-se o uso de redes sociais visuais como o [Pinterest](#)¹¹ para a organização e disseminação de guias de leitura, dossiês temáticos, etc. (incluindo recursos internos e externos).

Embora utilizem a mesma tecnologia, possuam os mesmos requisitos e possam inclusive ser criados usando o mesmo *software*, o tipo de conteúdos e os objetivos de bibliotecas e repositórios divergem, e é por isso importante distinguir entre Biblioteca Digital e Repositório Digital.

A Biblioteca Digital é uma coleção organizada de recursos eletrónicos adquiridos com o objetivo de corresponder às necessidades e interesses de leitura dos utilizadores, reais ou potenciais. O Repositório Digital é um arquivo onde se depositam conteúdos produzidos pelos membros da comunidade,

12

Para uma melhor compreensão deste tema, veja-se o texto fundador deste movimento, Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto, publicado em 2002 na sequência de uma reunião de cientistas e investigadores de todo o mundo.

13

Recentemente começaram a ser criados de repositórios de dados, que integram os dados brutos obtidos no âmbito das investigações, como respostas a inquéritos, diários de bordo, resultados da observação experimental, etc.

REPOSITÓRIO DIGITAL

Um repositório digital é aquele onde conteúdos digitais, recursos especializados ou produzidos por uma instituição ou pelos seus membros, estão armazenados e podem ser pesquisados e recuperados para uso posterior. Um repositório suporta mecanismos de importação, exportação, identificação, armazenamento e recuperação de recursos digitais.

Digital Repositories
JISC Briefing Paper (2005)

constituído com o objetivo de recolher, preservar, tratar e disseminar a produção intelectual da instituição, no âmbito da sua atividade e de acordo com a sua natureza e objetivos. Ambos implicam serviços de armazenamento, descrição, gestão de dados, preservação e disseminação dos recursos relacionados com o ambiente digital em que se inserem.

Nas bibliotecas académicas proliferam, desde os primeiros anos do século XXI, os repositórios institucionais, plataformas digitais ancoradas nos princípios do acesso aberto à informação científica¹² onde são arquivadas e preservadas as publicações das diversas comunidades do estabelecimento de ensino superior, centro ou laboratório de investigação (desde teses e dissertações a artigos, livros ou comunicações a congressos, etc.), mas também os recursos pedagógicos produzidos pelos docentes no âmbito da atividade de ensino¹³. A difusão destes recursos permite abrir o conhecimento para todos, disponibilizando os frutos de um trabalho de organização e disseminação do conhecimento que, tradicionalmente, não se traduziam em publicações mas que hoje, com simplicidade, a tecnologia permite trazer à luz, garantindo-lhes uma visibilidade e perenidade antes impossíveis.

Os repositórios dos estabelecimentos de ensino superior português podem ser acedidos individualmente ou através de um portal nacional já citado anteriormente neste documento, o [RCAAP](#). É possível, por exemplo, às bibliotecas escolares, identificar e selecionar recursos existentes nos repositórios institucionais portugueses e, seguindo um dos princípios que regem o acesso aberto, reutilizá-los, adquirindo-os de forma gratuita para as suas bibliotecas digitais que, desta forma, ficam enriquecidas com informação confiável e relevante para o ensino e a aprendizagem. Note-se que estes recursos estão protegidos pelas leis de direitos de autor vigentes e por licenças [Creative Commons](#), já referidas anteriormente neste trabalho.

A tecnologia utilizada para a criação dos repositórios institucionais existe em fonte aberta (programas sem custos de licenciamento e de desenvolvimento colaborativo) e o programa [DSpace](#) foi adotado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior e por muitas bibliotecas, o que significa que existe já um conhecimento e experiência a que as bibliotecas escolares podem recorrer para implementar sistemas semelhantes ou para obter a formação necessária à sua parametrização, manutenção e desenvolvimento.

A mesma tecnologia pode ser utilizada para a criação de bibliotecas digitais, funcionando os repositórios eletrónicos como arquivos da produção institucional e as bibliotecas como reunião de coleções que podem integrar recursos da Internet aberta, recursos em domínio público digitalizados e também livros eletrónicos, jogos de vídeo, documentos audiovisuais, visuais e sonoros, mapas, enfim, todo o tipo de documentos que constituem o acervo de uma biblioteca, sendo possível condicionar o tipo de acesso - aberto, embargado ou restrito -, de acordo com a proteção legal vigente para cada documento.

**REPOSITÓRIOS
DE OBJETOS DE
APRENDIZAGEM**

"Caixas digitais de armazenamento que alojam colecções de recursos digitais num formato de objecto de aprendizagem: isto é, recursos que são projectados e organizados em sequência, de maneira eficiente para produzir "unidades de aprendizagem" que sejam significativas para os aprendentes".
Margaryan, milligan & Douglas,

2007, p.3

Os repositórios digitais educativos, ou Repositórios de Objetos de Aprendizagem (LORs) "visam suportar práticas de partilha e reutilização dos recursos para o ensino e aprendizagem" (Martins, Rodrigues & Nunes, 2008), podem facilmente ser integrados no sistema de *e-learning* do estabelecimento de ensino e constituem um importante contributo para a mudança de paradigma no ensino e na aprendizagem, enriquecendo os conteúdos disponíveis para as atividades pedagógicas e estimulando a participação de toda a comunidade.

Para ser bem-sucedido, um repositório educativo, ou de objetos de aprendizagem, deve ser fundado no entendimento da cultura da comunidade e das expectativas e necessidades dos utilizadores; deve ser capaz de estimular a partilha e a reutilização dos recursos, tendo como foco a comunidade e sendo guiado pelas necessidades pedagógicas, sem se deixar dominar pelo poder da tecnologia, mas usando-a para os seus fins. As possibilidades são ilimitadas. Por exemplo, a propósito da importância de adequar o ensino ao estilo de aprendizagem de cada aluno ou a deficiências de visão, audição ou cognição, num repositório digital é possível incluir o mesmo recurso em versão de texto, visual ou sonora, facilitando a apreensão dos conteúdos por cada um da forma que lhe for mais amigável e apropriada.

Os repositórios criados por instituições educativas dos ensinos básico e secundário integram recursos educativos abertos. Haverá vantagem em que estes repositórios sejam partilhados e construídos colaborativamente, isto é, em resultado de protocolos entre vários agrupamentos de escolas - não só porque assim se assegurará o acesso a uma maior quantidade de materiais, melhorando a qualidade do ensino e da aprendizagem ao permitir a exploração de um leque mais rico de conteúdos em cada área, mas também porque a criação, manutenção e desenvolvimento destas plataformas, quer a nível técnico, quer da gestão de conteúdos, é um trabalho complexo que resultará tanto melhor quanto mais sinergias reunir. Esta é uma área em que as escolas poderão estabelecer protocolos com as bibliotecas ou estabelecimentos do ensino superior da região, que já desenvolvem os seus próprios repositórios institucionais e que detêm o conhecimento técnico necessário à parametrização das plataformas, criando assim redes interinstitucionais que enriquecem o conhecimento comum e aprofundam o envolvimento dos diversos tipos de estabelecimentos de ensino com a comunidade. A formação sobre estes temas está também normalizada, nomeadamente ao nível da gestão de conteúdos e serviços, em formato presencial ou de *e-learning*, e pode ser protocolada com organizações como a [BAD](#), com programas europeus como o [OpenAire](#) ou com o próprio [RCAAP](#), que dispõe de diversos tutoriais sobre o tema, entre outras instituições.

Finalmente, atente-se que é na construção e desenvolvimento de bibliotecas e repositórios digitais e na organização e disseminação de conteúdos através de redes sociais que as atividades de curadoria das colecções assumem um

papel mais relevante. Ao contrário das coleções tradicionais, organizadas de forma mais ou menos rígida de acordo com convenções internacionais de classificação, a fluidez e flexibilidade do ambiente digital, de par com as potencialidades da tecnologia, exigem novas formas de organização dos conteúdos e a sua permanente reformulação, num processo criativo que leva o bibliotecário a adequar em permanência os recursos a novas exigências pedagógicas ou curriculares, às variações da comunidade, aos estilos de aprendizagem e a acontecimentos que vão moldando a vida da escola e dos seus atores, num diálogo incessante. Trata-se de um desafio estimulante que traz nova vida à atividade das bibliotecas e um caminho que, a ser percorrido, as levará certamente a alcançar um cada vez maior impacto na vida das comunidades que servem - ou, se seguirmos, David Lankes (2012), na verdade, das comunidades que *criam*.

REFERÊNCIAS

- Arms, W. Y. (2000). *Digital Libraries*. Cambridge, Mss: MIT Press.
- Chiong, C., Ree, J., Takeuchi, L., & Erickson, I. (2012). *Print Books vs. E-books: Comparing parent-child co-reading on print, basic, and enhanced e-book platforms*. [Em linha]. Retirado de New York, NY <http://www.joanganzcooneycenter.org/publication/quickreport-print-books-vs-e-books/>
- Corbett, T. (2012). E-books in a High School Library. In R. Kaplan (Ed.), *Building and managing e-book collections* (pp. 141-146). Chicago, IL: Neal-Schuman/ALA.
- Digital Repositories Jisc Briefing Paper (2005). *Digital repositories: helping universities and colleges*. Briefing Paper, Higher Education Section. Ago. 2005. [Em linha]. Retirado de [http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/JISC-BP-Repository\(HE\)-v1-final.pdf](http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/JISC-BP-Repository(HE)-v1-final.pdf)
- Eiras, B. D. (2017). *Ebooks e leitura digital nas Bibliotecas Municipais de Oeiras*. [Em linha]. Retirado de <http://oeiras-a-ler.blogspot.com/search/label/Ebooks>
- Eiras, B. D., & Pinto, S. P. (2015). Todo o leitor tem o seu livro: ebooks e leitura digital nas Bibliotecas Municipais de Oeiras. Paper presented at the Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Évora. Posters: I – *Serviços e criação de valor*. [Em linha]. Retirado de http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1427/pdf_142
- Gomes, J. A. (1991). *Literatura para crianças e jovens : alguns percursos*. Lisboa: Caminho, 1991.
- Lankes, D. (2012). Beyond the Bullet Points: Bad Libraries Build Collections, Good Libraries Build Services, Great Libraries Build Communities. In R. David Lankes. [Em linha]. Retirado de <https://davidlankes.org/beyond-the-bullet-points-bad-libraries-build-collections-good-libraries-build-services-great-libraries-build-communities/>
- Margaryan, A., Milligan, C., Douglas, P., Littlejohn, A. and Nicol, D. (2007). *Community Dimensions of Learning Object Repositories (CD-LOR): Deliverable 10, Recommendations to JISC for Future Research and Development*. JISC. [Em linha]. Retirado de <http://oro.open.ac.uk/52243/>
- Martins, A., Nunes, M. B., & Rodrigues, E. (2008). Repositórios de informação e ambientes de aprendizagem: criação de espaços virtuais para a promoção da literacia e da responsabilidade social. *Rede de Bibliotecas Escolares Newsletter*, 3. [Em linha]. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/news/newsletter3/repositorios.pdf>
- Melchior, M. (2016). Reintroducing Printed Books to the Cushing Academy Library. *MSLA Forum Newsletter*.
- Picton, I., & Clark, C. (2015). *The impact of ebooks on the reading motivation and reading skills of children and young people*. [Em linha]. Retirado de https://literacytrust.org.uk/documents/181/2015_12_09_free_research_-_impact_of_ebooks_2015_8uTEZVb.pdf

Ranganathan, S. R. (1931). *The five laws of library science*. Madras: The Madras Library Association.

Silva, J. P. T. (2016). *O perfil do consumidor de livros eletrónicos em Portugal*. (Mestrado masterThesis), Universidade de Aveiro, Aveiro. [Em linha]. Retirado de <http://ria.ua.pt/handle/10773/16765>

CONCLUSÃO

Na sociedade em rede em que vivemos, a informação é crescentemente produzida, armazenada e difundida em suporte digital; as crianças nascem e crescem num meio dominado pela tecnologia, fonte e recurso preferencial de informação, aprendizagem e entretenimento: um ambiente digital fluído, participativo, frenético, imediato, dominado por um permanente estado de comunicação que obriga as bibliotecas de qualquer tipo a reinventar-se e a adequar procedimentos e estratégias a novas ecologias da leitura, da informação e da aprendizagem.

A gestão, o desenvolvimento e a curadoria das coleções fazem-se hoje em colaboração, estimulando a participação em redes e investindo no conhecimento da comunidade. A biblioteca deverá procurar integrar-se naquela, oferecendo conhecimento especializado e estabelecendo parcerias de maneira a tornar-se parte efetiva do processo de ensino e aprendizagem. A colaboração com outras bibliotecas e instituições permitirá gerir mais eficazmente as coleções e os serviços e realçar a sua utilidade. Partindo das suas coleções e dos seus serviços, as bibliotecas escolares contemporâneas serão tanto mais eficazes no cumprimento dos princípios que as regem quanto mais forem capazes de criar comunidades.

Para isso, é essencial pensar e desenvolver coleções considerando a inclusão de recursos eletrónicos ao mesmo nível dos recursos tradicionais, e projetando um futuro em que o digital e diferentes formas de apropriação da informação serão cada vez mais preponderantes. Torna-se mais complexa a tarefa do bibliotecário escolar, ao qual são exigidos novos conhecimentos e competências, nos campos do reconhecimento de formatos e suportes de leitura, do conhecimento das fontes e dos modelos de aquisição de documentos, dos critérios de preservação digital e das questões legais que regulam a informação em ambiente digital. *Este admirável mundo novo* é também estimulante e propício à promoção da leitura e da aprendizagem, com possibilidades nunca antes sonhadas pelas bibliotecas.

O presente trabalho, destinado às Bibliotecas Escolares, procurou contextualizar os princípios da gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções no ambiente híbrido deste período incerto e turbulento de mudança de paradigmas, apresentando critérios de análise, seleção e avaliação, instrumentos de apoio ao trabalho dos professores bibliotecários e algumas sugestões práticas para ajudar a desenvolver programas de curadoria dos fundos e recursos de informação.

Como tudo no tempo que nos cabe viver, não é um trabalho acabado, nem se compõe de orientações rígidas: é antes um processo em desenvolvimento destinado a apoiar a planificação e a execução de tarefas exigentes do labor dos professores bibliotecários, aberto a contributos e atualizações, e seguindo a quinta Lei da Biblioteconomia, tal como Ranganathan a propôs nos anos 30 do século XX: *a biblioteca é um organismo em construção*. Ontem como hoje, quem dela se ocupa sabe que assim é.

BIBLIOGRAFIA

- Abbott, D. (2008). What is digital curation? In: *DCC briefing papers: introduction to curation*. Edinburgh: Digital Curation Centre. [Em linha]. Retirado de <http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing-papers/introduction-curation/what-digital-curation>.
- Aliagas, C., Castellà, J. M., & Cassany, D. (2009). "Aunque lea poco, yo sé que soy listo". Estudio de caso sobre un adolescente que no lee literatura. *Revista OCNOS*, (5), 97-112. [Em linha]. Retirado de http://dx.doi.org/10.18239/ocnos_2009.05.07
- Arms, W. Y. (2000). *Digital Libraries*. Cambridge, Mss: MIT Press.
- Asher, A.D., Duke, L.M., & Wilson, S. (2013). Paths of discovery: Comparing the search effectiveness of EBSCO Discovery Service, Summon, Google Scholar, and conventional library resources. *College and Research Libraries*, 74 (5), pp. 464-488. [Em linha]. Retirado de <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2016.04.001>
- Beheshti, J., & Large, A. (2013). The information behavior of a new generation: children and teens in the 21st century. Autores.
- Cassany, D. (2010). *Prácticas lectoras contemporáneas: claves para su desarrollo*. [Em linha]. Retirado de https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/21294/Cassany_LEERES.pdf
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. (3.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chadwell, F. A. (2012). What's Next for Collection Management and Managers?: Assessing the Value of Collection Services. *Collection Management*, 37(2), 58-64. [Em linha]. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/01462679.2012.664482>
- Chiong, C., Ree, J., Takeuchi, L., & Erickson, I. (2012). *Print Books vs. E-books: Comparing parent-child co-reading on print, basic, and enhanced e-book platforms*. [Em linha]. Retirado de New York, NY <http://www.joanganzcooneycenter.org/publication/quickreport-print-books-vs-e-books/>
- Corbett, T. (2012). E-books in a High School Library. In R. Kaplan (Ed.), *Building and managing e-book collections* (pp. 141-146). Chicago, IL: Neal-Schuman/ALA.
- Corrall, S. (2012). The concept of collection development in the digital world. In *Collection development in the digital age*. (pp. 3-25). London: Facet Publishing.
- Corrao, R. (2016). Top five librarian skills 1: information curation. In: *LACGroup Blog*. [Em linha]. Retirado de <https://lac-group.com/blog/>
- Digital Repositories Jisc Briefing Paper (2005). *Digital repositories: helping universities and colleges*. Briefing Paper, Higher Education Section. Ago. 2005. [Em linha]. Retirado de [http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/JISC-BP-Repository\(HE\)-v1-final.pdf](http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/JISC-BP-Repository(HE)-v1-final.pdf)

- EBLIDA (2014). *The right to e-read: EBLIDA position paper*. [Em linha]. Retirado de http://www.eblida.org/News/2014/EBLIDA_E-read_position-paper.pdf
- Eiras, B. D. (2017). *Ebooks e leitura digital nas Bibliotecas Municipais de Oeiras*. [Em linha]. Retirado de <http://oeiras-a-ler.blogspot.com/search/label/Ebooks>
- Eiras, B. D., & Pinto, S. P. (2015). Todo o leitor tem o seu livro: ebooks e leitura digital nas Bibliotecas Municipais de Oeiras. Paper presented at the Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Évora. Posters: I – *Serviços e criação de valor*. [Em linha]. Retirado de http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1427/pdf_142
- Farmer, L. S. J. (2001). Collection development in partnership with youth. *Collection Management*, 26(2), 67-78. [Em linha]. Retirado de http://dx.doi.org/10.1300/J105v26n02_06
- Fuentes Romero, J. J. (2007). Las definiciones de la colección de materiales de las bibliotecas. Los conceptos de desarrollo y gestión de las colecciones: un estado de la cuestión. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, (88-89), 89-108. [Em linha]. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2695898.pdf>
- Furtado, J. A. (2007). *O papel e o pixel*. Lisboa: Ariadne.
- Gabriel, M. R. (1995). *Collection Development and Collection Evaluation*. London: Scarecrow Press.
- Gomes, J. A. (1991). *Literatura para crianças e jovens : alguns percursos*. Lisboa: Caminho, 1991.
- Granic, I., Lobel, A., & Rutger, C.M.E. (2014). The benefits of playing videogames. *American Psychologist*, 69 (1), 66-78. DOI: 10.1037/a0034857.
- Gregory, V. L. (2011). *Collection development and management for 21st century collections*. Chicago, Il.: Neal-Schuman Publishers, Inc.
- Griffith, M. (2002). The educational benefits of videogames. *Education and Health*, 20 (3), 47-51. [Em linha]. Retirado de <http://sheu.org.uk/sheux/EH/eh203mg.pdf>
- Haines, C., & Kluver, C. (2015). Evaluation of new media. In A. Kuster (ed.), *Young children, new media and libraries*. Recuperado de Little eLit. [Em linha]. Retirado de <https://littleelit.com/2015/02/15/evaluation-of-new-media-chapter-five-of-the-little-elit-book/>
- IFLA. (1999). *Declaração da IFLA Sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual*. [Em linha]. Retirado de https://www.ifla.org/files/assets/faife/statements/iflastat_pt.pdf
- IFLA. (2012). *Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação*. [Em linha]. Retirado de <https://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>
- IFLA. (2014). *Internet Manifesto 2014*. [Em linha]. Retirado de <https://www.ifla.org/publications/node/224>

A 3.ª edição deste livro, editada pela ALA em 2014, está disponível em acesso aberto em <http://uni-sz.bg/truni11/wp-content/uploads/biblioteka/file/TUNI10042597.pdf>

- IFLA/ UNESCO. (1999). *Manifesto da IFLA/ UNESCO da Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos*. [Em linha]. Retirado de <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>
- ISO. (2013). ISO 2789:2013 - Information and documentation - International library statistics. *Technical Committee : ISO/TC 46/SC 8 Quality - Statistics and performance evaluation*. [Em linha]. Retirado de <https://www.iso.org/standard/60680.html>
- James, J. (2013). *Library 2020: Today's leading visionaries describe tomorrow's library*. Autor. Lanham, MD: Scarecrow.
- Johnson, P. (2009). *Fundamentals of collection development and management* (2nd ed.). Chicago, Il.: American Library Association.
- Johnson, P. (2013). *Developing and managing electronic collections*. Chicago, Ill: ALA.
- Johnson, P. (2018). *Fundamentals of collection development and management* (4th ed.). London: Facet Publishing¹⁴.
- Lanham, MD: Scarecrow. FEP. (2017). The book sector in Europe: facts and figures 2017. [Em linha]. Retirado de Federation of European Publishers <https://www.fep-fee.eu/The-Federation-of-European-862>
- Lankes, D. R. (2012). *Beyond the Bullet Points: Bad Libraries Build Collections, Good Libraries Build Services, Great Libraries Build Communities*. [Em linha]. Retirado de <https://davidlankes.org/beyond-the-bullet-points-bad-libraries-build-collections-good-libraries-build-services-great-libraries-build-communities/>
- LibSource. (2013, 2013-08-13). Top 5 librarian skills: #1 information curation. [Em linha]. Retirado de <https://libsource.com/top-5-librarian-skills-information-curation/>
- Lippincott, J. K. (2005). Net generation students & libraries. In D. G. Oblinger & J. L. Oblinger (Eds.), *Educating the Net generation* (pp. 13.11-13.15). Boulder, Color.: EDUCAUSE. [Em linha]. Retirado de <http://www.educause.edu/ir/library/pdf/erm0523.pdf>.
- Mardis, M. A. (Ed.) (2016). *The Collection Program in Schools: Concepts and Practices* (6th ed.). Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited.
- Margaryan, A., Milligan, C., Douglas, P., Littlejohn, A. and Nicol, D. (2007). *Community Dimensions of Learning Object Repositories (CD-LOR): Deliverable 10, Recommendations to JISC for Future Research and Development*. JISC. [Em linha]. Retirado de <http://oro.open.ac.uk/52243/>
- Martins, A., Nunes, M. B., & Rodrigues, E. (2008). Repositórios de informação e ambientes de aprendizagem: criação de espaços virtuais para a promoção da literacia e da responsabilidade social. *Rede de Bibliotecas Escolares Newsletter*, 3. [Em linha]. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/news/newsletter3/repositorios.pdf>
- Melchior, M. (2016). Reintroducing Printed Books to the Cushing Academy Library. *MSLA Forum Newsletter*.

- Neves, J. S. (Coord.) (2014). *Comércio livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*. In (pp. 131). [Em linha]. Retirado de http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/COMERCIO_LIVREIRO_APEL__SET2014_SEC.pdf
- PEI. (2008). *Evaluation and Selection of Learning Resources : A Guide*. Charlottetown, Canadá: Prince Edward Island - Department of Education.
- Perrin, A. (2016). *Book Reading 2016*. [Em linha]. Retirado de Pew Research Center <http://www.pewinternet.org/2016/09/01/book-reading-2016/>
- Picton, I., & Clark, C. (2015). *The impact of ebooks on the reading motivation and reading skills of children and young people*. [Em linha]. Retirado de https://literacytrust.org.uk/documents/181/2015_12_09_free_research_-_impact_of_ebooks_2015_8uTEZVb.pdf
- Pinheiro, C. (2014). *Livros eletrónicos e bibliotecas*. (Col. Biblioteca RBE, Vol. 5). [Em linha]. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/file/1173/bibliotecarbe5.pdf>
- Purcell, K., et all. (2012). *How teens do research in the digital world*. [Em linha]. Retirado de Pew Research Center <http://www.pewinternet.org/2012/11/01/how-teens-do-research-in-the-digital-world/>
- Ranganathan, S. R. (1931). *The five laws of library science*. Madras: The Madras Library Association.
- Rede de Bibliotecas Escolares. (2011). *Gestão da coleção*. Lisboa: Rede Bibliotecas Escolares. [Em linha]. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/788.html>
- Rodrigues, E., & Carvalho, J. (2013). *Gestão e organização da coleção digital*. (Col. Biblioteca RBE, Vol. 3). [Em linha]. Retirado de http://www.rbe.mec.pt/np4/file/871/be_rbe_3.pdf
- Rowlands, I., et all. (2008). The Google generation: the information behaviour of the researcher of the future. *Aslib Proceedings*, 60(4), 290-310. [Em linha]. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1108/00012530810887953>
- Shapiro, J. (2015). How videogames in the classroom will make students smarter. *Forbes*. Mar. 30, 2015. [Em linha]. Retirado de <https://www.forbes.com/sites/jordanshapiro/2015/03/30/how-video-games-in-the-classroom-will-make-students-smarter/>
- Shumaker, D. (2012). *The Embedded Librarian*. Medford NJ: Information Today.
- Silva, J. P. T. (2016). *O perfil do consumidor de livros eletrónicos em Portugal*. (Mestrado masterThesis), Universidade de Aveiro, Aveiro. [Em linha]. Retirado de <http://ria.ua.pt/handle/10773/16765>
- Taylor, A., & Dalal, H. (2017). Gender and Information Literacy: Evaluation of Gender Differences in a Student Survey of Information Sources. *College & Research Libraries*, 78(1). [Em linha]. Retirado de <https://doi.org/10.5860/crl.78.1.16570>

Woolls, B. (1985). The use of school libraries and public libraries and the relationship to collection development. *Collection Management*, 7(3-4), 173-182. [Em linha]. Retirado de http://dx.doi.org/10.1300/J105v07n03_18

